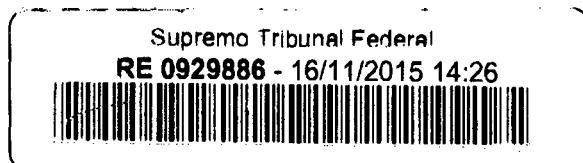




# Supremo Tribunal Federal

Nº



Vol. 1

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO

### RECURSO EXTRAORDINÁRIO 929886

PROCED. : SANTA CATARINA

DISTRIBUIÇÃO EM 16/11/2015

ORIGEM. : AC-200672000118100-TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**RELATOR(A) : MIN. LUIZ FUX**

RECTE. (S) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI

ADV. (A/S) ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO

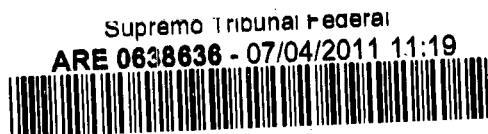
RECDO. (A/S) UNIÃO

ADV. (A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

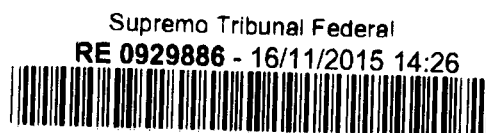


# Supremo Tribunal Federal

Nº



Vol. 1



## RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

### RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 638636

PROCED. : SANTA CATARINA

Distribuição em: 08/04/2011

ORIGEM : AC-200672000118100-TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

|            |   |
|------------|---|
| RECTE.(S)  | ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI |
| ADV.(A/S)  | ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA                            |
| ADV.(A/S)  | GIOVANA TRINDADE CASTANHEIRA MENICUCCI E OUTRO(A/S) |
| RECD.(A/S) | UNIÃO   |

Continua...

ADV.(A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Continuação 1



Traslado de decisão proferida  
em agravo de instrumento  
na(s) fl(s). 1068 - 1069

PODER JUDICIÁRIO

## JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
SUBSEÇÃO DE FLORIANÓPOLIS SCFLP04S  
JUÍZO SUBSTITUTO DA 04A V F DE FLORIANÓPOLIS

PROCESSO: 2006.72.00.011810-0 PROTOCOLADO EM 26.10.2006  
CLASSE : 000029 - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)  
AUTOR : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI (DF021417 - MARA CARINE VILELA DA SILVA)  
REQ : UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO  
Distribuição/Atribuição Ordinária em Audiência EM 26.10.2006

### 1º VOLUME

AGRAVO FI (s) 905-948

### TUTELA

MPF

Supremo Tribunal Federal

ARE 0638636 - 07/04/2011 11:19



TRIBUNAL REGIONAL F

Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER

Distribuição Prevenção Magistrado 42 TURMA  
AC-APELAÇÃO CÍVEL VOL: 1  
2006.72.00.011810-0 SCFLP04  
200672000118100 - Ação Ordinária (procedimento Comum Ordinário)  
Férias, Sistema Remuneratório, Servidor Público Civil, Dir  
APTE : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI  
ADV : Mara Carine Vilela da Silva e outros  
APDO : UNIÃO FEDERAL  
ADV : Luis Antonio Alcoba de Freitas

2006.72.00.011810-0



2006.72.00.011810-0

TERMO DE AUTUACAO

Em Florianópolis, 26 de outubro de 2006, nesta Secretaria da 04A VARA FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS, autuo os documentos adiante, em 0 folhas, com 0 apensos, na seguinte conformidade:

PROCESSO 2006.72.00.011810-0

CLASSE AORD - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)  
Distribuição/Atribuição Ordinária em Audiência EM 26.10.2006

PARTES:

AUTOR : ASSOCIACAO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIAO - ANAUNI -  
NORMAL  
RÉU : UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - NORMAL

Para Constar, Lavro e Assino a Presente

\_\_\_\_\_  
Diretor da Secretaria

**RECEBIMENTO**  
Aos 27 dias do mês de 10 de 2006  
foram-me entregues estes autos por parte da SRIP

\_\_\_\_\_  
Marlene Terezinha Vidal  
SECRETÁRIA DO GABINETE DO DIRETOR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA \_\_\_\_ VARA FEDERAL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

Supremo Tribunal Federal

ARE 0638636 - 07/04/2011 11:19



Ementa do Pedido

1. A organização e funcionamento das carreiras da Advocacia-Geral da União, por mandamento constitucional (art. 131), só pode ser tratada em Lei Complementar.
2. A supressão de direitos diretamente relacionados ao próprio funcionamento da AGU deve ocorrer por instrumento legal idôneo – Lei Complementar e não Ordinária.
3. A disposição legal que assegura 60 (sessenta) dias de férias aos membros da AGU possui dois vetores: a) o primeiro, relacionado ao próprio funcionamento do órgão; e b) o segundo, vinculado às esferas jurídicas de seus membros.
4. Inconstitucionalidade formal e material dos arts. 5º e 18 da Lei nº 9.527, que reduziram de 60 (sessenta) para 30 (trinta) dias anuais as férias dos membros da AGU.
5. Precedentes do STJ (REsp 415.691/DF, Rel. Min. Hélio Quaglia e REsp 833.296/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido).

**A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA  
UNIÃO – ANAUNI** – pessoa jurídica de direito privado, representativa dos direitos e interesses dos membros da carreira de Advogado da União, situada na CLSW 303, Bloco B, Ed. Rhodes Center III, Sala 55, Brasília/DF, em representação processual (CF/88, art. 5º, inciso XXI) aos associados listados na tabela contida no item 4 desta petição, por intermédio de sua advogada regularmente constituída, vem, mui respeitosamente, propor

**AÇÃO COLETIVA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE  
FAZER c/c PERDAS E DANOS**

- com pedido de antecipação de tutela -

em desfavor da **UNIÃO FEDERAL**, neste ato representada pela **Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina (PU/SC)**, com endereço na **Praça Pereira Oliveira nº 35 Ed. INAMPS 7º, 8º e 9º andares, Florianópolis/SC**, com base nos fatos e fundamentos de direito abaixo elencados.

SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília/DF

Fone: + 55 (61) 3201-3248 / 3201-3246

- 1/39 -

## 1. DA LEGITIMIDADE ATIVA

2. A Autora é entidade associativa que congrega os Advogados da União. Está legalmente constituída desde 1997 e devidamente representada por seu Presidente, domiciliado em Florianópolis/SC. Tem por finalidade a promoção e a representação dos interesses econômicos e profissionais dos seus sócios (cf. Estatuto anexo, art. 2º).

3. Ademais, no próprio Estatuto da Autora encontra-se autorização expressa para a Autora *"representar e defender os interesses e direitos coletivos e individuais dos associados relativos à sua atividade profissional e compatíveis com o interesse geral da categoria, perante autoridades administrativas e judiciárias"* (art. 3º, I).

4. Assim, está perfeitamente caracterizada a legitimidade da Autora para a propositura de ações de caráter coletivo na defesa de direitos relacionados com a atividade profissional de seus associados. Aplicam-se ao caso, entre outros, os arts. 5º, XXI, e 8º, III, da Constituição da República, arts. 81, parágrafo único, e 82, ambos da Lei nº 8.078/1990, e arts. 5º e 21 da Lei nº 7.347/1985.

5. A legitimidade da Autora para a propositura de ações de caráter coletivo em defesa de direitos atinentes aos seus associados já foi reconhecida até mesmo pelo Pleno do E. STF. Na ocasião, o Supremo Tribunal reconheceu que a Autora enquadra-se na concepção de entidade de classe de âmbito nacional a que se refere o art. 103, IX, da Constituição. Como consta da ementa do v. acórdão então proferido:

"Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam afastada por tratar-se a Associação requerente de uma entidade representativa de uma categoria cujas atribuições receberam um tratamento constitucional específico, elevadas à qualidade de essenciais à Justiça. Precedentes: ADI n.º 159, Rel. Min. Octavio Gallotti, e ADI n.º 809, Rel. Min. Marco Aurélio" (ADI 2.713-1, rel. Min. Ellen Gracie, j. 18.12.2002, DJU 07.03.2003 - v.u. quanto a esse ponto).

6. Estamos, pois, diante de hipótese de legitimação extraordinária amplamente reconhecida pela doutrina e jurisprudência pátrias. Em atendimento à exigência constitucional de autorização de seus associados, a Autora instrui a presente inicial com cópias das autorizações individualmente fornecidas, nas quais consta adesão do associado ao contrato celebrado entre a autora e a banca de advogados que patrocina seus interesses nesta causa, especificando-se clara e expremente a finalidade do contrato: a propositura de ação postulando o restabelecimento do direito de sessenta dias anuais de férias, de modo que resta atendido o imperativo constitucional.

## 2. DA COMPETÊNCIA DESSE D. JUÍZO

7. Nos termos do art. 109, § 2º, da Constituição, “*as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa ou, ainda, no Distrito Federal*”. Assim, o texto constitucional atribui ao autor da ação a faculdade de optar por um desses vários possíveis foros.

8. No presente caso, os atos e fatos que originam a ação, assim como os danos que a presente demanda visa a evitar, têm abrangência nacional. Como se indicará adiante, a presente ação busca reprimir conduta ilegal e arbitrária da Administração Pública consistente em, com base em norma formal e materialmente inconstitucional, subtrair da esfera jurídica dos representados pela Autora o seu legítimo direito de gozar de 60 (sessenta) dias de férias por ano. Tais associados estão lotados em diversas localidades, em todos os Estados da Federação (cf. relação de representados constante do item 4).

9. Por sua vez, a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC) veicula regra a respeito da competência nas ações coletivas nas hipóteses em que os possíveis danos tenham âmbito nacional. Nos termos do seu art. 93, a ação deverá ser proposta “*no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente*”.

10. Tal regra aplica-se a todas as ações de caráter coletivo, por força das regras do art. 21 da Lei nº 7.347/1985 (acrescentado pelo CDC) e do art. 90 do CDC.

11. Ademais, está consolidado que o dispositivo em questão aplica-se também às causas que tramitam perante a Justiça Federal. A parte inicial do *caput* do art. 93 do CDC deixa “*ressalvada a competência da Justiça Federal*”. Mas isso não significa que as regras ali contidas não se apliquem à Justiça Federal. Quer-se apenas indicar que tais regras *não se prestam a autorizar a tramitação na Justiça Estadual* do processo que envolva interesse federal, nas localidades que não sejam sedes de varas federais. O art. 109, § 3º, parte final, da Constituição Federal, permite que a lei atribua tal competência ao juiz estadual – e nessa linha chegou a ser interpretado o art. 2º da Lei nº 7.347, interpretação essa depois rejeitada pelo STF (v. Súm. 183 do STJ, cancelada por aquela Corte [ED no CC 27.676], depois de o STF rejeitar expressamente tal orientação no RE 228.955-9). Em suma, a regra do art. 93 do CDC presta-se apenas a deixar claro que as ações em questão não devem tramitar perante a Justiça Estadual, quando envolvido o interesse federal.

12. Isso é claramente extraível de diversos julgados dos EE. Tribunais Regionais Federais. Como já decidiu o E. TRF da 1ª Região:

O art. 93 da Lei nº 8.078/90 também aplica-se à Lei 7.437/85, por expressa determinação do art. 113 [rectius: 117] do Código de Defesa do Consumidor (TRF – 1ª R., 6ª T., AG 1997.01.00018205-8, Juiz DANIEL PAES RIBEIRO, DJU 31.5.2001, p. 624).

13. No mesmo sentido, confirmam-se: TRF – 4ª Região, 4ª Turma, AG 97.04.19306-8, Juíza SILVIA GORAIEB, DJU 27/05/1998, p. 580; TRF – 4ª Região, 3ª Turma, AG 96.04.15776-0, Juiz AMIR SARTI, DJU 09/04/1997, p. 21.921.

14. Também na mesma linha, cabe citar artigo de AMIR JOSÉ FINOCCHIARO, escrito na época em que integrava o E. TRF da 4ª Região. Em seu ensaio, ele reconhece a competência territorial da Capital do Estado para julgar as ações civis públicas que discutem danos regionais e nacionais. Consigna que “*firmada a jurisdição federal (art. 109, I, da CF), a ação civil pública será processada e julgada pela Justiça Federal propriamente dita, no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local, ou no foro de capital do Estado ou do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência*



*concorrente*” (sem grifo no original – “Ação Civil Pública: Legitimação, jurisdição e competência”, in: Revista Ajuris nº 69, mar – 1997, p. 322).

15. Idêntica, ainda, é a lição de RICARDO DE BARROS LEONEL (cf. Manual do processo coletivo, São Paulo, RT, 2002, p. 221).

16. Por outro lado, o STJ pacificou o entendimento de que, para a ação de abrangência nacional ou regional que vá além de um único Estado, é competente não apenas o foro do Distrito Federal, **como também o da capital de qualquer Estado**. Vale dizer: a extensão nacional (ou trans-estadual) do dano não exige a propositura da ação no Distrito Federal, cabendo ao autor optar entre esse foro ou o de qualquer capital de Estado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Interpretando o artigo 93, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, já se manifestou esta Corte no sentido de que não há exclusividade do foro do Distrito Federal para o julgamento de ação civil pública de âmbito nacional. Isto porque o referido artigo ao se referir à Capital do Estado e ao Distrito Federal invoca competências territoriais concorrentes, devendo ser analisada a questão estando a Capital do Estado e o Distrito Federal em planos iguais, sem conotação específica para o Distrito Federal.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo para prosseguir no julgamento do feito. (STJ, CC 17.533, 2ª S., rel. Min. C. A. Menezes Direito, j. 13.09.2000, v.u., DJU 30.10.2000).

.....  
COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFESA DE CONSUMIDORES. INTERPRETAÇÃO DO ART. 93, II, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DANO DE ÂMBITO NACIONAL.

Em se tratando de ação civil coletiva para o combate de dano de

âmbito nacional, a competência não é exclusiva do foro do Distrito Federal. Competência do Juízo de Direito da Vara Especializada na Defesa do Consumidor de Vitória/ES. (STJ, CC 26.842, 2ª S., rel. Min. W. Zveiter, j. 10.10.2001, DJU 05.08.20020).

17. No mesmo sentido, entre outros: CC 17.532, 2ª S., v.m., rel. Min. Ari Pargendler, j. 29/02/2000, DJU 05/02/2001.

18. Em suma, o foro federal de Florianópolis, onde encontra-se domiciliado o representante da Autora, detém competência territorial para o conhecimento de ações com abrangência nacional, como é o caso da presente. Conseqüentemente – e nos termos dos arts. 16 da Lei nº 7.347/1985 (na redação que lhe deu a Lei nº 9.494/1997) e 2º-A da Lei nº 9.494/1997 (acrescido pela MP nº 2.180-35/2001) – as decisões que venham a ser proferidas no presente processo estão aptas a produzir efeito e exercer autoridade em todo o território nacional, aproveitando a todos os representados pela Autora nesta ação, conforme tabela apresentada no item 4.

### 3. INTRÓITO

19. A Carta da República de 1988, em seu Capítulo IV, do Título IV, enumera as entidades tidas como Funções Essenciais à Justiça, que são o Ministério Público, a Defensoria Pública e a **Advocacia-Geral da União**. Assim sendo, podemos deduzir de forma límpida, sem qualquer margem de dúvidas, que o legislador constituinte originário deu tratamento especial a tais instituições e suas carreiras, no âmbito da administração pública.

20. Nesse sentido, a Constituição Federal trouxe em seu bojo, precisamente no artigo 131, a disciplina constitucional da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, assegurando que sua organização e funcionamento seriam regulamentados mediante edição de Lei Complementar, senão vejamos:

**Art. 131.** A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente,

cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

21. Assim sendo, o objetivo da presente ação é buscar, por vias do manto jurisdicional do Estado, a garantia de que os representados pela Autora, todos membros da Advocacia-Geral da União, em caráter isonômico com o Ministério Público e a Defensoria Pública, e, principalmente no regrado na Constituição Federal, possam efetivamente ter sua organização e funcionamento regulamentados em sede de Lei Complementar e não por vias de legislação ordinária, como hoje se impõe.

22. Dessarte, em especial, busca a Autora a garantia de que efetivamente possa ter assegurado a seus representados o direito a usufruir férias de 60 (sessenta) dias com fulcro nos fatos e fundamentos que se passa a aduzir.

#### 4. BREVE DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DOS REPRESENTADOS PELA AUTORA

23. Os representados pela Autora são todos Advogados da União, regularmente investidos no cargo, conforme fazem prova as cédulas de identidade funcional acostadas aos autos, que dão conta da data de admissão de cada um. Importante registrar que os representados pela Autora empossados no ano de 2006, por ainda não terem recebido sua identidade funcional, fazem prova de sua relação jurídica através da juntada da portaria de designação – ato que sucede e pressupõe a posse.

24. O quadro abaixo aponta os nomes e respectivas datas da entrada em exercício dos representados pela Autora, o que será fundamental para aferir a relação jurídica ora sustentada, assim como a subsunção das normas jurídicas invocadas ao suporte fático trazido como sustentáculo da vertente lide, cabendo ressaltar que o detalhamento dos períodos de férias efetivamente gozadas será trazido no momento de liquidação da sentença:

| Nº | Nome do Advogado da União         | Exercício |
|----|-----------------------------------|-----------|
| 1  | ADEMIR SCABELLO JÚNIOR            | 7/2/2000  |
| 2  | ADRIANO CARVALHO BEZERRA DE BRITO | 22/3/2001 |
| 3  | ADRIANO MARTINS DE PAIVA          | 7/2/2000  |
| 4  | AERTON MIRANDA DA PAIXÃO          | 7/2/2000  |

| Nº | Nome do Advogado da União         | Exercício |
|----|-----------------------------------|-----------|
| 5  | ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA         | 5/9/2005  |
| 6  | ALBERTO TORRES DA SILVA           | 7/2/2000  |
| 7  | ALCIONE VICENTE SCHMITT           | 19/6/2000 |
| 8  | ALESSANDRA RAMOS DE ALMEIDA GOMES | 22/3/2001 |

# DANTAS & CORDEIRO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

| Nº | Nome do Advogado da União                  | Exercício  |
|----|--|------------|
| 9  | ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SA                | 9/10/2006  |
| 10 | ALEXANDRE VITOR MURATA COSTA               | 5/9/2005   |
| 11 | ALINE ALBUQUERQUE SANTANNA DE OLIVEIRA     | 24/9/2003  |
| 12 | ALMIRO VIEIRA CARNEIRO                     | 11/10/2000 |
| 13 | ALUISIO DE SOUZA MARTINS                   | 29/10/2001 |
| 14 | ALVARO CHAGAS CASTELO BRANCO               | 9/9/2003   |
| 15 | AMALIA CARMEN SAN MARTIN                   | 7/2/2000   |
| 16 | AMAURY JOSÉ SOARES                         | 19/6/2000  |
| 17 | ANA BEATRIZ LINS BARBOSA                   | 13/9/2005  |
| 18 | ANA CAROLINA DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE    | 9/10/2006  |
| 19 | ANA CRISTINA BALAZEIRO BORGES DOMINGUES    | 22/3/2001  |
| 20 | ANA FLAVIA BORSALI                         | 5/9/2005   |
| 21 | ANA PAULA NIEDZIELUR LISBOA                | 9/10/2006  |
| 22 | ANDRÉ DE OLIVEIRA DANTAS                   | 27/03/2001 |
| 23 | ANDRÉ GUSTAVO DE SOUZA                     | 29/10/2001 |
| 24 | ANDRÉ GUSTAVO VASCONCELOS DE ALCANTARA     | 11/10/2000 |
| 25 | ANDRÉ LUIS RODRIGUES DE SOUZA              | 22/3/2001  |
| 26 | ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA             | 7/2/2000   |
| 27 | ANDRÉ LUIZ DE CORDOVA                      | 27/4/2000  |
| 28 | ANDRÉA DE MOURA SOARES                     | 7/2/2002   |
| 29 | ANDREA DE QUADROS DANTAS                   | 5/9/2005   |
| 30 | ANDREA GOTTI CLEMENTE                      | 5/9/2005   |
| 31 | ANDRÉA PERNAMBUCO TOLEDO                   | 12/11/1996 |
| 32 | ANDRÉA VISCONTI PENTEADO CASTRO            | 7/11/2005  |
| 33 | ANDRÉIA CRISTIANE SERRANO                  | 9/9/2003   |
| 34 | ANGELA CAMINOTTO                           | 9/9/2003   |
| 35 | ANITA VILLANI                              | 9/9/2003   |
| 36 | ANNA CHRISTINA KHOURI MARIANO DOS SANTOS   | 11/10/2000 |
| 37 | ANTONIO CARLOS GONÇALVES                   | 7/2/2000   |
| 38 | ANTÔNIO CÉLIO MARTINS TIMBÓ COSTA          | 7/2/2000   |
| 39 | ANTÔNIO CLAUDIO ALVES DE ALBUQUERQUE       | 5/9/2005   |
| 40 | ANTONIO GABRIEL SACHSIDA                   | 15/5/2000  |
| 41 | ANTONIO INACIO PIMENTEL RODRIGUES DE LEMOS | 7/2/2000   |
| 42 | ANTONIO PORFIRIO DA SILVA                  | 7/12/2000  |
| 43 | ANTONIO WALDIR DOS SANTOS CONCEIÇÃO        | 3/8/2000   |
| 44 | AQUILES VIANA BEZERRA                      | 7/2/2000   |
| 45 | ARINA LIVIA FIORAVANTE                     | 9/10/2006  |
| 46 | ARLINDO ICASSATI ALMIRAO                   | 29/10/2001 |
| 47 | ARTHUR DOUGLAS VENEGAS                     | 7/2/2000   |
| 48 | ARTUR SOARES DE CASTRO                     | 5/9/2005   |
| 49 | ARUA COSTA                                 | 22/3/2001  |
| 50 | BARTOLOMEU BASTOS ACIOLI LINS FILHO        | 5/9/2005   |
| 51 | BEATRIZ BASSO                              | 12/11/1996 |
| 52 | BERNARDO GLIONOER KATZ                     | 7/2/2000   |
| 53 | BETANIA FLAVIA ARAUJO DE MENEZES           | 7/11/2005  |
| 54 | BETANIA GONÇALVES DE OLIVEIRA REIS         | 11/12/2000 |
| 55 | BRUNO DA ROCHA CARVALHO                    | 5/9/2005   |
| 56 | BRUNO GUSTAVO MOREIRA SOARES               | 5/9/2005   |
| 57 | BRUNO MOREIRA FORTES                       | 9/9/2003   |
| 58 | CAIO ALEXANDRE WOLFF                       | 7/2/2000   |

| Nº  | Nome do Advogado da União                  | Exercício  |
|-----|--|------------|
| 59  | CAMILA LORENA LORDELO SANTANA              | 5/9/2005   |
| 60  | CARLOS EDUARDO GALVÃO GONÇALVES LEMOS      | 22/3/2001  |
| 61  | CARLOS ERILDO DA SILVA                     | 11/10/2000 |
| 62  | CARLOS JACI VIEIRA                         | 12/11/1996 |
| 63  | CARLOS SUSSUMU KUMEKAWA                    | 22/3/2001  |
| 64  | CAROLINA MARIA PEIXOTO DE BARROS           | 29/10/2001 |
| 65  | CASSIO CAVALCANTE ANDRADE                  | 22/3/2001  |
| 66  | CATARINA SAMPAIO                           | 11/10/2000 |
| 67  | CECILIA MARIA MARTINS ANTUNES              | 7/2/2000   |
| 68  | CHRIS GIULIANA ABE ASATO                   | 7/2/2000   |
| 69  | CID ROBERTO DE ALMEIDA SANCHES             | 9/9/2003   |
| 70  | CLAUDIA LACERDA QUIRINO                    | 22/3/2001  |
| 71  | CLAUDIA MARA HONESKO                       | 15/2/2000  |
| 72  | CLAUDIA TEIXEIRA BIZARRO                   | 12/11/1996 |
| 73  | CLAUDIO ANDRE RAPOSO MACHADO COSTA         | 7/2/2000   |
| 74  | CLAUDIO GEOFFROY GRANZOTTO                 | 2/5/2006   |
| 75  | CLAUDIO ROBERTO MIGUEL DA SILVA VICENTINO  | 22/3/2001  |
| 76  | CLAUDIUS CRONEMBERGER ARRUDA               | 9/10/2006  |
| 77  | CLAYTON RIBEIRO DE SOUZA                   | 9/9/2003   |
| 78  | CLÊNIO LUIZ PARIZOTTO                      | 7/2/2000   |
| 79  | CLEYTON RIBEIRO JUNIOR                     | 9/9/2003   |
| 80  | CRISTIANE BLANES                           | 22/3/2001  |
| 81  | CRISTIANE REGINA BORTOLINI                 | 9/9/2003   |
| 82  | CRISTIANO DE JESUS PEREIRA NASCIMENTO      | 9/10/2006  |
| 83  | DAIANE NOGUEIRA DE LIRA                    | 9/10/2006  |
| 84  | DALVANI LUZIA PROPÓDOSKI ROCHA VIEIRA JANK | 8/2/2000   |
| 85  | DANIEL BITAR DE SOUZA                      | 9/10/2006  |
| 86  | DANIEL CARLOS ANDRADE                      | 7/2/2000   |
| 87  | DANIEL COELHO SOARES                       | 7/2/2000   |
| 88  | DANIEL DEMONTE MOREIRA                     | 22/3/2001  |
| 89  | DANIEL ROCHA DE FARIAS                     | 9/9/2003   |
| 90  | DANIELA FERREIRA MARQUES                   | 7/2/2000   |
| 91  | DANIELA FIGUEIRA ABEN-ATHAR AZEVEDO        | 9/10/2006  |
| 92  | DANIELA MENDONÇA DE MELO                   | 5/9/2005   |
| 93  | DANIELE DO RÓCIO COUTINHO TALAMINI         | 7/2/2000   |
| 94  | DANIELLE ALEIXO REIS DO VALLE SOUZA        | 15/5/2000  |
| 95  | DANIELLE DE AZEVEDO VIEIRA                 | 5/9/2005   |
| 96  | DANNIEL DE CARVALHO RODRIGUES PAVAN        | 5/9/2005   |
| 97  | DARIO DUTRA SÁTIRO FERNANDES               | 7/2/2000   |
| 98  | DARIO PEREIRA CARVALHO                     | 5/9/2005   |
| 99  | DAUTON LUIS DE ANDRADE                     | 5/9/2005   |
| 100 | DEBORA BEAL THAIS DE CODOVA                | 7/2/2000   |
| 101 | DEBORA FONSECA DE SOUZA                    | 9/9/2003   |
| 102 | DEBORA LERNER                              | 9/12/2000  |
| 103 | DENIS DYNKOWSKI                            | 9/9/2003   |
| 104 | DENIS GLEYCE PINTO MOREIRA                 | 27/4/2000  |
| 105 | DERMEVAL ROCHA DA SILVA FILHO              | 5/9/2005   |
| 106 | DIONISIO DE JESUS CHICANATO                | 11/10/2000 |
| 107 | EDELISE SCHARAM                            | 29/10/2001 |
| 108 | EDSON RODRIGUES MARQUES                    | 5/9/2005   |

SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília/DF  
Fone: + 55 (61) 3201-3248 / 3201-3246

# DANTAS & CORDEIRO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

| Nº  | Nome do Advogado da União                   | Exercício  |
|-----|---|------------|
| 109 | EDUARDO RIBEIRO MENDES MARTINS              | 29/10/2001 |
| 110 | EDUARDO VALADARES DE BRITO                  | 5/9/2005   |
| 111 | EDVALDO LUIZ ROSA                           | 9/9/2003   |
| 112 | ELAINE GUADANUCCI LLAGUNO                   | 7/2/2000   |
| 113 | ELISA MARIA MORAES BRAGA RAPOSO LOPES       | 19/6/2000  |
| 114 | ELOMAR LOBATO BAHIA                         | 29/10/2001 |
| 115 | ELSIÓN GOEDERT                              | 7/11/2005  |
| 116 | EMEDI CAMILO VIZZOTTO                       | 7/2/2000   |
| 117 | EMILIO CARLOS BRASIL DIAS                   | 5/9/2005   |
| 118 | EMILIO CARLOS LIMA GUIMARÃES                | 7/2/2000   |
| 119 | ENEDINA COSTA CARDOSO                       | 29/10/2001 |
| 120 | ENEIDA SOUZA SÁ TELES MORAES                | 22/03/2001 |
| 121 | ERASMO ROCHA DE OLIVEIRA JUNIOR             | 3/8/2000   |
| 122 | ERICO ANTONINI                              | 5/9/2005   |
| 123 | ERIKA MOURA FREIRE                          | 29/10/2001 |
| 124 | ERIKA SWAMI FERNANDES                       | 7/2/2000   |
| 125 | ERIVAN DE LIMA                              | 22/3/2001  |
| 126 | EVERTON PACHECO SILVA                       | 18/6/2001  |
| 127 | FABIO DACCACHE                              | 5/9/2005   |
| 128 | FABIO DANIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO           | 5/9/2005   |
| 129 | FABIO GOMES PINA                            | 7/11/2005  |
| 130 | FABIO LEITE DE FARIAS BRITO                 | 7/2/2000   |
| 131 | FEDERICO BIAGIOLI                           | 5/9/2005   |
| 132 | FELIPE PAVAN RAMOS                          | 5/9/2005   |
| 133 | FERNANDA BARRETO CINTRA                     | 5/9/2005   |
| 134 | FERNANDA DE OLIVEIRA AZEVEDO                | 5/9/2005   |
| 135 | FERNANDO ZANETTI STAUBER                    | 5/9/2005   |
| 136 | FLÁVIA GONZALEZ LEITE                       | 5/9/2005   |
| 137 | FRANCEELLE SOARES                           | 5/9/2005   |
| 138 | FRANCISCO ALEXANDRE COLARES MELO CARLOS     | 2/5/2006   |
| 139 | FRANCISCO DE ALMEIDA                        | 21/2/2000  |
| 140 | FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DUARTE          | 11/10/2000 |
| 141 | FRANCISCO JOSÉ DE ANDRADE PEREIRA           | 9/10/2006  |
| 142 | FRANCISCO LIVANILDO DA SILVA                | 22/3/2001  |
| 143 | FRANCISCO SALES DE ARGOLO                   | 5/9/2005   |
| 144 | FRANCO LUCIANO RANCANO DE AZEVEDO ROSA      | 12/11/1996 |
| 145 | GABRIEL FARIA OLIVEIRA                      | 7/11/2005  |
| 146 | GABRIEL FELIPE DE SOUZA                     | 7/2/2000   |
| 147 | GEORGIA ARAÚJO MENEZES DE SOUZA DE OLIVEIRA | 27/4/2000  |
| 148 | GIANE ROSA DAL MOLIN SILVA                  | 9/9/2003   |
| 149 | GILMARA GUIMARÃES RITZMANN                  | 29/10/2001 |
| 150 | GILSON ESTEVES GOMES                        | 22/3/2001  |
| 151 | GILVAN TAVARES DA SILVA                     | 7/2/2000   |
| 152 | GIOVANI SOARES BORGES                       | 10/2/2000  |
| 153 | GIOVANNA MARIA VIEIRA DE MEDEIROS           | 9/9/2003   |
| 154 | GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT               | 22/3/2001  |
| 155 | GLADYS ASSUMPTÃO                            | 7/2/2000   |
| 156 | GLÁUCIA DELGADO SOUTO                       | 7/2/2000   |
| 157 | GLAUCIO DE LIMA E CASTRO                    | 5/9/2005   |
| 158 | GRASIELA MELO BARBOSA DE OLIVEIRA           | 27/4/2000  |

| Nº  | Nome do Advogado da União                   | Exercício  |
|-----|---|------------|
| 159 | GUILHERME BRUM DE ALMEIDA                   | 5/9/2005   |
| 160 | GUILHERME DRUMMOND LIBANIO                  | 22/3/2001  |
| 161 | GUILHERME GONI MURUSSI                      | 5/9/2005   |
| 162 | GUILHERME MASAITI HIRATA YENDO              | 5/9/2005   |
| 163 | GUILHERME OLIVEIRA DE ARRUDA                | 29/10/2001 |
| 164 | GUSTAVO ANDRÉ DOS SANTOS                    | 9/9/2003   |
| 165 | GUSTAVO FERNANDES BEZERRA DE MELLO          | 29/10/2001 |
| 166 | GUSTAVO HENRIQUE CATISANE DINIZ             | 5/9/2005   |
| 167 | GUSTAVO SCHWINGEL                           | 5/9/2005   |
| 168 | HÉCIO BENDER DE OLIVEIRA                    | 9/10/2006  |
| 169 | HÉLIDA MARIA PEREIRA                        | 9/10/2006  |
| 170 | HELOISA YOSHIKO ONO                         | 19/6/2000  |
| 171 | HENRIQUE ARAÚJO GALVÃO DE CARVALHO          | 7/2/2000   |
| 172 | HENRIQUE MARCELLO DOS REIS                  | 12/11/1996 |
| 173 | HERMES BEZERRA DE BRITO JUNIOR              | 7/2/2000   |
| 174 | HOMERO ANDRETTA JUNIOR                      | 7/11/2005  |
| 175 | IARA BRAGA TOLENTINO                        | 22/8/2000  |
| 176 | ILDA DE ALCANTARA HYGINO                    | 22/3/2001  |
| 177 | ING CANESSO JURASZEK                        | 7/2/2000   |
| 178 | IRAMAR GOMES DE SOUSA                       | 7/2/2000   |
| 179 | IRIS CATARINA DIAS TEIXEIRA BRITO           | 5/9/2005   |
| 180 | ISABEL CECÍLIA DE OLIVEIRA BEZERRA          | 7/2/2000   |
| 181 | ISABEL CRISTINA PINHO BANDEIRA ALBUQUERQUE  | 5/9/2005   |
| 182 | ISABELLA CAVALCANTI PARAISO                 | 7/11/2005  |
| 183 | ISADORA MARIA BELEM ROCHA CARTAXO DE ARRUDA | 5/9/2005   |
| 184 | ISRAEL PINHEIRO TORRES JUNIOR               | 7/12/2000  |
| 185 | JUNES TEHFI                                 | 29/10/2001 |
| 186 | IVANA DE SOUSA LEAL                         | 7/2/2000   |
| 187 | IVANA PINHEIRO COELHO                       | 9/9/2003   |
| 188 | IVANILSON FRANCISCO DOS SANTOS              | 22/3/2001  |
| 189 | IVANIRIS QUEIROZ SILVA                      | 5/9/2005   |
| 190 | JAILOR CAPELOSSI CARNEIRO                   | 9/9/2003   |
| 191 | JAIR ROBERTO PIEROTTO                       | 22/3/2001  |
| 192 | JANDYR MAYA FAILLACE NETO                   | 30/5/2001  |
| 193 | JASON NASCIMENTO NETO                       | 7/2/2000   |
| 194 | JOANA D'ARC GUEDES                          | 7/2/2000   |
| 195 | JOÃO JOSÉ CRUZ COUTINHO                     | 7/12/2000  |
| 196 | JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE              | 5/9/2005   |
| 197 | JONES OLIVEIRA DA CRUZ                      | 7/11/2005  |
| 198 | JOSÉ ADOLFO NOVATO DA SILVA                 | 9/9/2003   |
| 199 | JOSÉ ALUIZIO DE OLIVEIRA                    | 27/4/2000  |
| 200 | JOSÉ AUGUSTO PANKA                          | 27/4/2000  |
| 201 | JOSÉ DE ARIMATEA NETO                       | 11/5/2000  |
| 202 | JOSÉ GALBA BARROSO RIOS                     | 7/2/2000   |
| 203 | JOSÉ GÔES DE CAMPOS BARROS NETO             | 7/2/2000   |
| 204 | JOSÉ LUIZ REZENDE GOMES RIBAS               | 22/3/2001  |
| 205 | JOSÉ MAURO DE LIMA O DE ALMEIDA             | 7/2/2000   |
| 206 | JOSÉ MOREIRA DA SILVA NETO                  | 5/9/2005   |
| 207 | JOSÉ PATRÍCIO DE OLIVEIRA FILHO             | 29/10/2001 |
| 208 | JOSÉ RICARDO BRITTO SEIXAS PEREIRA JUNIOR   | 9/9/2003   |

SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília/DF

Fone: + 55 (61) 3201-3248 / 3201-3246

- 9/39 -

# DANTAS & CORDEIRO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

| Nº  | Nome do Advogado da União                | Exercício  |
|-----|--|------------|
| 209 | JOSÉ ROBERTO DA CUNHA PEIXOTO            | 7/2/2000   |
| 210 | JOSÉ SALVADOR DE PAIVA CORDEIRO          | 25/5/2000  |
| 211 | JOSÉ WANDERLEY KOZIMA                    | 7/2/2000   |
| 212 | JULIANA HELENA TAKAOKA                   | 5/9/2005   |
| 213 | JULIANO ZAMBONI                          | 5/9/2005   |
| 214 | JULIO CESAR WERNECK MARTINS              | 9/9/2003   |
| 215 | KAORU OGATA                              | 11/10/2000 |
| 216 | KAREN MARQUES FERREIRA                   | 22/3/2001  |
| 217 | KARLA DANIELLA DE LIMA FERNANDES COSTA   | 11/12/2002 |
| 218 | KARLA PINTO FERRAZ MAFRA                 | 7/2/2000   |
| 219 | KARLA SIMÕES NOGUEIRA VASCONCELOS        | 11/10/2000 |
| 220 | KATIA NAOMI NARITA                       | 7/11/2005  |
| 221 | KATLEEN URBAN KNUDSEN VICARI             | 19/6/2000  |
| 222 | KEILA PEREIRA NERI                       | 27/4/2000  |
| 223 | LANA LIVIA ALMEIDA DE JESUS              | 5/9/2005   |
| 224 | LEANDRO JOSÉ DA SILVA                    | 9/9/2003   |
| 225 | LEANDRO SPINDLER GUEDES                  | 7/2/2000   |
| 226 | LEILA EMILIA MENDES NOGUEIRA RODRIGUES   | 7/2/2000   |
| 227 | LEILA MILENE ZILLI DOS SANTOS            | 9/9/2003   |
| 228 | LENA BARCESSAT LEWINSKI                  | 27/4/2000  |
| 229 | LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES             | 9/10/2006  |
| 230 | LEONARDO DE QUEIROZ GOMES                | 13/3/2006  |
| 231 | LEONARDO FERNANDES FURTADO               | 5/9/2005   |
| 232 | LETÍCIA BALSAMÃO AMORIM                  | 5/9/2005   |
| 233 | LETÍCIA SOUZA BATISTA                    | 2/5/2006   |
| 234 | LIA MENELEU FIUZA FAVALI                 | 5/9/2005   |
| 235 | LIGIA MARIA VELOSO FERNANDES DE OLIVEIRA | 7/2/2000   |
| 236 | LIVIO AUGUSTO RODRIGUES DE SOUZA E SOUZA | 9/9/2003   |
| 237 | LÚCIA APARECIDA LYRA DE ALMEIDA          | 7/2/2000   |
| 238 | LUCIANA MARIA MENDES SILVA               | 9/9/2003   |
| 239 | LUCIANE ANDRÉIA PALLA NIERO              | 27/4/2000  |
| 240 | LUCIANO CARDOSO BACKER                   | 9/9/2003   |
| 241 | LUCIANO ESCUDEIRO                        | 29/10/2001 |
| 242 | LUCIANO GABIATTI                         | 7/2/2000   |
| 243 | LUCILA MORALES PIATO GARBELINI           | 12/11/1996 |
| 244 | LUIS CARLOS RODRIGUES PALACIOS COSTA     | 5/9/2005   |
| 245 | LUIS CLAUDIO ADRIANO                     | 12/11/2001 |
| 246 | LUIS EDUARDO GUEDES KELMER               | 9/9/2003   |
| 247 | LUIS GERALDO MARTINS DA SILVA            | 7/2/2000   |
| 248 | LUIZ CARLOS COTA                         | 2/12/1996  |
| 249 | LUIZ MÁRCIO BRANDÃO DE PAULA             | 22/3/2001  |
| 250 | LUIZ MUNIZ DA SILVA NETO                 | 7/2/2000   |
| 251 | LUIZ RICARDO DA CUNHA PINTO              | 7/2/2000   |
| 252 | LUZIA LINA DE SOUZA CORRÊA               | 12/11/1996 |
| 253 | LYTS DE JESUS SANTOS                     | 5/9/2005   |
| 254 | MAGDA AMARO LEITE CAETANO DE LIMA        | 22/3/2001  |
| 255 | MAIRA CRISTINA OLIVIERA BENETTI          | 5/9/2005   |
| 256 | MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA      | 9/10/2006  |
| 257 | MARCELINO NEVES                          | 14/2/2000  |
| 258 | MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS    | 5/9/2005   |

| Nº  | Nome do Advogado da União                     | Exercício  |
|-----|---|------------|
| 259 | MARCELO EUGÊNIO FEITOSA ALMEIDA               | 5/9/2005   |
| 260 | MARCELO JERFESON EVANGELISTA BENTO DOS SANTOS | 7/2/2000   |
| 261 | MARCELO MOURA DA CONCEIÇÃO                    | 9/10/2006  |
| 262 | MARCELO RIBEIRO DO VAL                        | 16/9/2003  |
| 263 | MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA                   | 9/10/2006  |
| 264 | MARCELO ROSA LOPES                            | 9/9/2003   |
| 265 | MARCELO SILVA ADRIANO                         | 9/9/2003   |
| 266 | MÁRCIA AMARAL FREITAS                         | 12/11/1996 |
| 267 | MARCIA APARECIDA ROSSANEZI                    | 7/11/2005  |
| 268 | MÁRCIO AMARAL DE SOUZA                        | 29/1/2001  |
| 269 | MÁRCIO BICUDO CURTY                           | 7/2/2000   |
| 270 | MÁRCIO BRANDINI LIMA                          | 11/12/2003 |
| 271 | MÁRCIO LANZONI BONATO                         | 9/10/2006  |
| 272 | MÁRCIO ROGÉRIO COSTA LUCAS                    | 9/10/2006  |
| 273 | MÁRCIO WESSNER                                | 29/10/2001 |
| 274 | MARCO ANDRÉ DORNA MAGALHÃES                   | 12/11/1996 |
| 275 | MARCO AURÉLIO VENTURA PEIXOTO                 | 9/9/2003   |
| 276 | MARCOS ANTONIO FERREIRA ALMEIDA               | 5/9/2005   |
| 277 | MARCOS AUGUSTO DE CARVALHO LOPES              | 7/12/2000  |
| 278 | MARCOS FELIPE HOLMES AUTRAN                   | 7/11/2005  |
| 279 | MARCOS FUJINAMI HAMADA                        | 5/9/2005   |
| 280 | MARCOS LUIZ DA SILVA                          | 7/2/2000   |
| 281 | MARCOS OSSAMU NAKAGUMA                        | 7/2/2000   |
| 282 | MARCOS ROBERTO ALCOFORADO KUNTZ               | 5/9/2005   |
| 283 | MARCOS WANDERLEY DA SILVA                     | 5/9/2005   |
| 284 | MARCUS MONTEIRO AUGUSTO                       | 5/9/2005   |
| 285 | MARCUS VINÍCIUS CORRÊA BITTENCOURT            | 7/2/2000   |
| 286 | MARCUS VINÍCIUS SARAQUINO VINHOSA             | 5/9/2005   |
| 287 | MARIA CAROLINA SHCEIDEGGER NEVES              | 5/9/2005   |
| 288 | MARIA CÉLIA FERNANDES SOARES DA CUNHA         | 7/12/2000  |
| 289 | MARIA CLARICE MAIA MENDONÇA                   | 9/10/2006  |
| 290 | MARIA CLAUDIA MELLO E SILVA                   | 7/2/2000   |
| 291 | MARIA LETÍCIA BRANDÃO GUIMARÃES               | 27/4/2000  |
| 292 | MARIA LÚCIA HOLANDA GURGEL PEREIRA            | 27/4/2000  |
| 293 | MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA             | 9/10/2006  |
| 294 | MARIA ROSA FERREIRA PÉREZ                     | 5/9/2005   |
| 295 | MARILES WICHROSKI DOS SANTOS                  | 5/4/2001   |
| 296 | MARLISE SEIFERT GRALA                         | 7/2/2000   |
| 297 | MAURÍCIO BRAGA TORRES                         | 12/11/2001 |
| 298 | MAURICIO VOICHCOSKI                           | 9/9/2003   |
| 299 | MAURO GUIMARAES SANTOS                        | 11/10/2000 |
| 300 | MAURO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR              | 9/9/2003   |
| 301 | MAXIMILIAN TORRES SANTOS DE SANTANA           | 29/10/2001 |
| 302 | MELISSA CRISTIANE TREVILIN                    | 29/10/2001 |
| 303 | MICHEL AMAZONAS COTTA                         | 7/2/2000   |
| 304 | MICHELE MENEZES DA CUNHA                      | 9/10/2006  |
| 305 | MILTON NUNES TOLEDO JUNIOR                    | 7/2/2000   |
| 306 | NATALIA PASQUINI MORETTI                      | 9/9/2003   |
| 307 | NILMA DE CASTRÔ ABE                           | 22/3/2001  |
| 308 | NILTON RAFAEL LATORRE                         | 12/11/1996 |

SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília/DF

Fone: + 55 (61) 3201-3248 / 3201-3246

- 10/39 -

# DANTAS & CORDEIRO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

| Nº  | Nome do Advogado da União            | Exercício  |
|-----|--------------------------------------|------------|
| 309 | NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA             | 27/4/2000  |
| 310 | OSVALDO GRAVINA FILHO                | 7/2/2000   |
| 311 | PABLO BOURBOM SOARES                 | 9/9/2003   |
| 312 | PAULO ALVARES BABILÔNIA              | 29/10/2001 |
| 313 | PATRICIA BATISTA BERTOLO             | 29/10/2001 |
| 314 | PATRICIA GUIMARÃES MONNERAT          | 7/2/2000   |
| 315 | PATRICIA LIMA SOUSA                  | 5/9/2005   |
| 316 | PAULA CAROLINA BISSOLI CONTRERAS     | 9/10/2006  |
| 317 | PAULA MARTINS DA SILVA COSTA         | 7/2/2000   |
| 318 | PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JUNIOR   | 9/10/2006  |
| 319 | PAULO HENRIQUE KUHN                  | 9/9/2003   |
| 320 | PAULO JOSÉ MONTEIRO SANTOS LIMA      | 29/10/2001 |
| 321 | PAULO KUSANO BUCALÉN FERRARI         | 22/3/2001  |
| 322 | PAULO SOARES HUNGRIA NETO            | 23/10/2000 |
| 323 | PAULO TAEK KEUN RHEE                 | 9/10/2006  |
| 324 | PEDRO AUGUSTO RODRIGUES COSTA        | 22/3/2001  |
| 325 | PEDRO LÚCIO GOMES GIL                | 12/11/1996 |
| 326 | PERCY ALLAN THOMAS AROUCHA           | 7/11/2005  |
| 327 | PETROV FERREIRA BALTAR FILHO         | 9/9/2003   |
| 328 | PRISCILA KUCHINSKI                   | 5/9/2005   |
| 329 | PRISCILA LEAL SEIFERT                | 11/12/2003 |
| 330 | RAFAEL ESTEVES PERRONI               | 9/10/2006  |
| 331 | RAFAEL MAGALHÃES FURTADO             | 9/9/2003   |
| 332 | RAFAEL MENDES DOS SANTOS             | 9/9/2003   |
| 333 | RAFAEL XAVIER DE OLIVEIRA            | 5/9/2005   |
| 334 | RAIMUNDO MENEZES FILHO               | 5/9/2005   |
| 335 | RAPHAEL RAMOS MONTEIRO DE SOUZA      | 5/9/2005   |
| 336 | RAUL MURILO FONSECA LIMA             | 5/9/2005   |
| 337 | REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO      | 9/10/2006  |
| 338 | REGINA LÚCIA GUZZELLI FREIRE MARMORA | 7/2/2000   |
| 339 | RÉGIS BELO DA SILVA                  | 9/10/2006  |
| 340 | REINALDO DE SOUZA COUTO FILHO        | 22/3/2001  |
| 341 | RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU    | 7/11/2005  |
| 342 | RENATA DE QUEIROGA E MELO FARIAS     | 22/3/2001  |
| 343 | RENATA MAIBON ANDREOLI               | 5/9/2005   |
| 344 | RENATA PAIVA SALES DA SILVA          | 22/3/2001  |
| 345 | RENATO FEITOZA ARAGÃO JUNIOR         | 5/9/2005   |
| 346 | RENATO SOUZA OLIVEIRA JUNIOR         | 9/10/2006  |
| 347 | RICARDO RESENDE DE ARAUJO            | 7/2/2000   |
| 348 | RICARDO RIBEIRO DA ROCHA             | 22/3/2001  |
| 349 | RICARDO RODRIGUES AL-ALAM            | 9/10/2006  |
| 350 | RITA DE CASSIA REZENDE               | 27/3/2001  |
| 351 | RIZZA CRISTINA SIMMER DE PAIVA       | 29/10/2001 |
| 352 | ROBERTA SOLIS RIBEIRO                | 5/9/2005   |
| 353 | RODRIGO CUNHA VELOSO                 | 5/9/2005   |
| 354 | RODRIGO DACCACHE                     | 9/9/2003   |
| 355 | RODRIGO DE SOUZA AGUIAR              | 5/9/2005   |
| 356 | RODRIGO DE SOUZA NOGUEIRA            | 22/3/2001  |
| 357 | RODRIGO FERREIRA DIAS                | 5/9/2005   |
| 358 | RODRIGO GOMES TEIXEIRA               | 9/10/2006  |

| Nº  | Nome do Advogado da União                       | Exercício  |
|-----|---|------------|
| 359 | RODRIGO LIMA BEZDIGUIAN                         | 9/9/2005   |
| 360 | RODRIGO PASSOS PINHEIRO                         | 9/10/2006  |
| 361 | RODRIGO RUIZ                                    | 9/9/2003   |
| 362 | ROGÉRIO TELLES CORREIA DAS NEVES                | 9/9/2003   |
| 363 | ROMMEL MADEIRO DE MACEDO CARNEIRO               | 9/9/2003   |
| 364 | RONALDO IACK DA SILVA                           | 5/9/2005   |
| 365 | ROSALIZ ROCHA CAVALCANTE JATOBÁ PINTO           | 22/3/2001  |
| 366 | ROSANE CAMARGO BORGES                           | 9/10/2006  |
| 367 | SAMUEL AUGUSTO RODRIGUES NOGUEIRA NETO          | 22/3/2001  |
| 368 | SANDRA CRISTINA SATIE SAITO                     | 5/9/2005   |
| 369 | SANDRA SORDI                                    | 11/10/2000 |
| 370 | SAYURI IMAZAWA                                  | 7/2/2000   |
| 371 | SÉRGIO ASSUMPTÃO DE CARVALHO                    | 30/5/2001  |
| 372 | SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY                | 7/2/2000   |
| 373 | SÉRGIO RAMOS DE MATOS BRITO                     | 9/9/2003   |
| 374 | SÉRGIO RIBEIRO LUZ                              | 11/12/2003 |
| 375 | SIDNEI SOARES DI BACCO                          | 22/3/2001  |
| 376 | SILVANA REGINA SANTOS JUNQUEIRA                 | 7/2/2000   |
| 377 | SILVIA DE ALENCAR SOUZA FIGUEIREDO              | 22/3/2001  |
| 378 | SILVIO MENDES DA COSTA                          | 2/4/2001   |
| 379 | SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO              | 9/10/2006  |
| 380 | SUELY CLINIO DA SILVA CORREIA                   | 3/8/2000   |
| 381 | SUZANA MEJIA                                    | 11/10/2000 |
| 382 | TANIA PATRICIA DE LARA VAZ                      | 7/2/2000   |
| 383 | TARCISO PICHITELLI                              | 12/11/1996 |
| 384 | TATIANA BANDEIRA DE CAMARGO                     | 11/12/2003 |
| 385 | TATIANE FLORES CAVALCANTE                       | 5/9/2005   |
| 386 | TERCIO ISSAMI TOKANO                            | 15/5/2006  |
| 387 | THAIS CHAVES PEDRO FERREIRA                     | 5/9/2005   |
| 388 | THIAGO PEREIRA PINHEIRO                         | 22/3/2001  |
| 389 | TIAGO FONTES MORETTO                            | 9/9/2003   |
| 390 | TÚLIO PORTO SILVEIRA                            | 7/2/2000   |
| 391 | USTANE GIODA BOCHI                              | 7/2/2000   |
| 392 | VALDEMAR DE OLIVEIRA LEITE                      | 22/3/2001  |
| 393 | VALESCHKA E SILVA BRAGA                         | 14/5/2001  |
| 394 | VALMIRO ALEXANDRE GADELHA JUNIOR                | 9/10/2006  |
| 395 | VALTER OTAVIANO DA COSTA FERREIRA JUNIOR        | 28/10/2001 |
| 396 | VANDERLEI AVELINO DA SILVA                      | 5/9/2005   |
| 397 | VANESSA CANEDO PINTO                            | 2/5/2006   |
| 398 | VANESSA VALENTE CARVALHO SILVEIRA DOS SANTOS    | 7/2/2000   |
| 399 | VIRGINIA BRODBECK BOLZANI                       | 9/9/2003   |
| 400 | VITOR PIERANTONI CAMPOS                         | 7/2/2000   |
| 401 | VIVIANE ALFRADIQUE MARTINS DE FIGUEIREDO MENDES | 12/11/1996 |
| 402 | VIVIANE VIEIRA DA SILVA                         | 29/10/2001 |
| 403 | VLADIMIR PAES DE CASTRO                         | 9/10/2006  |
| 404 | WALDEMIR FERRAREZ DA CUNHA                      | 9/9/2003   |
| 405 | WALTENBERG LIMA DE SA                           | 5/9/2005   |
| 406 | ZANY ESTAELE LEITE JUNIOR                       | 5/9/2005   |

SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília/DF  
Fone: + 55 (61) 3201-3248 / 3201-3246

- 11/39 -

25. Do quadro *retro*, é possível visualizar claramente que todos os representados pela Autora se encontram diante da mesma situação jurídica: desde a data de sua efetiva entrada em exercício vêm sendo alijados do direito subjetivo a gozar 60 (sessenta) dias anuais de férias, além da auferição do *um terço* de acréscimo sobre o salário.

## 5. DO MÉRITO

### 5.1. DA IMPROPRIEDADE DO VEÍCULO LEGISLATIVO UTILIZADO PARA REVOGAR A GARANTIA DE FÉRIAS DE 60 (SESENTA) DIAS DOS MEMBROS DA AGU

26. A Advocacia-Geral da União, elencada no Capítulo IV, do Título IV, da Constituição Federal de 1988, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública, é considerada pelo legislador constituinte como exercedora de função essencial à Justiça. Assim sendo, indubitavelmente o legislador constituinte originário quis atribuir-lhes diferenciação, e assim o fez determinando que a matéria afeta à organização e funcionamento das citadas instituições fossem regidas por Lei Complementar. Isto é o regrado no texto constitucional.

27. Com base em tal disposição, a Advocacia-Geral da União tem sua organização e funcionamento disciplinados pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, normativo esse que dispõe sobre as carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional.

28. Isso é fato. Como fato também é que nem todas as questões atinentes à organização e ao funcionamento das citadas carreiras estão encampadas sob o manto da aludida Lei Complementar. Também não pairam dúvidas de que qualquer matéria atinente e afeta à questão da **organização e funcionamento da AGU**, recepcionadas pela Lei Maior, assim o será com o *status* de Lei Complementar.

29. Por que é necessário tecer aqui tais considerações? Por uma simples razão: é preciso esclarecer que a Lei Complementar nº 73/1993 não disciplinou toda organização e funcionamento da Advocacia-Geral da União, existindo outras normas editadas anteriormente que foram recepcionadas com força de Lei Complementar pela Constituição de 1988.



30. Precisamente no que diz respeito às férias dos membros da Advocacia-Geral da União, temos uma lacuna na LC nº 73/1993. Tal lacuna não se deu nas leis regulamentadoras de outras categorias, de igual importância, como as da Magistratura e do Ministério Público, que desfrutaram de férias de 60 (sessenta) dias expressamente verbalizadas nas leis complementares que tratam de sua organização e funcionamento. Citamos, *in casu*, os artigos 66, da Lei Complementar nº 35/1979 e 220, da Lei Complementar nº 75/1993.

31. Em razão da lacuna contida na Lei Complementar nº 73/1993, alusiva ao assunto referente às férias dos membros da Advocacia-Geral da União, estava em vigor, até outubro de 1996, o art. 1º, da Lei nº 2.123/1953, o parágrafo único, do art. 17, da Lei nº 4.069/1962 e o art. 30, do Decreto-Lei nº 147/1967, que traziam o arcabouço normativo do tema, qual seja a concessão de 60 (sessenta) dias anuais de férias aos membros da supracitada carreira, senão vejamos.

32. O artigo 1º, da Lei nº 2.123/53, dispendo sobre o chamado “grupo jurídico” da Administração Pública Federal, que igualava em atribuições, impedimentos e prerrogativas os procuradores autárquicos federais e os membros do Ministério Público, conforme o abaixo transcrito:

Art. 1º - Os **procuradores das autarquias federais** terão, no que couber, as **mesmas atribuições e impedimentos e prerrogativas** dos membros do Ministério Público da União, reajustando os respectivos vencimentos na forma do art. 16 da Lei nº 499, de 28 de novembro de 1948, de acordo com as possibilidades econômicas de cada entidade autárquica. (grifos nossos)

33. Mais tarde, com o advento da Lei nº 4.069/62, atribuiu-se os aludidos direitos a todos os demais membros do Serviço Jurídico da União. Assim, vejamos o que constava, muito a propósito, no parágrafo único, do artigo 17, *in verbis*:

Art. 17 (vetado)  
Parágrafo único - Aos demais membros do Serviço Jurídico da União, de que trata a lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, em seu art. 14, itens III e IV, **são atribuídos, respectivamente, os**

**mesmos vencimentos, gratificações e vantagens** dos Procuradores da República da 1ª Categoria e dos Procuradores da República de 2ª Categoria, observada a exceção deste artigo. (grifo nosso)

34. Nesse mesmo sentido, também dispunha o enunciado no Decreto nº 147/1967, que, em seu art. 30, assegurava a equiparação dos vencimentos e vantagens entre os Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores da República, salientando-se que ambas são carreiras jurídicas de Estado, *in verbis*:

Art. 30. Os vencimentos e vantagens dos cargos criados nesta Lei de Procurador da Fazenda Nacional de 1ª, 2ª e 3ª Categorias, das Partes Suplementar e Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, são os mesmos que, na forma da legislação vigente, vem sendo pagos ocupantes de cargos ora extintos, mantida a equiparação com os Procuradores da República de categoria correspondente, conforme art. 11 da Lei 2.642 de 9 de novembro de 1955.

35. Também no tocante à carreira de membro do Ministério Público Federal, estava em vigor, à época, a Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, que assegurava aos Procuradores da República o direito às férias anuais de 60 (sessenta) dias, *in litteris*:

Art. 13. O Procurador Geral, ou o Sub-Procurador Geral da República, gozará férias de sessenta dias:

I - juntamente com o Tribunal, perante o qual servir, quando as deste forem coletivas:

II - mediante concessão do Ministro, que lhe houver dado posse, parceladamente, ou não, no caso contrário.

*Parágrafo único.* Os demais membros do Ministério Público terão férias por igual prazo, dadas pelos Procuradores Gerais a que estiverem subordinados, parceladamente, ou não, atendida a conveniência do serviço).

36. Desse modo, a sobreposta Lei Complementar nº 75/93 manteve esse mesmo direito no bojo do seu art. 220, *in verbis*:

Art. 220. Os membros do Ministério Público terão direito a férias de sessenta dias por ano, contínuos ou divididos em dois períodos iguais, salvo acúmulo por necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

37. De tal sorte, podemos concluir que não foi o acaso ou coincidências que levaram, sabiamente, o legislador constituinte a garantir que a organização e o funcionamento das carreiras acima elencadas fossem reguladas por via de Lei Complementar. Daí também ser de límpida clareza que todas as leis recepcionadas pelo novo sistema constitucional, inaugurado a partir de 1988, no tocante a tal matéria, só poder passar pelo fenômeno constitucional da recepção com *status* de Lei Complementar, como sói ocorrer, *verbi gratia*, com o vigente Código Tributário Nacional.

38. Em razão de a Lei Complementar nº 73/93 ter-se silenciado no que diz respeito às férias de 60 (sessenta) dias dos membros das carreiras da Advocacia-Geral da União, temos de concreto que todas as Leis acima citadas cuidavam dessa situação de disciplina de férias dos membros das aludidas carreiras.

39. Dessarte, não há o que obscurecer que tais leis foram recepcionadas pela Constituição de 1988, com a natureza de Leis Complementares, tendo em vista cuidarem de matéria atinente à organização e funcionamento da AGU.

40. Cabe ressaltar aqui que, até o mês de outubro de 1996, os membros da Advocacia-Geral da União usufruíam regularmente férias de 60 (sessenta) dias, com base nas normas mencionadas anteriormente. Entretanto, em um país em que infelizmente se vive sob os auspícios da exceção e não da regra, principalmente no que diz respeito à produção legiferante, o Poder Executivo, em 12 de outubro de 1996, editou a Medida Provisória nº 1.522, que, depois de reeditada, foi convertida na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, instrumento legal esse que, a despeito de formalmente ter natureza de Lei Ordinária, revogou expressamente os dispositivos acima mencionados, ao consignar expressamente, nos seus artigos 5º e 18, que as férias dos membros das carreiras da Advocacia-Geral da União seriam de apenas de 30 (trinta) dias:

Art. 5º Aos servidores ocupantes de cargo efetivo de advogado, assistente jurídico, procurador e demais integrantes do Grupo Jurídico, da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista serão concedidos **trinta dias de férias anuais, a partir do período aquisitivo de 1997.**

.....  
Art. 18. **Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1953, o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, o parágrafo único do art. 3º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o § 2º do art. 2º da Lei n.º 5.845, de 6 de dezembro de 1972, os incisos III e IV do art. 8º, o art. 23, os incisos IV e V do art. 33, o parágrafo único do art. 35, os §§ 1º e 2º do art. 78, o parágrafo único do art. 79, o § 2º do art. 81, os arts. 88, 89, o § 3º do art. 91, o parágrafo único do art. 101, os arts. 192, 193, as alíneas "d" e "e" do art. 240 e o art. 251 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o art. 5º da Lei n.º 8.162, de 8 de janeiro de 1991, o art. 4º da Lei n.º 8.889, de 21 de junho de 1994, os arts. 3º e 10 da Lei n.º 8.911, de 11 de julho de 1994".**

41. Ora, é de solar clareza que tal intento do Poder Executivo é completamente incompatível com o ordenamento constitucional vigente, vez que revogou, por ato normativo ilegítimo e impróprio, normas anteriores, recepcionadas com *status* de Lei Complementar. Assim, não há o que sustentar este equívoco patrocinado pelos arroubos de legislador do Poder Executivo que revogou matérias de Lei Complementar por vias de Lei Ordinária, o que não pode se sustentar em face do regrado de forma combinada nos artigos 69 e 131, da Constituição Federal de 1988.



42. Podemos, pois, cabalmente, concluir que a revogação dos dispositivos recepcionados como Lei Complementar não poderia em nenhuma hipótese ter sido efetivada por Lei Ordinária, o que confirma a tese aqui defendida de que todas as normas, anteriores à malfadada Medida Provisória nº 1.522, convertida na Lei nº 9.527/97, continuam em pleno vigor.

43. Não pairam dúvidas, portanto, de que os dispositivos que concedem 60 (sessenta) dias de férias aos membros da Advocacia-Geral da União continuam em pleno vigor.

44. Confirmando esse posicionamento, socorremo-nos de posição adotada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual acatou a tese ora esposada e reconheceu o direito de férias de 60 (sessenta) dias aos membros da Advocacia-Geral da União. Confira-se, a propósito, a ementa do Recurso Especial nº 415.691-DF, publicada no DJ 24/10/2005, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL. DIREITO DE FÉRIAS. AGRAVO RETIDO. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA EM RECURSO ESPECIAL. PRECLUSÃO. NÃO HÁ DIREITO ADQUIRIDO CONTRA REGIME JURÍDICO. **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO POR NORMA SUBMETIDA AO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, A SABER, A MP N.º 1522/96, CONVERTIDA NA LEI N.º 9.527/97.** VIGÊNCIA DAS NORMAS QUE CONFEREM SESSENTA DIAS DE FÉRIAS, POR ANO, AOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL, QUE JÁ INTEGRAVAM A CARREIRA NO MOMENTO DA IMPETRAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. *omissis*.

2. Os Procuradores da Fazenda Nacional não possuem direitos adquiridos aos sessenta dias de férias, uma vez que é pacífico, na doutrina e na jurisprudência, que não há direito adquirido contra regime jurídico.

3. **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, EM SEU ARTIGO 131, ESTABELECEU QUE CABE À LEI COMPLEMENTAR DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, NA QUAL ESTÁ INTEGRADA A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. ASSIM, OS REFERIDOS DIPLOMAS**

LEGAIS, ANTERIORES À CARTA DE 1988, POR TRATAREM DE MATÉRIA REFERENTE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, FORAM RECEPCIONADOS, NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL, COM STATUS DE LEI COMPLEMENTAR. DESSA FORMA, NÃO É POSSÍVEL A SUA REVOGAÇÃO POR LEI SUBMETIDA AO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, A SABER, A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1522/96, CONVERTIDA NA LEI N.º 9.527/97, DE MOLDE A PERMANECER EM VIGOR AS NORMAS QUE CONFEREM SESSENTA DIAS DE FÉRIAS, POR ANO, AOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL.

4. Recurso especial provido, a fim de **garantir aos Procuradores da Fazenda Nacional**, que já integravam a carreira no momento da impetração do mandado de segurança, **o direito a férias de sessenta dias, por ano.** (Processo REsp 415691 / DF ; RECURSO ESPECIAL 2002/0018652-1 Relator(a) Ministro PAULO MEDINA Relator(a) p/ Acórdão Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA (1127) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 13/09/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 24.10.2005 p. 391)". (sem destaque no original).

45. Para reafirmar, esclarecer, iluminar, abrilhantar o posicionamento ora adotado, transcrevemos *in litteris* o voto vitorioso proferido pelo eminente Ministro Relator Paulo Medina:

"(...) Como a própria Desembargadora Relatora aduz, às fls. 392, os Procuradores da Fazenda Nacional, bem como os demais membros da Advocacia-Geral da União, têm seus direitos assegurados pela Lei nº 8.112/90 e pela Lei Complementar nº 73/96.

Isso não quer dizer a que as lacunas deixadas pela Lei Complementar n.º 73/96, como o direito de férias, por exemplo, devem ser preenchidas pela Lei nº 8.112/90.

Ao contrário, os Procuradores da Fazenda Nacional e os demais membros da

Advocacia Geral da União, foram tratados como categoria especial, pela própria Constituição da República de 1988, em seus arts. 131 e 132.

Desta feita, a aplicação dos direitos previstos na Lei n.º 8.112/90 aos Procuradores da Fazenda Nacional só se dará, excepcionalmente, isto é, quando mais nada dispuser as demais legislações especiais relativas à categoria, quais sejam, a Lei n.º 2.123/53 (art.1º), a Lei n.º 4.069/62 (§ único, do art. 17) e o Decreto-lei n.º 147/67.

Ademais, consoante a exata interpretação e aplicação da Lei de Introdução ao Código Civil, só ficarão revogadas as normas contidas na Lei n.º 2.123/53, na Lei n.º 4.069/62 e no Decreto-lei n.º 147/67 (que sempre receberam o mesmo "status" de legislações complementares), se forem contrárias ou incompatíveis com a Lei Complementar n.º 73/93. Mesmo porque, a Lei Complementar n.º 73/93 não revogou expressamente todas e quaisquer legislações anteriores aplicáveis à espécie, a teor do seu art. 73.

Nessa senda, dispõe o § 1º, do art. 2º, do Decreto-lei nº 4.657/42:

"§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior"

Ainda, atendendo à escorreita interpretação da Lei de Introdução ao Código Civil, é de se reconhecer que o art. 77 da Lei n.º 8.112/90, que corresponde à norma geral, aplicável a todos os servidores públicos federais, não se aplica, definitivamente, aos Procuradores da Fazenda Nacional e demais membros da Advocacia Geral da União, enquanto viger norma específica, regulando o direito de férias:

"§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior".

Por outro lado, foi acertada e precisa a interpretação dada ao caso pela r. sentença, no sentido de que a Medida Provisória n.º 1.522/96 (mesmo depois de convertida na Lei n.º 9.527/97) além de desprovida dos requisitos de relevância e urgência, não pode invalidar o disposto na Lei n.º 2.123/53 (art. 1º), na Lei n.º 4.069/62 (§ único, do art. 17) e no Decreto Lei n.º 147/67, que asseguram o direito a 60 (sessenta) dias de férias, por ano, aos Procuradores da Fazenda Nacional) Ao contrário do que afirma a d. Desembargadora Relatora, às fls. 394, essas legislações, além de recepcionadas pela Constituição da República de 1988, sempre tiveram - é verdade - o "status" de legislação complementar. Permanecem sendo, pois, hierarquicamente, superiores à Medida Provisória n.º 1.522/96, convertida na Lei ordinária n.º 9.527/97.

Quanto à alegação de ofensa ao direito adquirido, à norma constitucional, que assegura a todos os servidores titulares de cargos públicos a irredutibilidade de vencimentos, a supressão aos Procuradores da Fazenda Nacional de 30 (trinta) dias de férias, como bem explicou o Recorrente na exordial, indubitavelmente, diminuição do valor nominal da hora por eles trabalhada.

O raciocínio é tão óbvio, que basta analisar que, se antes esses profissionais auferiam 13 remunerações mensais, ao longo de 10 meses de efetivo exercício, aumentando-se mais um mês de trabalho, a remuneração restaria diminuída, em veemente afronta ao disposto no art. 37, inciso XV, da Constituição da República de 1988.

(...)



Não obstante, apesar de não prosperar a alegação de ofensa a direito adquirido, o recurso merece ser provido, para assegurar o direito a 60 (sessenta) dias de férias aos Procuradores da Fazenda Nacional, em razão de três outros fundamentos.

Primeiro: Os Procuradores da Fazenda Nacional têm seus direitos e deveres disciplinados por legislações específicas, que sempre receberam "status" de leis complementares, quais sejam, a Lei n.º 2.123/53, a Lei n.º 4.069/62 e o Decreto-lei n.º 147/67. Essas legislações foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988, salvo eventuais disposições contrárias ao ordenamento constitucional, o que não é o caso do direito de férias.

Segundo: A Lei Complementar n.º 73/96 não revogou, expressamente, todas e quaisquer legislações anteriores, aplicáveis à categoria.

Sendo, portanto, a Lei Complementar n.º 73/96 de mesma hierarquia que a Lei n.º 2.123/53 e a Lei n.º 4.069/62, e nada tendo disposto a Lei Complementar n.º 73/96 sobre o direito de férias, este continua sendo regulado pelo art. 1º, da Lei n.º 2.123/53 e pelo parágrafo único, do art. 17, da Lei n.º 4.069/62, que aduzem a 60 (sessenta) dias, por ano.

Terceiro: Estando em vigor normas específicas, que regulam o direito de férias dos Procuradores da Fazenda Nacional (art. 1º, da Lei n.º 2.123/53 e parágrafo único, do art. 17, da Lei n.º 4.069/62), não se pode, em absoluto, aplicar, na espécie, a Lei n.º 8.112/90, que é legislação genérica, aplicável a todos os servidores públicos federais, observando-se o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Posto isso, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, para reformar o acórdão de fls. 382/410, da 2ª Turma do Tribunal

Regional Federal - 1ª Região, não conhecendo do agravo retido e concedendo a ordem, no sentido de determinar a preservação do direito de 60 (sessenta) dias de férias, por ano, aos Procuradores da Fazenda Nacional, substituídos processualmente, pelo Recorrente.  
(...)” (sem destaque no texto original).

46. No mesmo julgado, temos também a iluminada peça configurada no voto-vista da lavra do eminente Ministro Hélio Quaglia Barbosa, que, sobre o presente tema, assim pontificou:

“(…) 4. Todavia, no que concerne à impossibilidade de revogação da Lei nº 2.123/53, da Lei nº 4.069/62 e do Decreto-lei nº 147/67 por lei ordinária, assiste razão ao Sindicato recorrente.

Vale consignar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 131, estabeleceu que cabe à lei complementar dispor sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União, na qual está integrada a Procuradoria da Fazenda Nacional.

**Assim, os referidos diplomas legais, anteriores à Carta de 1988, por tratarem de matéria referente a organização e funcionamento da Procuradoria da Fazenda Nacional, foram recepcionados, na nova ordem constitucional, com status de lei complementar.**

Dessa forma, não é possível a sua revogação por lei submetida ao procedimento ordinário, a saber, a Medida Provisória nº 1.522/96, convertida na Lei nº 9.527/97, de molde a permanecer em vigor as normas que conferem sessenta dias de férias, por ano, aos Procuradores da Fazenda Nacional.

5. Diante do exposto, a) entendo, preliminarmente, que a matéria

impugnada é objeto de análise por esta Corte Superior de Justiça e, in casu, inexistente nas razões recursais impugnação qualquer relativa a tal questão.

Isso estabelecido, consta dos autos que os Procuradores da Fazenda Nacional vinham gozando de férias anuais pelo período de sessenta dias, com fundamento no artigo 1º da Lei n.º 2.123/53 e no parágrafo único do artigo 17 da Lei n.º 4.069/62, que os equiparavam, em atribuições e prerrogativas, vencimentos, gratificações e vantagens, aos membros do Ministério Público da União e aos Procuradores da República, ao assim dispor:

Lei n.º 2.123, de 1º de dezembro de 1953:

"Art. 1º - Os procuradores das autarquias federais terão, no que couber, as mesmas atribuições e impedimentos e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União, reajustados os respectivos vencimentos na forma do art. 16 da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, de acordo com as possibilidades econômicas de cada entidade autárquica.

Lei n.º 4.069, de 11 junho de 1962:

"Art. 17 (vetado)

Parágrafo único - Aos demais membros do Serviço Jurídico da União, de que trata a lei n.º 3.414, de 20 de junho de 1958, em seu art. 14, itens III e IV, são atribuídos, respectivamente, os mesmos vencimentos, gratificações e **vantagens** dos Procuradores da República da 1ª Categoria e dos Procuradores da República de 2ª Categoria, observada a exceção deste artigo."

É que, os membros do Ministério Público da União e os Procuradores da República têm assegurada a aludida vantagem na Lei Complementar n.º. 35, de 14 de março de 1979, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional" e na

---

DANTAS & CORDEIRO ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

---

Lei complementar n.º. 75, de 20 de maio de 1993, que "Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União", respectivamente:

"Art. 66 - Os magistrados terão direito a férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais."

"Art. 220. Os membros do Ministério Público terão direito a férias de sessenta dias por ano, contínuos ou divididos em dois períodos iguais, salvo acúmulo por necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos."

Com a edição da Medida Provisória n.º 1.522/96, convertida na Lei n.º 9.527/97, que "Altera dispositivos das Leis n.ºs 8.112, de 11 de fevereiro de 1990, 8.460, de 17 setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências", dispôs, entretanto, o legislador ordinário:

"Art. 5º Aos servidores ocupantes de cargo efetivo de advogado, assistente jurídico, procurador e demais integrantes do Grupo Jurídico, da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista serão concedidos trinta dias de férias anuais, a partir do período aquisitivo de 1997."

"Art. 18. Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1953, o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o § 2º do art. 2º da Lei nº 5.845, de 6 de dezembro de 1972, os incisos III e IV do art. 8º, o art. 23, os incisos IV e V do art. 33, o parágrafo único do art. 35, os §§ 1º e 2º do art. 78, o parágrafo único do art. 79, o § 2º do art. 81, os arts. 88, 89, o § 3º do art. 91, o parágrafo único do art. 101, os arts. 192, 193, as alíneas "d" e "e" do art. 240 e o art. 251 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o art. 5º da Lei nº 8.162, de 8 de

janeiro de 1991, o art. 4º da Lei nº 8.889, de 21 de junho de 1994, os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994."

Assim, a Medida Provisória nº 1.522/96, convertida na Lei nº 9.527/97, ao tempo em que fixou o período de férias anuais em trinta dias, extinguiu a equiparação dos Procuradores da Fazenda Nacional aos membros do Ministério Público da União e aos Procuradores da República, modificando a disciplina jurídica da carreira dos Procuradores da Fazenda.

**Ocorre, todavia, que os Procuradores da Fazenda Nacional, membros da Advocacia Pública, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, estão assim disciplinados:**

"Seção II

DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei".

**Em consequência de tanto, delegada à Lei Complementar a organização e o funcionamento da Advocacia Pública, as normas do artigo 1º da Lei nº 2.123/53 e do parágrafo único do artigo 17 da**

Lei nº 4.069/62, anteriores à Constituição da República de 1988, foram recepcionados com status de lei complementar.

De todo o exposto, resulta que, estando regidos por lei complementar, os Procuradores da Fazenda não poderiam sofrer modificação qualquer na disciplina jurídica de sua carreira, incluídamente a decorrente de cessação de vantagem, qual seja, período diferenciado de férias, por meio de lei ordinária.

Pelo exposto, acompanhando a divergência instaurada pelo Ministro Hélio Quaglia Barbosa, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de 1º grau.

É o voto.

(...)"

48. Percuciente, também, foi a manifestação em sede de parecer oportunamente elaborado pelo Ministério Público Federal, aqui encarnado pelo douto Subprocurador-Geral da República, que, oficiando naquele Recurso Especial, citou o de nº 415.691/DF, confirmando peremptoriamente o direito invocado pelos Autores:

"1. Processual Civil e Administrativo. Recurso Especial. Mandado de Segurança. Reconhecimento do direito dos Procuradores da Fazenda Nacional a férias anuais de 60 (sessenta) dias, conforme as Leis nº 2.123/53 (art. 1º) e 4.069/62 (art. 17) que foram recepcionadas pelo art. 131 da CF/88 como lei complementar. Acórdão da 6ª Turma do STJ que decidiu ser impossível a revogação daquelas leis detentoras de status de lei complementar por lei ordinária (Lei nº 9.527/97).

2. O Ministério Público Federal concorda com a conclusão da 6ª Turma quanto às leis nº 2.123/53 (art. 1º) e 4.069/62 (art. 17) terem sido recepcionadas pelo art. 131 da CF/88 como lei complementar e terem convivido estas leis com a Lei Complementar nº 73/93 que, na parte relativa aos

**direitos dos membros da Advocacia-Geral da União, não os restringiu às disposições da lei nº 8.112/90, mas apenas determinou a aplicação àqueles agentes públicos.**

A 6ª Turma, no Acórdão relatado pelo Ministro Hélio Quaglia Barbosa, decidiu, no mérito, que a Lei nº 9.527/97, em que foi convertida a MP nº 1.522/96, não pode revogar as Leis nº 2.123/53 (art. 1º) e 4.069/62 (art. 17), para reduzir a trinta dias o período de férias anuais dos Procuradores da Fazenda Nacional.

**3. Nesta situação, a superveniente Lei nº 9.527/97 (lei ordinária) não pode revogar aquelas leis anteriores à CF/88 que adquiriram o status de lei complementar por força do art. 131 da CF/88 e convivem, harmonicamente, com as disposições da LC nº 73/93.**

**4. Em razão do exposto, o Ministério Público Federal manifesta a sua concordância com o Acórdão da 6ª Turma e opina pela expedição de ofício às autoridades coatoras para imediato cumprimento do Acórdão, devido à natureza mandamental da decisão no caso em exame, assinalando caracterizar o seu descumprimento crime de desobediência a ensejar a apuração da responsabilidade penal e o pagamento de multa diária a ser fixada em razoável valor, em conformidade com o art. 461 do CPC.**

**É o parecer.**

**(...)"**

**49. Em julgado posterior semelhante, o Ministro Hamilton Carvalhido, monocraticamente, deu provimento ao REsp 833.296/DF, para reconhecer a inconstitucionalidade formal da Lei nº 9.527, de 1997, na parte que reduziu de sessenta para trinta dias as férias dos membros da AGU. Cabe ressaltar que a Egrégia 6ª Turma do STJ, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental interposto contra a referida decisão monocrática, de modo que se revela CONSOLIDADO o posicionamento do Eg. STJ quanto à questão.**

50. Assim sendo e por todo o acima exposto, configurado nos fundamentos Constitucionais e legais, bem como no pontificado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in casu* referendado pelo douto parecer do Ministério Público Federal, e principalmente pelos imperativos de segurança jurídica, rogam os representados da Autora, deva ser aplicado ao caso concreto o controle difuso de constitucionalidade sobre os artigos 5º e 18, da Lei nº 9.527/97, para que o Estado-Juiz os declare inconstitucionais, em relação aos membros da Advocacia-Geral da União.

51. Consectariamente, é de mister declarar plenamente vigentes as normas do Decreto-Lei nº 147/67, do art. 1º da Lei nº 2.123/53, e do parágrafo único, do art. 17, da Lei nº 4.069/62, no que concerne ao direito de férias anuais de 60 (sessenta) dias dos representados pela Autora, tendo em vista terem sido os aludidos artigos de lei recepcionados com o *status* de Lei Complementar pela ordem constitucional instaurada a partir de 1988, impossibilitada, portanto, qualquer alteração que não por norma de igual hierarquia, afigurando-se nula de pleno direito qualquer alteração por via de legislação ordinária.

52. Ressalte-se que, por certo, **as regras que regulamentam o período de férias dos membros da Advocacia-Geral da União, indubitavelmente, são regras atinentes à organização e ao funcionamento da advocacia pública federal (matéria reservada a Lei Complementar).** Afinal, o período correspondente às férias tem consequência direta e imediata no funcionamento da instituição onde os Advogados e Procuradores prestam serviços.

53. **Vê-se, diante de tudo o que aqui se aduziu, que os membros da Advocacia-Geral da União, segundo a vontade soberana do legislador constituinte, expressa no artigo 131 da CF, devem ter seus direitos e prerrogativas definidos em Lei Complementar, incluídas aí as normas sobre o direito de férias.**

54. Frise-se que, conforme acórdão *supra* transcrito, os Procuradores da Fazenda Nacional beneficiários do *mandamus* acima referido tiveram a manutenção do direito às férias anuais de 60 (sessenta) dias garantida e são membros da Advocacia-Geral da União, da mesma forma que os representados pela Autora da presente ação (Art. 2º, § 5º, da LC nº 73/93).

55. Assim, a exclusão do direito às férias anuais de 60 (sessenta) dias dos ora representados violaria, sem sombras de dúvidas, o princípio da igualdade perante a lei (CF, art. 5º, *caput* e inciso II), porque asseguraria



tratamento desigual entre Procuradores da Fazenda Nacional e Advogados da União submetidos ao mesmo regime jurídico e à mesma lei.

## **5.2. OS DOIS VETORES DA NORMA QUE ASSEGURA FÉRIAS DE 60 (SESSENTA) DIAS: A) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL DA AGU; E B) DIREITO SUBJETIVO DE SEUS MEMBROS**

56. Não se desconhece a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no sentido de que o direito de férias integra a categoria dos *direitos e deveres do servidor público* e que não existe direito adquirido a regime jurídico. Não se refuta aqui essa tese, mas se pretende conferir ao tema um olhar mais agudo e crítico, como vem levando a efeito o E. Superior Tribunal de Justiça.

57. A tese ora sustentada vai além dessa singela – embora verdadeira – constatação. Ela pressupõe que, nada obstante o direito de férias seja uma espécie dos direitos subjetivos dos trabalhadores, o que, indubitavelmente, representa seu mais visível vetor, a disposição legal que assegura férias de 60 (sessenta) dias aos membros das carreiras de Estado ostenta um segundo vetor, de índole institucional. Explica-se.

58. O vetor institucional da garantia de 60 (sessenta) dias de férias está associado ao próprio funcionamento da AGU. Ora, se os Membros da AGU gozam de férias com o dobro do tamanho dos servidores públicos em geral, é evidente que as demais normas de funcionamento do órgão devem levar em consideração essa realidade, de modo a maximizar sua produtividade e evitar prejuízos para a Administração Pública. Ademais, resta claro que deve haver toda uma gama de Membros da própria AGU aptos a substituir aqueles que estão em gozo de férias, o que requer uma organização diferenciada.

59. Registre-se que não se está a defender aqui que não é lícito, em hipótese alguma, reduzir de 60 (sessenta) para 30 (trinta) dias as férias estabelecidas para as carreiras de Estado. Não é esse o argumento. O real argumento é que, como há uma imbricação direta entre a garantia de 60 (sessenta) dias de férias dos membros da carreira e o próprio funcionamento do órgão, a opção do legislador de reduzir tais férias deve ser efetivada pela via legislativa adequada, vale dizer, a Lei Complementar.

60. É de se notar que, nas carreiras de Estado – como o são as integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União – a disposição que assegura 60 (sessenta) dias de férias tem evidente implicação no próprio funcionamento do órgão, extrapolando, portanto, a mera

seara dos direitos subjetivos. **Entender o contrário significaria afirmar que as férias de 60 (sessenta) dias dos magistrados e dos membros do Ministério Público poderiam ser revogadas por simples Lei Ordinária, o que, sabe-se, é absurdo.**

61. A título ilustrativo, comparemos as disposições dos arts. 93, *caput*, 128, § 5º, 131, *caput*, e 134, § 1º, todos da Constituição da República:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: (...)

.....

Art. 128 .....  
5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: (...)

.....

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

.....

Art. 134 .....

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de

carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

62. Ora, o que aproxima e o que distingue os quatro dispositivos constitucionais supra transcritos? A resposta é simples.

63. Aproxima-os a noção de que, por se tratarem de carreiras absolutamente fundamentais ao exercício do poder jurisdicional, devem ter sua organização e funcionamento traçados por Lei Complementar, e não por Lei Ordinária.

64. Afasta-os a previsão existente no *caput*, do art. 93 e no § 5º, do art. 128 de que Lei Complementar disciplinará o estatuto da Magistratura e do Ministério Público. Todavia, não é lícito concluir que é daí que surge o fundamento constitucional para atribuir natureza de Lei Complementar às disposições da LOMAN e da LOMP que concedem aos magistrados e membros do Ministério Público 60 (sessenta) dias de férias.

65. Como a própria Constituição traça os princípios que representam a moldura que será preenchida pela Lei Complementar competente, e como esses princípios em momento algum abrangem o direito de férias, é absolutamente coerente afirmar que a autorização para que tal tema conste da LOMAN e da LOMP decorre necessariamente do próprio funcionamento do Poder Judiciário e do Ministério Público.

66. Tanto é verdade que o direito de férias dos membros de sua carreira está diretamente relacionado ao próprio funcionamento da AGU – sendo, portanto, matéria de Lei Complementar – que, em situação análoga, mas relacionada à Defensoria Pública da União, **a revogação dos 60 (sessenta) dias de férias assegurados pelo art. 40, da Lei Complementar nº 80, de 1994, se deu pela via adequada: Lei Complementar nº 98, de 1999 (art. 3º).**

67. Ora, se o direito a 60 (sessenta) dias de férias de seus membros não dissesse respeito ao próprio funcionamento da Instituição, por que haveria o legislador de editar Lei Complementar – sabidamente de tramitação mais árdua e de *quorum* de aprovação mais elevado – e não mera Lei Ordinária (ou mesmo Medida Provisória, como estava em voga à época), como fez no caso da AGU?! Percebe-se claramente que o Poder Executivo deu-se conta do equívoco em que laborou no caso da AGU, e, corrigindo-o, optou por suprimir o

direito de férias dos membros da Defensoria Pública pelo instrumento legal adequado.

## 6. DA INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS NÃO GOZADAS

68. Os representados pela Autora da presente fazem jus, como acima amiúde explanado, ao direito de gozo de férias pelo período 60 (sessenta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) a título de adicional de férias (CF, art. 7º, XVII), visto serem membros da Advocacia-Geral da União. Entretanto, a Administração Pública, desde o advento da Medida Provisória nº 1.522/97, vem, errônea, irregular e ilegalmente, lhes concedendo apenas 30 (trinta) dias de férias.

69. Assim, indubitavelmente, têm os representados pela Autora direito a indenização (equivalente à remuneração) de 30 (trinta) dias de férias, acrescidas de 1/3 (um terço) em relação ao período em que, compelidamente, usufruíram férias de apenas 30 (trinta) dias, em flagrante desrespeito à Constituição e às normas legais legitimamente pertinentes à matéria. Assim sendo e por direito, as férias não gozadas devem ser indenizadas, conforme jurisprudência uníssona do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. FÉRIAS NÃO GOZADAS - APOSENTADORIA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PROTELAÇÃO MULTA.

A administração tem o dever de propiciar o gozo de férias anuais a seus servidores. Não cumprindo este dever, por necessidade do serviço, é inegável a obrigação de indenizar, respondendo por perdas e danos. O pedido de redução de honorários não induz ser o curso protelatório.

Provimento parcial para excluir a multa (Resp. 24.362/SP, DJU 26/10/92, pg 19017, Rel. Ministro Garcia Vieira).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PUBLICO APOSENTADO. FERIAS PROPORCIONAIS NÃO GOZADAS (LEI N. 8.112/90, ART. 78, PARAG. 3). CONVERSÃO EM PECUNIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I - E DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PROPICIAR O GOZO DE FERIAS ANUAIS DE SEUS SERVIDORES. DO CONTRARIO, SERA OBRIGADA

A INDENIZAR O SERVIDOR, MESMO O APOSENTADO VOLUNTARIAMENTE.

II - RECURSO NÃO CONHECIDO. (Resp 63853/DF, Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, DJU 07.08.1995 p. 23107).

70. No mesmo diapasão, também é a jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais. Confira as seguintes ementas:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROCURADOR AUTÁRQUICO DO EXINTO DNER. INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. ACRÉSCIMO DE 1/3. CABIMENTO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO E CUSTAS RAZOAVELMENTE FIXADOS. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. É devido o pagamento do valor relativo às férias não usufruídas pelo servidor quando da aposentadoria, pois representa uma indenização pelo não afastamento do serviço, por analogia com o disposto no § 3º do art. 78 da Lei nº 8.112/90, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

2. Precedentes da Corte e do STJ (cf. TRF1, AC 2000.34.00.011245-0/DF, Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, 1ª Turma, DJ de 04.03.2002, p. 60; TRF1, EDAC 1997.01.00.003894-8/DF, Rel. Desembargador Federal Cândido Ribeiro, 3ª Turma, DJ de 19.12.2000, p. 39; STJ, RESP 75670, Rel. Ministro Edson Vidigal, 5ª Turma, DJ de 25.02.98, p. 95; STJ, RESP 63853, Rel. Ministro Adhemar Maciel, 6ª Turma, DJ de 07.08.95, p. 23107).

3. As partes deverão suportar os honorários de advogado e as despesas na proporção da respectiva derrota, conforme dispõe o comando do caput do art. 21 do CPC, sendo razoável o valor fixado da r. sentença a quo, que deve ser confirmada em todos os seus termos.

4. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, a que se nega

provimento. (TRF-1ª Região, AC - APELAÇÃO CÍVEL - 199801000195867, Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA SUPLEMENTAR, JUIZ FEDERAL MANOEL JOSÉ FERREIRA NUNES, DJU 9/6/2004 PAGINA: 19)

.....  
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.  
FÉRIAS NÃO GOZADAS.  
APOSENTADORIA. ART. 78, § 3º, DA LEI 8.112/90.

- O gozo de férias cujo direito foi adquirido pelo servidor deve ser garantido pela administração e, uma vez não usufruído durante a atividade, torna-se imperativa a indenização, mesmo no caso de aposentadoria voluntária.

- Indenização que se estende relativamente às férias proporcionais, aplicando-se, por analogia, o disposto no § 3º do art. 78 da Lei 8.112/90.

- Apelação e remessa oficial improvidas. (TRF- 4ª Região, AC - APELAÇÃO CÍVEL nº 200004011081910, QUARTA TURMA, Relator SERGIO RENATO TEJADA GARCIA, DJU DATA:06/03/2002 PÁGINA: 2321)

71. Assim, requer a Autora a condenação da União em favor de seus representados ao pagamento de 30 (trinta) dias de férias, acrescidas de 1/3 (um terço), a título de perdas e danos, consoante previsão legal no § 1º, do artigo 461, do Código de Processo Civil, dos últimos nove anos trabalhados pelos representados, a contar de cada período aquisitivo.

## 7. DA NECESSIDADE E DO CABIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA

72. A toda prova, estão presentes os requisitos autorizadores do deferimento do provimento jurisdicional antecipatório, consoante disciplina do art. 273, do *Codex* de Ritos, senão vejamos.

73. De um lado, a inequívocidade das alegações carreadas neste *petitum*, assim como o arcabouço jurídico invocado e a sólida jurisprudência respeitante ao tema, são suficientes para convencer esse nobre Juízo de sua verossimilhança. É de se levar em consideração que a Corte máxima de interpretação do direito federal do País – o Eg. STJ – em julgado recente, da relatoria do Ministro Hamilton Carvalhido, **por decisão monocrática** (o que só

realça a solidez da tese ora em discussão), deu provimento ao REsp 833.296/DF, para reconhecer a inconstitucionalidade formal da Lei nº 9.527, de 1997, na parte que reduziu de sessenta para trinta dias as férias dos membros da AGU. Cabe ressaltar que a Egrégia 6ª Turma do STJ, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental interposto contra a referida decisão monocrática, de modo que, considerando ainda o teor do REsp 415.691/DF, Rel. Min. Hélio Quaglia, se revela **CONSOLIDADO** o posicionamento do Eg. STJ quanto à questão.

74. Ademais, tratando-se de matéria exclusivamente de direito, é dispensável a produção de quaisquer outras provas além das que instruem esta peça exordial.

75. Por outro lado, existe fundado receio de dano de difícil reparação, à medida que, na ausência de ordem judicial em sentido contrário, a Administração Pública continuará a conceder tão-somente 30 (trinta) dias de férias aos representados pela Autora. Embora a jurisprudência tenha pacificado que as férias não gozadas devem ser indenizadas, tal não significa que a reparação pecuniária seja a fórmula desejável. Muito pelo contrário.

76. Evidenciado o direito subjetivo dos representados pela Autora ao gozo de 60 (sessenta) dias de férias, é imperioso que se conceda liminarmente antecipação de tutela para determinar que a Administração Pública, desde já, faça cessar a lesão que se vem implementando, ano após ano, à esfera jurídica dos representados da Autora.

77. Cabe registrar, ademais, que o pleito de antecipação da tutela diz respeito tão-somente ao gozo de férias de 60 (sessenta) dias anuais, sem qualquer repercussão pretérita, por ora.

78. Observe-se que não se trata aqui de hipótese de limitação do deferimento de antecipação da tutela jurisdicional, pois não se pretende a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou a concessão de aumento ou extensão de vantagens (art. 5º da Lei 4.348/64 c/c art. 1º da Lei nº 9.494/97), mas tão-somente o restabelecimento de direito ilegalmente suprimido.

## 8. DOS PEDIDOS

79. Ante o exposto, requer:

a) O deferimento de medida liminar *inaudita altera pars* para declarar que os representados pela AUTORA farão jus, a partir da propositura da presente ação, ao gozo de 60 (sessenta) dias anuais de férias, com todos os consectários dele decorrentes, inclusive o pagamento do acréscimo de 1/3 (um terço) na remuneração;

b) A citação da União, no endereço citado, para, querendo, contestar a presente ação;

c) A intimação do *Parquet Federal* para intervir no feito, na forma do art. 92 da Lei nº 8.078, de 1990.

d) Sejam julgados totalmente procedentes os pedidos, para, *incidenter tantum*, (c.1) declarar a inconstitucionalidade formal (CF, arts. 59, II, 69 e 131) e material (CF, art. 37, XV) dos artigos 5º e 18, da Lei nº 9.527/97, que reduziu, a partir do período aquisitivo de 1997, de 60 (sessenta) para 30 (trinta) dias o período de férias anuais dos cargos de Advogado da União, e (c.2) declarar que foram recepcionados, como Lei Complementar, e plenamente vigentes, os artigos 1º, da Lei nº 2.123, de 1º dezembro de 1953, 17, parágrafo único, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e 30, do Decreto-Lei nº 147/67;

e) Em decorrência, seja assegurado aos representados pela AUTORA listados nesta petição inicial o restabelecimento e implemento do direito às **férias anuais de 60 (sessenta) dias, com o adicional de 1/3 (um terço) da remuneração**, previsto constitucionalmente, com todos os consectários daí emergentes, nos moldes textualmente autorizados pelos artigos 1º, da Lei nº 2.123, de 1º dezembro de 1953, 17, parágrafo único da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 e 30, do Decreto-Lei nº 147/67;

f) A condenação genérica da ré ao pagamento dos valores pecuniários correspondentes ao passivo acumulado, ou seja, a partir do período concessivo de férias do ano de 1996, efetivamente não gozadas, adicionados ainda dos valores de 1/3 (um terço) da remuneração, conforme previsão constitucional, devendo observar a remuneração do respectivo período concessivo relativo a cada substituído, valores estes que serão aferidos individual ou coletivamente, considerando-se a data de posse de cada representado pela Autora, em posterior liquidação de sentença;



g) A fixação de multa diária à União, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o caso de descumprimento da decisão judicial tanto antecipatória quanto a de mérito da obrigação específica de fazer, consistente em conceder 60 (sessenta) dias de férias aos representados pela Autora (art. 461, *caput* e §§ 4º e 5º, do CPC);

h) A condenação da ré ao pagamento dos ônus decorrentes da sucumbência, tais como custas, emolumentos e outras despesas processuais, assim como os honorários advocatícios, estes a serem fixados equitativamente por V. Exa. nos termos do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil;

i) Produção de todos os meios de prova admitidos em direito, em especial as provas documentais ora arroladas, além de outras que possam vir a ser juntadas oportunamente, como perícias, documentos etc.

80.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Florianópolis, 25 de outubro de 2006.

  
**MARA CARINE VILELA DA SILVA**  
**OAB/DF 21.417**

## ESTATUTO

CARTÓRIO DE SOBRADINHO  
2ª. Of. de Notas, Reg. Civil, Prot. de Títulos  
Reg. de Pes. Juríd. e de Tt. e de Arquivos  
MICROFILME SOB O Nº 02508

CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

CAPÍTULO II: DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I: DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO III: DOS ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO II: DA ASSEMBLÉIA GERAL

SEÇÃO III: DA DIRETORIA

SEÇÃO IV: DO CONSELHO FISCAL

SEÇÃO V: DAS DELEGACIAS SECCIONAIS

CAPÍTULO IV: DAS ELEIÇÕES

SEÇÃO I: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO II: DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO IV - DO ORÇAMENTO E DAS FINANÇAS

SEÇÃO I: DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



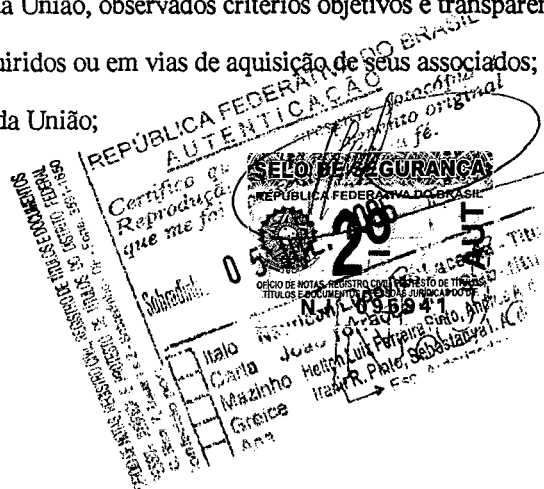
## CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1. A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO\_ ANAUNI, fundada em 12 de novembro de 1996, com prazo de duração indeterminada, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, é associação profissional dos Advogados da União, ativos e inativos, na forma dos artigos 5º, incisos XVIII e XXI e 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil, regendo-se pelo presente estatuto.

Art.2. A ANAUNI, com sede em Brasília-DF, tem por fim a defesa, a promoção e a representação dos interesses econômicos e profissionais dos seus sócios titulares.

Art.3 Além das prerrogativas legais, cabe à ANAUNI:

- I. Representar e defender os interesses e direitos coletivos e individuais dos associados, relativos às suas atividades profissionais perante autoridades administrativas e judiciárias;
- II. fazer valer, em juízo e fora dele, as prerrogativas da carreira que representa;
- III. fazer valer as prerrogativas inerentes à carreira prevista no ESTATUTO da Ordem dos Advogados do Brasil e na Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União
- IV. promover negociações coletivas e movimentos reivindicatórios tendentes a assegurar a dignidade da carreira, a melhoria das condições de trabalho e a sobrevivência condigna de seus integrantes;
- V. promover a carreira junto aos meios de comunicação, culturais, universitários e políticos, inclusive à Ordem dos Advogados do Brasil, de forma a levar a público as conquistas realizadas pelos associados, bem como as suas aspirações e necessidades, visando a implementar meios de mobilização interna e externa;
- VI. colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas relacionados com a classe e pugnar pelo aprimoramento e manutenção da ordem jurídica no Serviço Público Federal;
- VII. promover e divulgar os trabalhos técnicos de natureza jurídica de seus associados, assim como os de outros juristas nacionais e estrangeiros;
- VIII. colaborar com os poderes públicos no aperfeiçoamento da ordem jurídico-social;
- IX. incentivar e promover o aperfeiçoamento cultural, intelectual e científico de seus associados, por meios de congressos, simpósios e outros eventos de interesses da Advocacia da União, direta ou em conjunto com outra entidade pública ou privada;
- X. celebrar convênios ou ajustes com órgãos da administração pública e instituições particulares objetivando a obtenção de recursos destinados à realização de eventos culturais;
- XI. lutar:
  - a. pela efetivação do princípio do concurso público como forma de ingresso na carreira;
  - b. pelo preenchimento de todos os cargos em comissão, inclusive os de recrutamento amplo, e pelo exercício das funções de confiança por Advogados da União integrantes da carreira;
  - c. pela Antigüidade e pelo mérito, alternadamente, como forma de promoção em todos os níveis da carreira de Advogados da União, observados critérios objetivos e transparentes;
  - d. pela preservação dos direitos adquiridos ou em vias de aquisição de seus associados;
  - e. pela estabilidade dos Advogados da União;



- IV. Pagar as contribuições fixadas pela Assembléia Geral e as cominações pecuniárias que lhe sejam impostas por meio do devido processo, autorizando, em relação às primeiras, o seu desconto em folha de pagamento, no ato da filiação;
- V. Zelar pelo patrimônio da ANAUNI;
- VI. Comparecer a Assembléia Geral regularmente convocada para maior representatividade das suas deliberações;

Art. 10. Perderá a qualidade de associado aquele que deixar de pagar a mensalidade social por mais de três meses e, comunicado, deixar de regularizar o recolhimento no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será permitida a readmissão do associado inadimplente excluído conforme o inciso I do artigo 14, mediante nova proposta e pagamento de todas as mensalidades sociais atrasadas até a exclusão, acrescidas dos juros legais e correção monetária.

### SEÇÃO I: DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 11. O sócio que infringir disposições estatutárias ou dos órgãos da Associação estará sujeito às penas advertência, suspensão por 30 dias ou exclusão do quadro social dependendo da gravidade da infração.

Art. 12. Será advertido o associado faltoso primário que:

- I - tiver comportamento inconveniente aos interesses da entidade, manifestando-se publicamente, em termos descorteses, contra os fins a que se destina a Associação;
- II - faltar com o respeito a qualquer membro da Diretoria, quando no exercício da função;
- III - praticar atos perturbadores da ordem, dentro da sede social ou em evento promovido pela entidade.

Art. 13. Será suspenso o associado que tiver reincidido nas faltas previstas no art. 12, após advertência.

Art. 14. O associado poderá ser excluído, quando:

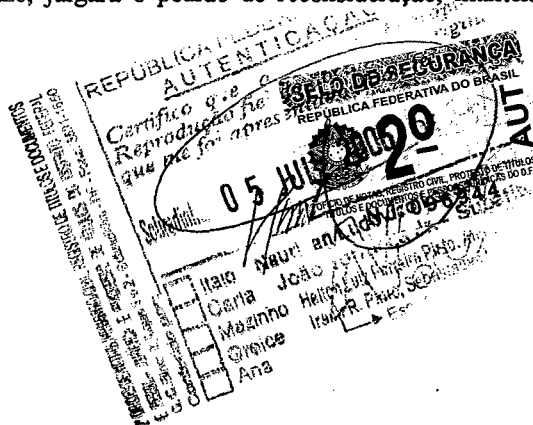
- I - deixar de pagar os débitos para com a Associação;
- II - for condenado por crime doloso, com sentença transitada em julgado e que importe na indignidade para o exercício da Advocacia Pública;
- III - desrespeitar este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e as decisões da Diretoria, dependendo da gravidade da infração;
- IV - agir de forma ofensiva para com a Associação, ou para com a Diretoria, por palavras ou atos;
- V - tiver sofrido a pena de suspensão, nos termos do Art. 13, e após cumprir a sanção, vier a reincidir na falta.

Art. 15. A Diretoria é órgão competente para aplicar as penalidades previstas nos artigos anteriores, com exceção da pena de exclusão que será aplicada pela Assembléia Geral.

§ 1º. Da penalidade imposta deverá ser dado conhecimento, por escrito, ao associado.

§ 2º. Das penas de advertência e suspensão, o associado, dentro de 10 (dez) dias contados da comunicação, poderá apresentar defesa escrita à Diretoria, requerendo reconsideração da punição.

§ 3º. Recebida a defesa, a Diretoria, em igual prazo, julgará o pedido de reconsideração, mantendo ou reformando a decisão.



- f. por remuneração justa e compensatória que atenda á expectativa e ao grau de formação de seus associados.

## CAPÍTULO II: DOS ASSOCIADOS

Art. 4. É associado o Advogado da União, ativo ou inativo, que manifeste sua vontade de integrar a ANAUNI, através de comunicação escrita ao seu órgão de direção na qual se obrigue expressamente à obediência aos termos deste Estatuto.

Art. 5. O Quadro social compõe-se de associados das seguintes categorias:

I – fundadores, constituídos de Advogados da União que participaram da assembléia geral de constituição da entidade;

II - efetivos, constituídos de Advogados da União, ainda que aposentados ou em disponibilidade, desde que inscritos;

III - beneméritos, os associados que se tornarem merecedores desse título, pelos relevantes serviços prestados à ANAUNI;

IV – honorários, as pessoas que se tornarem merecedores desse título, pelos relevantes serviços prestados à ANAUNI.

Art. 6. São contribuintes obrigatórios os associados fundadores, efetivos e beneméritos.

Art. 7. O título de associado benemérito ou honorário é conferido pela Assembléia Geral mediante proposta fundamentada de pelo menos dez associados.

Art. 8. São direitos do associado:

- I. Tomar parte na Assembléia Geral, com direito a voz e voto;
- II. Propor à Diretoria ou à Assembléia Geral as medidas que julgar úteis ou convenientes aos interesses da classe e da Associação;
- III. Participar das atividades sociais e culturais da Associação;
- IV. Receber assistência jurídica ANAUNI em casos relacionados à sua atuação funcional, observado o dispositivo no art. 3º, I;
- V. Ser desagravado através de publicação em jornal de grande circulação quando, no exercício de sua função ou em razão dela, for injustamente ofendido, conforme deliberação da Diretoria.
- VI. Peticionar por escrito perante os órgãos da ANAUNI, devendo a respectiva decisão ser proferida no prazo de 30 dias salvo se o caso exigir prazo inferior, a critério da Presidência.

Art. 9 - São deveres do associado:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da ANAUNI;
- II. Portar-se com respeito e dignidade em suas relações e manifestações perante o ANAUNI e os demais associados;
- III. Zelar pelos princípios da Administração Pública e pelo bom nome carreira e da ANAUNI;



§ 4º. Da pena de exclusão o associado dentro de 10 (dez) dias contados da comunicação, poderá apresentar defesa escrita à Assembléia Geral, requerendo reconsideração da punição.

### CAPÍTULO III: DOS ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

#### SEÇÃO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. São órgãos da Associação:

- I. a Assembléia Geral;
- II. a Diretoria;
- III. o Conselho Fiscal;
- IV. Delegacias Estaduais
- V. a Junta de julgamento.

Art. 17. Não podem ocupar cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal:

- I. Procurador-Geral;
- II. Corregedor-Geral;
- III. Qualquer associado que esteja assessorando diretamente o Procurador-Geral ou o Corregedor-Geral; e
- IV. Os associados em débito com a Associação.

#### SEÇÃO II: DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18. Assembléia Geral é o órgão soberano da ANAUNI e constitui-se pela reunião plenária dos filiados.

Art. 19 – A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária.

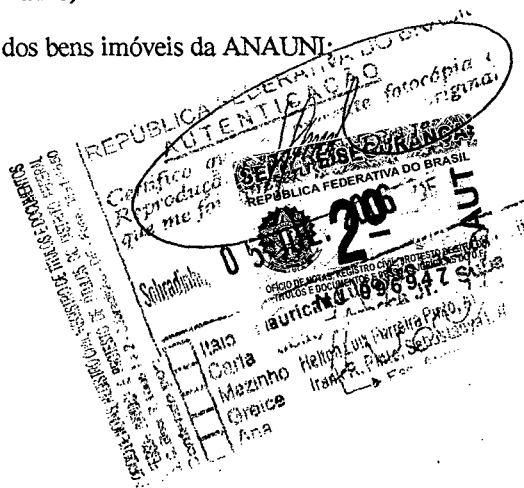
§ 1º – A Assembléia Geral Ordinária se reunirá:

I – anualmente, por ocasião do Encontro Nacional dos Advogados da União, quando serão apresentadas as contas dos Administradores e discutidos temas do interesse da carreira em geral, traçando-se, na oportunidade, a diretiva política da entidade.

II – bienalmente, para eleger os representantes junto ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União e os integrantes do Conselho Fiscal.

Art. 20. À Assembléia Geral compete privativamente:

- I. reformar o Estatuto;
- II. eleger os membros do Conselho Fiscal e da Junta de Julgamento;
- III. aprovar o orçamento e as contas de cada exercício;
- IV. fixar o valor das contribuições dos filiados;
- V. autorizar a alienação ou a oneração dos bens imóveis da ANAUNI.



- VI. destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal que incorrerem em abuso, excesso, desvio ou omissão no exercício das respectivas competências;
- VII. deliberar, pelo voto de 2/3 dos associados, sobre a extinção da ANAUNI e a consequente destinação de seus bens;
- VIII. referenciar a decisão da Diretoria prevista no art. 31, VII;
- IX. apreciar os recursos relativos às penalidades impostas pela Diretoria;

§ 1º - A destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á pelo voto favorável de 3/5 (três quintos) dos filiados.

§ 2º - Para alteração do Estatuto será necessário quorum de maioria absoluta dos filiados e votação favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes e representados, habilitados a votar.

Art. 21. A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente a qualquer tempo, por convocação do Presidente, atendendo a requerimento do Conselho Fiscal ou solicitação de 10 dos associados

Parágrafo único. A Diretoria terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para efetivar a convocação de Assembléia, a contar da data em que houver sido formalmente instada a fazê-lo.

Art. 22. Em qualquer hipótese, a Assembléia Geral só se reunirá mediante convocação circular remetida a todos os associado, expedida com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência.

Art. 23. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença de metade mais um dos associados habilitados a votar; inexistindo quorum, em Segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com qualquer número.

Art. 24. A assembléia geral poderá se realizar de modo descentralizado, reunindo-se os associados na sede de cada Estado, conforme constar do instrumento convocatório.

Parágrafo único. A assembléia geral também poderá se realizar via internet ou veículo semelhante, conforme constar do instrumento convocatório.

Art. 25. As reuniões da Assembléia Geral serão presididas pelo Presidente da ANAUNI, salvo quando convocadas pelo Conselho Fiscal e durante o processo de apreciação e votação das contas exercícios social anterior, quando presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal;

Art. 26. A mesa será composta pelos membros da Diretoria, salvo se convocada pelo Conselho Fiscal, quando será composta pelos respectivos membros.

Art. 27. As atas da Assembléia Geral serão assinadas por quem a presidir, em conjunto com o membro que a secretariar;

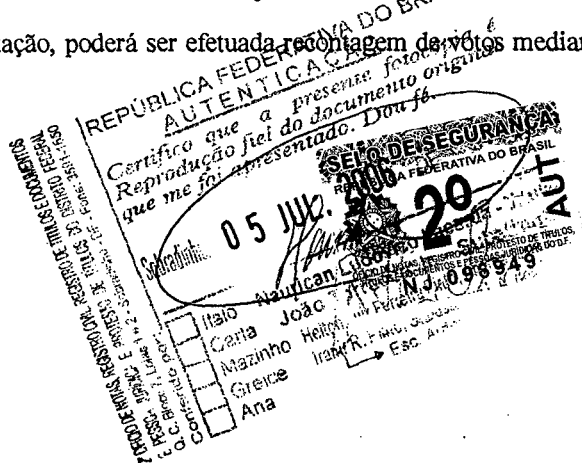
Art. 28. As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por voto majoritário aberto, que poderá ser nominal ou simbólico.

§ 1º - No caso previsto no parágrafo único do artigo 24, o voto poderá ser realizado via internet ou veículo semelhante.

§ 2º - O voto será secreto:

- no julgamento de recurso contra a expulsão de associado da ANAUNI;
- nos casos em que assim determinar a maioria dos filiados presentes e representados.

§ 3º - Em casos de dúvida sobre o resultado da votação, poderá ser efetuada recontagem de votos mediante proposta de qualquer associado.



§ 4º - O Presidente da Assembléia terá voto de qualidade, se houver empate na votação aberta, ficando registrado em ata todas as ocorrências e deliberações.

§ 5º - Na hipótese de se verificar empate em votação secreta, far-se-ão novas votações até que surja um pronunciamento definitivo da Assembléia.

§ 6º - Desde que 05 (cinco) associados tenham usado da palavra sobre a mesma matéria, qualquer filiado poderá requerer o encerramento imediato da discussão, cabendo ao Plenário decidir sobre tal requerimento.

Art. 29. O associado que apresentar recurso à Assembléia Geral não poderá participar das deliberações relativas ao tema.

### SEÇÃO III: DA DIRETORIA

Art. 30. A Diretoria, órgão de execução da Associação, eleita pela Assembléia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, é composta pelos seguintes membros:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Diretor Administrativo;
- V. Diretor de Atividades Legislativas;
- VI. Diretor de Comunicação;
- VII. Diretor Social; e
- VIII. Assessor Jurídico;

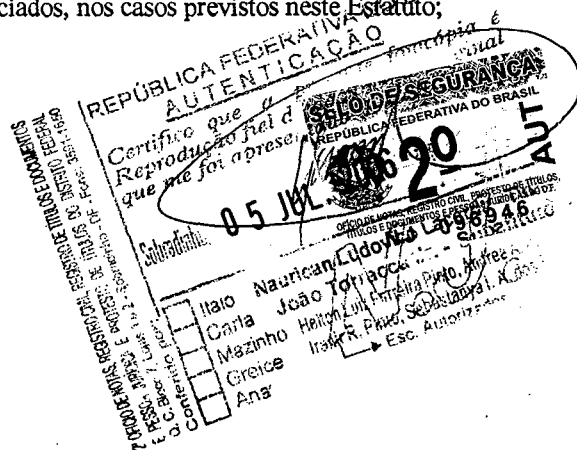
§ 1º. Serão eleitos, juntamente com os titulares, 2 (dois) suplentes, observado o disposto no inciso IV do artigo 31.

§ 2º. Poderão ser designadas comissões para eventos especiais, com atribuições expressamente definidas;

§ 3º. As atas de reuniões de Diretoria serão assinadas por quem as presidir em conjunto com o filiado que as secretariar.

Art. 31. Compete à Diretoria:

- I. gerir a ANAUNI;
- II. aprovar a inscrição de novos sócios;
- III. promover encontros, congressos e seminários, que integrem os Advogados da União, contribuindo para o seu aprimoramento cultural e profissional;
- IV. designar, dentre os diretores suplentes, quem substituirá diretor afastado provisória ou definitivamente;
- V. fazer com que se realize a Assembléia Geral convocada pelos associados, no prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido instada;
- VI. aprovar, ad referendum da Assembléia Geral, a propositura de ações judiciais, no interesse da associação ou de seus associados, nos casos previstos neste Estatuto;





- VII. criar sub-sedes nas Unidades da Federação, onde se fizer necessário, especialmente onde for lotado o Presidente da ANAUNI, assim como extingui-las;
- VIII. convocar extraordinariamente a Assembléia Geral de Associados e o Conselho Fiscal;
- IX. enviar ao Conselho Fiscal, anualmente, o balanço e a previsão orçamentária;
- X. exercer quaisquer atribuições que não sejam privativas de outro órgão da Associação, e colaborar com as atividades dos mesmos;
- XI. Aprovar o Regimento da Revista dos Advogados da União;
- XII. resolver casos omissos neste Estatuto.

§ 1º. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria simples, presente no mínimo 04 (quatro) de seus membros, cabendo ao Presidente apenas o voto de qualidade.

§ 2º. As decisões da Diretoria serão registradas em ata e transcritas em livro próprio que ficará à disposição de qualquer associado.

§ 3º. Será automaticamente declarado vago o cargo de Diretoria, cujo ocupante, injustificadamente, não comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

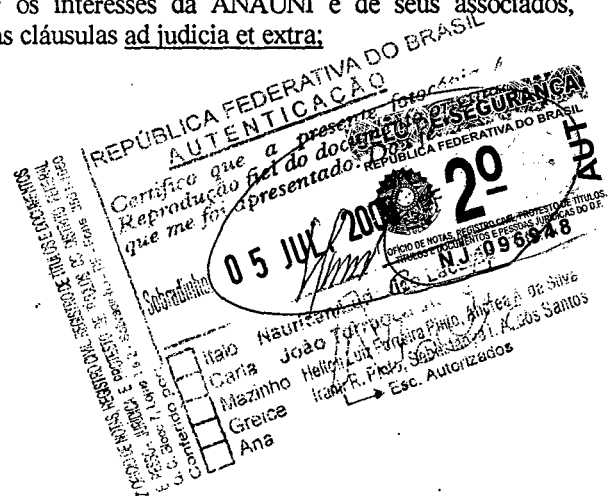
Art. 32. A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros, assegurado ao Presidente o voto de desempate.

Parágrafo Único. As reuniões da Diretoria poderão ser efetuadas através de qualquer veículo de comunicação, inclusive telefonia ou rede de computadores, devendo as respectivas atas ser registradas em livro próprio e assinadas na primeira reunião pessoal subsequente à realizada por tais meios.

Art. 33. O membro da Diretoria que incorrer em abuso, excesso, desvio ou omissão, no exercício da gestão administrativa da entidade, responde na forma da seção I do Capítulo II, independente da responsabilidade civil e criminal.

Art. 34. Compete ao Presidente:

- I. representar a ANAUNI, ativa e passivamente em juízo ou perante os poderes públicos, podendo outorgar mandato com a cláusula AD JUDICIA ET EXTRA, sempre que necessário, em defesa dos interesses da Entidade ou de seus associados;
- II. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- III. admitir e dispensar empregados;
- IV. apresentar relatório anual de gestão;
- V. nomear comissões especiais, permanentes ou transitórias;
- VI. assinar em conjunto com o Diretor Administrativo os cheques e ordens de pagamento pertinentes à Associação, ressalvados aqueles de valor inferior ao correspondente a dez salários mínimos, que poderão contar apenas com a assinatura do Diretor Administrativo;
- VII. convocar e presidir a Assembléia Geral;
- VIII. nomear assessores especiais;
- IX. nomear procuradores para defender os interesses da ANAUNI e de seus associados, conferindo-lhe os poderes referentes às cláusulas ad judicium et extra;



- 02508  
49
- X. firmar contratos e assinar qualquer documento que envolva responsabilidade financeira juntamente com o Diretor Administrativo;
  - XI. responder, no prazo de 30 (trinta) dias, às petições dos associados;
  - XII. coordenar e supervisionar as atividades dos diretores, decidindo os conflitos de exercício das respectivas funções;
  - XIII. decidir, ad referendum, casos de urgência de competência da Diretoria;
  - XIV. sustentar e defender os atos da Diretoria perante a Assembléia Geral;
  - XV. empregar esforços para o funcionamento harmônico e eficiente de todos os órgãos da Associação, e exercer sua influência para dirimir as controvérsias que possam atingir o prestígio da entidade;
  - XVI. expedir circulares, instruções, avisos e resoluções;
  - XVII. adquirir e onerar bens imóveis, com a aprovação da Assembléia Geral;
  - XVIII. manter intercâmbio com as entidades estrangeiras e nacionais congêneres e fazer representar a Associação em conclave nacionais e internacionais;
  - XIX. delegar funções aos demais membros da Diretoria; e
  - XX. adotar medidas urgentes de defesa da classe ou de Advogado da União em particular, ainda quando não associado, quando ofendido em suas prerrogativas funcionais, assim como a defesa da própria Associação e de seus associados.

Art. 35 – Ao Vice-Presidente compete suceder o Presidente, substituí-lo nos impedimentos e afastamentos, exercer as atribuições que lhe foram delegadas, auxiliando-o sempre que por este solicitado.

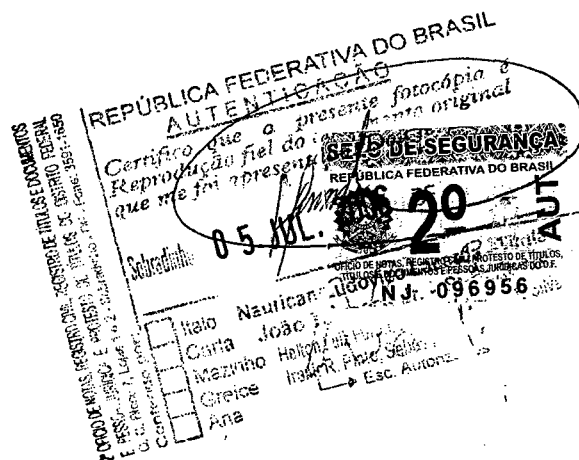
Parágrafo Único. Na hipótese de afastamento definitivo do Presidente e do Vice-Presidente da ANAUNI, assumirá a Presidência, interinamente, o secretário ou, na sua impossibilidade, os diretores na ordem do artigo 30, devendo ser convocada, no prazo de 30 dias, nova eleição, salvo se já decorrido  $\frac{3}{4}$  do mandato.

Art. 36. Compete ao Diretor-Secretário:

- I. lavrar as atas das reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- II. controlar a atualização dos respectivos livros;
- III. auxiliar diretamente o Presidente da ANAUNI na condução das assembleias, exceto quando a Mesa não seja composta pela Diretoria;
- IV. redigir a correspondência oficial da Associação e providenciar os documentos que serão analisados na Assembléia Geral e nas reuniões da Diretoria;
- V. substituir o Presidente nas faltas e impedimentos simultâneos deste e do Vice-Presidente, e convocar o processo eleitoral quando ocorrida a vaga na Presidência e Vice-Presidência da Associação, exercendo cumulativamente suas atribuições até a eleição de novos Presidente e Vice-Presidente; e
- VI. exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pela Diretoria ou pelo Presidente.

Art. 37. Compete ao Diretor-Administrativo:

- I – manter a contabilidade da entidade;



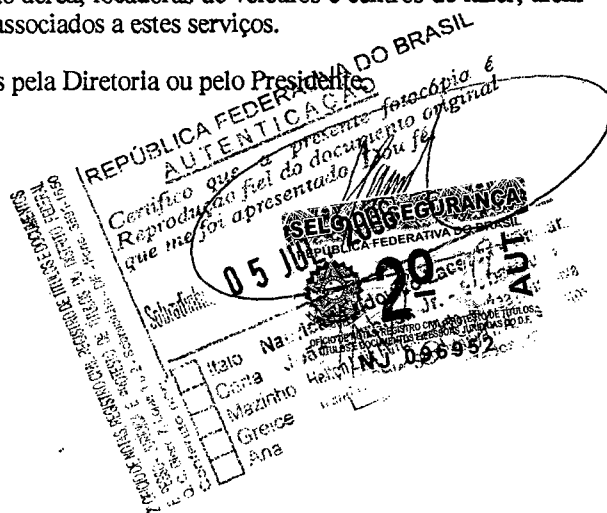
- II – controlar a arrecadação das contribuições dos associados e das demais rendas da ANAUNI, os salários mínimos e, acima deste valor, fazê-lo em conjunto com o Presidente;
- III – assinar cheques e ordens de pagamento para cobertura de despesas até dez salários mínimos e, acima deste valor, fazê-lo em conjunto com o Presidente;
- IV – apresentar à Diretoria proposta de previsão orçamentária anual, a ser submetida à Assembléia Geral;
- V – apresentar à Diretoria os balancetes quadrimestrais e o balanço anual;
- VI – firmar contratos ou assinar qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, juntamente com o Presidente;
- VII – a administração de pessoal;
- VIII – a gerência de arquivos, cadastros e documentação;
- IX – a administração de materiais;
- X – a atividade de controle administrativo;
- XI – zelar pelo patrimônio da ANAUNI;
- XII – receber e promover a expedição de correspondências;
- XIII – indicar ao Presidente os funcionários a serem contratados, controlar o expediente e autorizar o pagamento dos salários devidos;
- XIV – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pela Diretoria ou pelo Presidente.

**Art. 38. Compete ao Diretor de Atividades Legislativas:**

- I – coordenar a elaboração de anteprojetos de emendas constitucionais, de leis e de atos normativos concernentes à Advocacia Pública;
- II – acompanhar a atividade do Congresso Nacional, do Governo Federal e dos Tribunais no concernente à tramitação de normas que sejam de interesse da categoria;
- III – coordenar a assessoria parlamentar profissional eventualmente contratada.

**Art. 39. Compete a Diretor Social:**

- I – Elaborar, organizar e coordenar a assistência aos associados e seus dependentes na área social e de saúde;
- II – coordenar a participação de associados em eventos jurídicos-culturais;
- III – organizar e promover encontros, congressos e seminários, que integrem os Advogados da União, contribuindo para o seu aprimoramento cultural e profissional;
- IV – celebrar convênios com hotéis, empresas de viação aérea, locadoras de veículos e centros de lazer, além de outras instituições, visando a ampliar o acesso dos associados a estes serviços.
- V – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pela Diretoria ou pelo Presidente.



Art. 40. Compete ao Diretor de Comunicação:

I – informar aos associados, através de periódico, os assuntos de interesse da categoria, especialmente quanto à atuação da ANAUNI;

II – conduzir as atividades de Comunicação Social da ANAUNI, visando a promover a boa imagem da entidade e da carreira de Advogado da União junto aos órgãos da imprensa, entidades da sociedade civil e autoridades.

III - recomendar a contratação de provedor para a internet ou supervisionar a rede própria;

IV - manter, disciplinar e coordenar o funcionamento das páginas, listas de discussão e fóruns na internet;

V - divulgar, nas listas e fóruns de Advogados da União, os informes elaborados pelo Presidente ou demais Diretores;

VI – coordenar a publicação de revista com artigos de Advogados da União e outros juristas, a fim de promover a imagem da carreira e difundir as suas teses jurídicas.

Art. 41. Ao Diretor de Assuntos Jurídicos compete coordenar ações de interesse dos associados da ANAUNI, após deliberação da Diretoria, e acompanhá-las em juízo, prestando informações aos demais membros da entidade.

#### SEÇÃO IV: DO CONSELHO FISCAL

Art. 42. O Conselho Fiscal é o órgão de controle financeiro e patrimonial da ANAUNI, sendo composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, para mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á a qualquer momento, por motivação especificada de quem realizar a convocação.

§ 2º. As reuniões do Conselho Fiscal, a exceção daquelas em que se deliberar acerca dos balanços e demonstrações financeiras de exercício social, poderão ser efetuadas através de qualquer veículo de comunicação, inclusive telefonia ou rede de computadores, devendo as respectivas atas ser registradas em livro próprio e assinadas na primeira reunião pessoal subsequente às realizadas por tais meios.

§ 3º. As atas de reuniões do Conselho Fiscal serão assinadas por quem as presidir, em conjunto com o membro que as secretariar.

Art. 43. Compete ao Conselho Fiscal:

I – eleger seu presidente;

II – acompanhar e fiscalizar as contas da Diretoria, emitindo parecer conclusivo após a realização de cada auditoria;

III – apresentar à Assembléia Geral Ordinária parecer anual acerca das contas do exercício anterior;

IV – fiscalizar o patrimônio da ANAUNI, zelando por sua integridade;

V – instaurar e instruir processo para apurar irregularidades cometidas pela Diretoria ou por qualquer de seus membros contra o patrimônio ou as finanças da ANAUNI, emitindo parecer conclusivo.





## CAPÍTULO IV: DAS ELEIÇÕES

### SEÇÃO I: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45. As eleições gerais serão realizadas na primeira quinzena do mês de novembro dos anos pares, em Assembléia Geral para este fim convocada, com início às 09:00 horas e término às 18:00 do dia designado.

Art. 46. O voto será dado a chapa completa, não sendo permitido o voto em nomes isolados.

Parágrafo único. É permitida a reeleição, limitada a uma única vez, caso se trate do mesmo cargo.

Art. 47. Dar-se-á a perda do mandato por:

I - renúncia;

II - desligamento do quadro social;

III - deliberação da Assembléia Geral nos termos do artigo 20, § 1º.

### SEÇÃO II: DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 48. Até o primeiro dia do mês de outubro do ano em que se encerrar o mandato da Diretoria, a Assembléia Geral Ordinária elegerá, por maioria dos presentes e representados, comissão eleitoral, composta por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, dentro do quadro de associados, para regulamentar, coordenar, promover e dirigir a eleição.

§ 1. Não havendo associados em número suficiente, poderá integrar a comissão eleitoral qualquer diretor da Associação desde que não seja candidato a qualquer cargo na diretoria ou no Conselho Fiscal.

§ 2. O Presidente da Comissão Eleitoral será designado pela Assembléia Geral, dentre os eleitos.

Art. 49. O Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 15 (dez) dias contados da eleição prevista no artigo 48, divulgará o edital de convocação da eleição, contendo todo o cronograma eleitoral e data e local onde será instalada a mesa receptora.

Parágrafo único. A divulgação do edital de convocação da eleição poderá ser feita através da página oficial da ANAUNI ou outro veículo de comunicação.

Art. 50. O prazo para registro de chapa será de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação das eleições.

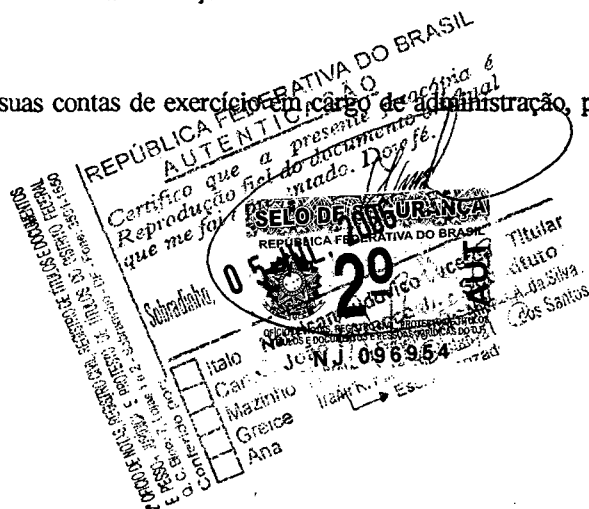
Art. 51. O pedido de registro de chapa será dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e deverá conter o nome de todos os integrantes da chapa e o respectivo cargo a que concorrem.

Parágrafo único. A chapa poderá, também, com o pedido de registro, indicar até dois fiscais, por local de votação, para acompanhar a eleição e a apuração.

Art. 52. Nenhuma chapa concorrente à Diretoria da Associação poderá habilitar-se sem que dela constem candidatos domiciliados em pelo menos 3 (três) Unidades da Federação.

Art. 53 – Será inelegível o associado:

I – que não tiver definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargo de administração, pela Assembléia Geral;



II – que houver lesado o patrimônio da Entidade;

III – que tenha sido destituído, pela Assembléia Geral, de cargo administrativo ou de representação da Entidade.

Art. 54. Haverá uma mesa receptora em todas as cidades onde houver mais de 4 (quatro) filiados.

Parágrafo Único. Nas Unidades da Federação em cujas capitais houver até quatro filiados, a votação se dará por correspondência ou via internet, devendo as cédulas, no primeiro caso, ser enviadas à Sede da ANAUNI.

Art. 55. A cédula será confeccionada pela Comissão Eleitoral e conterá assinatura de pelo menos 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo único. Não sendo possível o procedimento previsto no caput, a cédula deverá ser assinada pelo Delegado Estadual.

Art. 56. O voto por correspondência deverá ser feito em dois envelopes: um externo, com a identificação e assinatura do filiado; um interno, sem identificação, contendo a cédula, recebido até o início da votação, que ficará em poder do Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 57. O voto pela internet ou veículo semelhante deverá ser disciplinado pela comissão eleitoral.

Art. 58. Não será considerado o voto que contiver qualquer sinal que permita sua identificação.

Art. 59. A urna receptora será lacrada em presença de fiscais das chapas, no início da eleição.

Art. 60. Encerrada a votação e a apuração, os votos ficarão em poder do Presidente da Comissão Eleitoral, por 5 (cinco) dias, após o que serão destruídos.

Art. 61. Será eleita a chapa que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo Único. Em caso de empate, será realizado segundo turno entre as chapas mais votadas, no prazo de quarenta e cinco dias, devendo a respectiva data ser comunicada aos associados com antecedência mínima de dez dias.

Art. 62. A posse dos eleitos será dada pelo Presidente da Associação no dia 1º de janeiro do ano seguinte a eleição.

Parágrafo único. No caso de reeleição a posse dos eleitos será dada pelo presidente da comissão eleitoral.

Art. 63. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

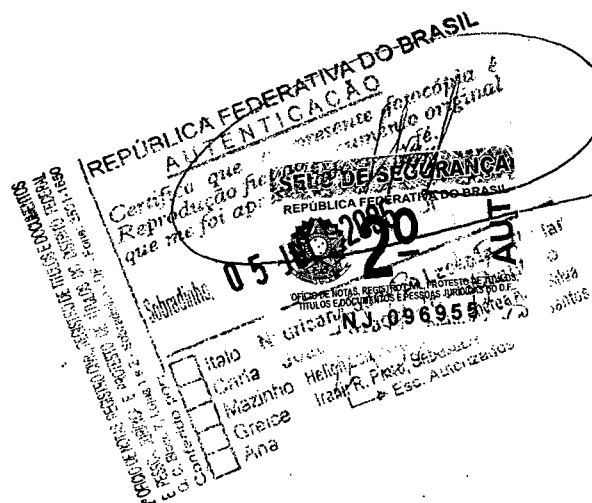
## CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO

Art. 64 – Constituem patrimônio da ANAUNI

I - As contribuições dos associados;

II - Os imóveis de sua propriedade, os quais só poderão ser onerados e alienados mediante autorização prévia e expressa da Assembléia Geral, sendo necessário 2/3 (dois terços) dos votos;

III - Os bens móveis de sua propriedade, os quais só poderão ser alienados pelo voto da maioria absoluta da Diretoria.



## CAPÍTULO IV - DO ORÇAMENTO E DAS FINANÇAS

Art. 65. O orçamento abrangerá o período de 01 (um) ano, com data final em 31 (trinta e um) de dezembro.

§ 1º. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar e publicar, em 15 dias, as demonstrações financeiras com o registro da situação do patrimônio da ANAUNI e as movimentações ocorridas no exercício.

§ 2º. O orçamento será elaborado pelo Presidente e pelo Diretor—Administrativo e submetido à aprovação da Diretoria até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 3º. O orçamento anual será divulgado para os associados, imediatamente após sua aprovação.

Art. 66. A receita orçamentária constitui-se de:

I - contribuição social obrigatória;

II - rendas, juros, inversões e participações de capital, de serviços prestados e venda de obras jurídicas;

III - subvenções, auxílios, doações e legados; e

IV - receitas extraordinárias.

Art. 67. As despesas realizadas pelas representações, não constantes do orçamento, serão reembolsadas pela ANAUNI, quando autorizadas pela Diretoria.

Art. 68. Serão custeadas pela ANAUNI:

I - as despesas comprovadamente realizadas com os deslocamentos para reuniões de serviços da entidade, bem como as necessárias ao desempenho das respectivas atividades, consideradas como tais as decorrentes de hospedagens, refeições e transportes;

II - as despesas de passagem e estada do Presidente, ou representante, quando se fizer necessária e indispensável a presença da entidade em eventos nacionais ou internacionais;

III - as despesas com premiações nos concursos e seleções para cursos ou viagens;

IV - as despesas com atividades vinculadas às suas finalidades.

Parágrafo único. As prestações de contas relativas a adiantamentos concedidos para fins específicos, serão efetuadas até 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços a que se destinarem.

Art. 69. A ANAUNI manterá contas bancárias de movimentação corrente, de prazos fixos, caderneta de poupança e outros meios permitidos em lei, com o objetivo de preservar o valor monetário da moeda. Parágrafo único. São autorizados a movimentar as contas bancárias e de valores em nome da ANAUNI, conjuntamente, nos termos previstos neste Estatuto, o Presidente e o Diretor Administrativo que, nas ausências, será substituído por um membro da Diretoria, escolhido pela mesma.

### SEÇÃO I: DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 70. As contribuições serão fixadas pela Assembléia Geral por proposta do Presidente e mediante convocação específica para este fim.

Parágrafo único. As contribuições poderão ser descontadas diretamente na folha de pagamento do associado mediante sua expressa autorização.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia é  
Reprodução fiel do original  
que me foi apresentado.  
05 JUL 2006  
Sobradinho, 05 JUL 2006  
Esc. Autorizados  
Italo Naurican  
Carla João T. rapça N.J. 996960  
Mazinho Helton Luiz Pereira Pato, Phreia A. da Silva  
Greice Irad R. Pato, Sebastião I. A. dos Santos  
Ana

2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS - PROTESTO DE TÍTULOS DE CREDITO FEDERAL  
O.C. 9007, 7º andar, 1º e 2º andar - Sobradinho, DF - Fone: 3511-1800

Caracterizado por:  
Esc. Autorizados

02508



## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

56

Art. 71. O mandato da atual Diretoria findará em 31 de dezembro de 2002

Art. 72. Aprovado o novo estatuto, terá ele validade imediata, ressalvadas as disposições em contrário.

Art. 73. A reforma estatutária referente à ampliação e modificação dos cargos da Diretoria somente produzirá efeitos a partir do processo de eleição dos novos dirigentes, em novembro de 2.002.

Art. 74. O presente Estatuto será registrado no cartório competente em Brasília, ficando revogado o anterior.

Art. 75. A Associação não se filia a quaisquer ideologias religiosas ou político-partidárias, nem as patrocinará.

Art. 76 – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas pela ANAUNI.

Art. 77 – Os casos não previstos no Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e, no seu interregno, pelo Diretoria.

**CARTÓRIO DE SOBRADINHO**  
2º Ofício de Notas, Registro Civil, Protesto de Títulos e de Pescoços Jurídicos e de Títulos e Documentos  
Quadra Central Bl. 07 Lote 06 Edif. Sylvia - Fone: 3237-3237  
Oficial Everaldo Fátima dos Santos  
Apresentado e Registrado em  
Microfilme nº **02508** SRO.00021054  
Anotado nº **1400**  
do Livro nº **A-03** 59412  
Sobradinho, **14 OUT 2001**  
Sebastião A. A. dos Santos - Substituta  
Nilton Luiz Ferreira Pinto - Manuel Costa Filgueiras  
Luiz de Souza Lima - Rivaldo Feitosa dos Santos  
Esc. Autorizados

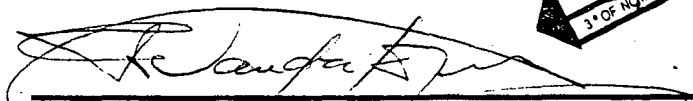
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia é  
Reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado  
Sobradinho, 05 de 10 de 2001  
Italo Na  
Carla  
Mazinho  
Greice  
Ana  
Esc. Autorizados

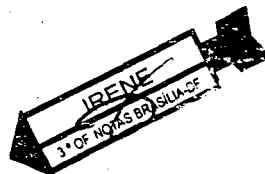
**02508**

## TERMO DE POSSE DA NOVA DIRETORIA

Ao 1º de março do ano de dois mil e cinco, no auditório Dom João VI, localizado no Setor de Industrias Gráficas, Edifício Imprensa Nacional, Quadra 06, Lote 800, em Brasília, Distrito Federal, eu, **Douglas Vitoriano Locateli**, na condição de Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI e no uso das atribuições que me conferem as disposições estatutárias, tendo em vista o resultado final do processo eleitoral com o fim de prover os cargos da Diretoria desta entidade, para mandato no biênio 2005/2006, dou posse e declaro empossados em seus respectivos cargos os abaixo nominados, integrantes da chapa única inscrita para o referido pleito, eleitos por aclamação, de acordo com o que consta do Edital nº V/2004, expedido pela Comissão Eleitoral regularmente eleita pela Assembléia - Geral Ordinária realizada aos 21/24 de outubro de 2004, em Natal/RN.

### Presidente:

  
**JOSÉ WANDERLEY KOZIMA – PU/SC**



### Vice Presidente:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 PODER JUDICIÁRIO/DF  
 2º Ofício de Notas, Registro Civil, Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica e Protesto de Títulos do DF  
 O. Central B1.07 L3.05 F-  
 OFICIAL NAURICIA

  
**MAX CASADO DE MELO – PU/GO**



|   |                           |
|---|---------------------------|
| 3º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA                     |                           |
| S.C.S. QD 8 - BL 860 - LJ 140 D                     |                           |
| BRASÍLIA-DF - FONE: 321-2217                        |                           |
| RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: |                           |
| 15JAT8151-MAX CASADO DE MELO.....                   |                           |
| 15JMU3841-JOSÉ WANDERLEY KOZIMA.....                |                           |
| Em Testemunha da verdade.                           |                           |
| Brasília, 02 de março de 2005                       |                           |
| 002   | CARLOS MAGNO DE ALVARENGA |
|   | ESCREVENTE AUTORIZADO     |

(continua na página 2)

BOERADINHO/DF, 04/03/2005  
 Representado Hoje Registrado em  
 04/03/2005 em 3417  
 Anotei: 1 - Ar do registro nº 2302

Atestado - João Torrecilla Jr.  
 Autorizados-Sebastião I.A Santos  
 Sandra Conceição Vaz de Sousa  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 João Torrecilla Jr.

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
SOMENTE ANVERSO (VERSO EM BRANCO)  
De acordo com o art. 7º, V, da Lei 8.935, de 18/11/1994  
autentico esta fotocópia que é reprodução fiel do original.

Brasília - DF,

27 JAN 2006

José Carvalho Freitas Sobrinho - Tabelião  
José Arismaldo da Silva - 1º Substituto  
Nilson Marcelino Pereira - 2º Substituto  
ESCREVENTES AUTORIZADOS  
Carlos Magno de Alvarenga - Margarida Divina Guimarães  
Deusdeta de Faria Albernaz - Norma Mônica Silva Mota  
Márcia Edilene de M. Andrade - Lucimar das Santos Lima

**Secretário-Geral:**

*André Augusto Dan.*  
 ANDRÉ AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL – SGCT/GAB/AGU/DF

*Bruno Moreira*  
 1º Suplente: Bruno Moreira Fortes – CONJUR/MC/DF

2º Suplente: Paulo Henrique Kuhn – CONJUR/MT/DF

**DIRETOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS:**

*Douglas Vitoriano Locateli*  
 DOUGLAS VITORIANO LOCATELI – PGU/DF

1º Suplente: José Mauro O' de Almeida – PU/PA

2º Suplente: Michel Amazonas Cotta – CONJUR/DRT/SC

**DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:**

*Waldemar Ferrarez da Cunha*  
 WALDEMAR FERRAREZ DA CUNHA – CGAU/DF

1º Suplente: Bruno Leonardo Guimarães Godinho – PU/BA

2º Suplente: Geomar André Bender – PRU/RS

(continua na página 3)

**3º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA**  
 S.C.S. QD 8 - BL B60 - LJ 140 D  
 BRASÍLIA-DF - FONE: 321-2212

---

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)  
 firma(s) de:  
 53HUGBDO-DOUGLAS VITORIANO LOCATELI.....

Em Testemunho da verdade.  
 Brasília, 02 de Março de 2005

002 - CARLOS MAGNO DE ALVARENGA  
 ESCRIVENTE AUTORIZADO

**3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO**  
**CONFERE COM O ORIGINAL**  
**(VERSO E AVERSO)**

De acordo com o art. 7º, V, da Lei 8.935, de 18/11/1994  
 autentico esta fotocópia, que é reprodução fiel do original.

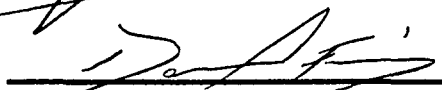
Brasília - DF, 27 JAN 2006

Jose Carvalho de Moraes - Tabelião  
 José Ariemide da Silva - 1º Substituto  
 Nilson Marcelino Pereira - 2º Substituto  
 ESCRIVENTES AUTORIZADOS

Carlos Magno de Alvarenga - Intergerida Divina Guimarães  
 Deusdete de Faria Albernaz - Norma Mônica Silva Mota  
 Márcia Edilene de M. Andrade - Lucimar das Santos Lima

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:**


ROGÉRIO TELLES CORREIA DAS NEVES – PGU/DF



1º Suplente: Daniel Rocha de Farias – SGCT/GAB/AGU

2º Suplente: Izabel Cecília de Oliveira Bezerra – PU/CE

**DIRETOR SOCIAL:**


MARCELO RIBEIRO DO VAL – PGU/DF



1º Suplente: Tiago Fontes Moretto – CONJUR/MT/DF

2º Suplente: Vitor Pierantoni Campos – PSU/Niteroi/RJ

**ASSESSOR JURÍDICO:**


VALMIR JOÃO SCODRO – PU/PR

1º Suplente: Alêxandre Alves Feitosa – SGCT/GAB/AGU/DF



2º Suplente: Lena Barcessat Lewinski – PRU/SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO/DF

(continuação da página 2)  
2ª Seção de Registro, Registro  
de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas  
e Protocolo de Títulos do GJ  
MICROFILME 208 NQ

\*\*\*\*\* 03/17 11:11:11 \*\*\*\*\*

(continua na página 4)

04 MAR 2005

Leônidas Fabrício R. Cruz  
4º Ofício de Notas de Brasília DF  
Escrivente Autorizado

4º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERRED  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA(S)  
firma(s) de:  
10344936-ROGERIO TELLES CORREIA DAS NEVES

Em testemunho da verdade.  
BRASÍLIA, 04 de Março de 2005

005-ARILDO DE SOUZA ARAUJO  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
horr. 12/03/05

Leônidas Fabrício R. Cruz  
4º Ofício de Notas de Brasília DF  
Escrivente Autorizado  
12/03/05

NOTAS E PROTESTO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
(VERSO E AVERSO)  
De acordo com o art. 7º, V, da Lei 8.935, de 18/11/1994  
autentico esta fotocópia, que é reprodução fiel do original.

Brasília - DF, 21 JAN 2006


José Carneiro Freitas Corrêa - Tabelião  
José Aníbal da Silva - 1º Substituto  
Nilson Marciano Parais - 2º Substituto  
ESCREVENTES AUTORIZADOS  
Carlos Magno da Alvarado - Mariana Divina Guimarães  
Dionete de Faria Albeniz - Norma Mônica Silva Mota  
Márcia Edilene de M. Andrade - Leônidas dos Santos Lima


**ASSESSORIA ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO:**

Daniel Carlos Andrade – PRU/RJ

  
Kaoru Ogata – PRU/SP

  
Rafael Magalhães Furtado – CONJUR/MT/DF

  
Rommel Madeiro de Macedo Carneiro – CONJUR/MC/DF

  
DOUGLAS VITORIANO LOCATELI  
Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI



3ª. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
S.C.S. QD 8 - BL B60 - LJ 140 D  
BRASÍLIA-DF - FONE: 321-2212

RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)  
firma(s) de:  
15JHUGB03-DOUGLAS VITORIANO LOCATELI.....

Em Testemunho da verdade,  
Brasília, 02 de Março de 2005

002 - CARLOS MAGNO DE ALVARENGA  
ESCREVENTE AUTORIZADO



3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
SOMENTE ANVERSO (VERSO EM BRANCO)  
De acordo com o art. 7º, V, da Lei 8.935, de 19/11/1994,  
autentico esta fotocópia, que é reprodução fiel do original.

Brasília - DF,

27 JAN 2006

José Carvalho Freitas Sobrinho - Tabelião  
José Arismêdo da Silva - 1º Substituto  
Nilson Marjolino Pereira - 2º Substituto  
ESCREVENTES AUTORIZADOS  
Carlos Magno de Alvarenga - Margarida Dívina Guimarães  
Deusdete de Faria Albernaz - Norma Mônica Silva Costa  
Márcia Edilene de M. Andrade - Lucimar dos Santos Lima


## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**OUTORGANTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO – ANAUNI**, pessoa jurídica com personalidade de direito privado, entidade classista representante da carreira de Advogado da União da Advocacia-Geral da União (AGU), inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.731.430/0001-71, sediada no CLSW 303, Bloco "B", Sala 55, Ed. Rhodes Center III, Setor Sudoeste - Brasília/DF - CEP.: 70673-622 - Tel/Fax: (61) 3344-4386, neste ato representada pelo seu presidente José Wanderley Kozima, brasileiro, casado, portador da CI nº 13.860.239 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 065.692.498-51, residente e domiciliado em Florianópolis (SC).

**OUTORGADOS: Bruno Dantas Nascimento**, inscrito na OAB/DF sob nº 19.682, **Mara Carine Vilela da Silva**, inscrita na OAB/DF sob nº 21.417, e **Paulo Henrique Perna Cordeiro**, inscrito na OAB/DF sob nº 18.559, integrantes do escritório **Dantas & Cordeiro Advocacia e Assessoria Jurídica**, com endereço na SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 49, Ed. Embaixador, Sala 120, Brasília, DF, telefones (61) 3201-3248/3201-246.

Através do presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE nomeia e constitui como seu(s) procurador(es) o(s) advogado(s) acima nominados, outorgando-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, com fim específico de ajuizar ação contra a União, tendo por objeto o reconhecimento do direito ao período de férias de sessenta dias para os Advogados da União associados à outorgante e demais conseqüentários legais.

Florianópolis (SC), 19 de setembro de 2006.

  
José Wanderley Kozima  
Presidente da ANAUNI

**- RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 -**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|    |   |
|----|---|
| 1  | ADALBERTO JOSÉ KASPARY FILHO                  |
| 2  | ADELAIDE ELISABETH CARDOSO CARVALHO DE FRANÇA |
| 3  | ADEMIR SCABELLO JUNIOR                        |
| 4  | ADILSON VAZ DA SILVA                          |
| 5  | ADRIANA CARVALHO DE MOURA                     |
| 6  | ADRIANA SOUZA DE SIQUEIRA                     |
| 7  | ADRIANO CARVALHO BEZERRA DE BRITO             |
| 8  | ADRIANO MARTINS DE PAIVA                      |
| 9  | AERTON MIRANDA DA PAIXÃO                      |
| 10 | AGNALDO JOAQUIM DA SILVA                      |
| 11 | AGNALDO JURANDYR SILVA JUNIOR                 |
| 12 | ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA                     |
| 13 | ALBERTO FRANCISCO CACHUBA JUNIOR              |
| 14 | ALBERTO TORRES DA SILVA                       |
| 15 | ALCIONE VICENTE SCHMITT                       |
| 16 | ALESSANDRA DE CÁTIA BRANDÃO FAGUNDES FURLAN   |
| 17 | ALESSANDRA MATOS DE ARAÚJO                    |
| 18 | ALESSANDRA NASCIMENTO MORAES                  |
| 19 | ALESSANDRA RAMOS DE ALMEIDA GOMES             |
| 20 | ALESSANDRA SOARES DA SILVA CERUTTI PORTO      |
| 21 | ALESSANDRO LIRA DE ALMEIDA                    |
| 22 | ALEXANDRE ALVES FEITOSA                       |
| 23 | ALEXANDRE ARAÚJO DE MATOS                     |
| 24 | ALEXANDRE BOROWSKI                            |
| 25 | ALEXANDRE COSTA LIMA NETO                     |
| 26 | ALEXANDRE GOMES MOURA                         |
| 27 | ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SÁ                   |
| 28 | ALEXANDRE VITOR MURATA COSTA                  |
| 29 | ALFREDO CESAR GANZERLI                        |
| 30 | ALINE ALBUQUERQUE SANTANNA DE OLIVEIRA        |
| 31 | ALINE DE ALMEIDA MENIN                        |
| 32 | ALISSON DA CUNHA ALMEIDA                      |
| 33 | ALLAN BARBOZA MARANHÃO                        |
| 34 | ALMIRO VIEIRA CARNEIRO                        |
| 35 | ALTAIR ROBERTO DE LIMA                        |
| 36 | ALUISIO DE SOUZA MARTINS                      |
| 37 | ÁLVARO CHAGAS CASTELO BRANCO                  |
| 38 | ÁLVARO JANUÁRIO CORDEIRO NETTO                |
| 39 | ALYNE GONZAGA DE SOUZA                        |
| 40 | ALYNNE ANDRADE LIMA                           |
| 41 | ALZIRA DE SOUZA LOPES CODEÇO MARQUES          |
| 42 | AMALIA CARMEN SAN MARTIN                      |
| 43 | AMARILDO JOSÉ WERLANG                         |
| 44 | AMAURY JOSÉ SOARES                            |
| 45 | ANA BEATRIZ DE SALLES COELHO                  |
| 46 | ANA BEATRIZ LINS BARBOSA                      |
| 47 | ANA CAROLINA DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE       |
| 48 | ANA CRISTINA BALAZEIRO BORGES DOMINGUES       |
| 49 | ANA ELISA SOBRAL VILA NOVA DE CARVALHO VIEIRA |
| 50 | ANA ERCÍLIA SPINELLI DE CARVALHO              |
| 51 | ANA FLÁVIA BORSALI                            |
| 52 | ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS                  |
| 53 | ANA PAULA DE MENDONÇA BÉRARD                  |
| 54 | ANA PAULA NIEDZIELUR LISBOA                   |

|     |  |
|-----|--|
| 55  | ANA REGINA DE ANDRADE FREITAS MARTINS      |
| 56  | ANA VALÉRIA DE ANDRADE RABÊLO              |
| 57  | ANDRÉ AUGUSTO CELLA                        |
| 58  | ANDRÉ AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL          |
| 59  | ANDRE BARROS DE OLIVEIRA                   |
| 60  | ANDRÉ DE OLIVEIRA DANTAS                   |
| 61  | ANDRÉ FREITAS DA SILVA                     |
| 62  | ANDRÉ GUSTAVO DE SOUZA                     |
| 63  | ANDRÉ GUSTAVO VASCONCELOS DE ALCÂNTARA     |
| 64  | ANDRÉ JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR   |
| 65  | ANDRÉ LUIS RODRIGUES DE SOUZA              |
| 66  | ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA             |
| 67  | ANDRÉ LUIZ DE CÔRDOVA                      |
| 68  | ANDRÉ NAVARRO FERNANDES                    |
| 69  | ANDREA DE LA ROCQUE FERREIRA               |
| 70  | ANDRÉA DE MOURA SOARES                     |
| 71  | ANDREA DE QUADROS DANTAS                   |
| 72  | ANDREA GROTTI CLEMENTE                     |
| 73  | ANDRÉA PERNAMBUCO TOLEDO                   |
| 74  | ANDREA VISCONTI PENTEADO CASTRO            |
| 75  | ANDRÉIA CRISTIANE SERRANO                  |
| 76  | ANDREY FABIANO LUSTOZA FEDATO              |
| 77  | ANGELA CAMINOTTO                           |
| 78  | ANGELA MARIA AMORIM DE QUEIROZ             |
| 79  | ANGÉLICA MOREIRA DRESCH DA SILVEIRA        |
| 80  | ANITA VILLANI                              |
| 81  | ANNA CHRISTINA KHOURI MARIANO DOS SANTOS   |
| 82  | ANNA CLAUDIA FANUCK STEIN                  |
| 83  | ANTENOR PEREIRA MADRUGA FILHO              |
| 84  | ANTONIO CARLOS GONÇALVES                   |
| 85  | ANTÔNIO CÉLIO MARTINS TIMBÓ COSTA          |
| 86  | ANTÔNIO CLÁUDIO ALVES DE ALBUQUERQUE       |
| 87  | ANTONIO DOS SANTOS NETO                    |
| 88  | ANTONIO GABRIEL SACHSIDA                   |
| 89  | ANTONIO INÁCIO PIMENTEL RODRIGUES DE LEMOS |
| 90  | ANTONIO LEVI MENDES                        |
| 91  | ANTONIO MARTINIANO JÚNIOR                  |
| 92  | ANTONIO PORFÍRIO DA SILVA                  |
| 93  | ANTONIO WALDIR DOS SANTOS CONCEIÇÃO        |
| 94  | APARECIDO DOS PASSOS JUNIOR                |
| 95  | AQUILES VIANA BEZERRA                      |
| 96  | ARINA LIVIA FIORAVANTE                     |
| 97  | ARISTHÉA DE SOUZA TOTTI E SILVA            |
| 98  | ARLENE SANTANA ARAÚJO                      |
| 99  | ARLINDO ICASSATI ALMIRAO                   |
| 100 | ARNALDO APARECIDO DE MELO                  |
| 101 | ARTHUR DOUGLAS VENEGAS                     |
| 102 | ARTUR SOARES DE CASTRO                     |
| 103 | ARUÁ COSTA                                 |
| 104 | ARUANA SOARES NUNES                        |
| 105 | BÁRBARA ISADORA SANTOS SEBE NARDY          |
| 106 | BÁRBARA MIRANDA TURRA                      |
| 107 | BARTIRA MEIRA RAMOS NAGADO                 |
| 108 | BARTOLOMEU BASTOS ACIOLI LINS FILHO        |

**– RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 –**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |  |
|-----|--|
| 109 | BEATRIZ BASSO                          |
| 110 | BERNARDO GLIONOER KATZ                 |
| 111 | BERNARDO LIMA VASCONCELOS CARNEIRO     |
| 112 | BETANIA FLAVIA ARAUJO DE MENEZES       |
| 113 | BETANIA GONÇALVES DE OLIVEIRA REIS     |
| 114 | BIANCA MIRANDA ZÉOLA                   |
| 115 | BONI DE MORAES SOARES                  |
| 116 | BRUNO CORREIA CARDOSO                  |
| 117 | BRUNO DA ROCHA CARVALHO                |
| 118 | BRUNO DE MENEZES PERDIGÃO              |
| 119 | BRUNO GUSTAVO MOREIRA SOARES           |
| 120 | BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO       |
| 121 | BRUNO MOREIRA FORTES                   |
| 122 | BRUNO OTAVIO COSTA ARAUJO              |
| 123 | BRUNO SACRAMENTO SANTOS SILVA          |
| 124 | CAIO ALEXANDRE WOLFF                   |
| 125 | CAMILA LORENA LORDELO SANTANA          |
| 126 | CARLA ADRIANA STOCO                    |
| 127 | CARLA CRISTINA GUIMARÃES TROVÃO SILVA  |
| 128 | CARLA FERNANDA LEÃO BARCELLOS          |
| 129 | CARLOS ALEY SANTOS DE MELO             |
| 130 | CARLOS EDUARDO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA |
| 131 | CARLOS EDUARDO GALVÃO GONÇALVES LEMOS  |
| 132 | CARLOS EDUARDO MALTA CRAVO             |
| 133 | CARLOS EDUARDO POSSIDENTE GOMES        |
| 134 | CARLOS ERILDO DA SILVA                 |
| 135 | CARLOS INÁCIO PRATES                   |
| 136 | CARLOS JACI VIEIRA                     |
| 137 | CARLOS JOSÉ DE SOUZA GUIMARÃES         |
| 138 | CARLOS LUIZ NETO                       |
| 139 | CARLOS LUIZ WEBER                      |
| 140 | CARLOS MANOEL PEREIRA SILVA            |
| 141 | CARLOS SUSSUMU KOUMEGAWA               |
| 142 | CARMEM MIRANDA VARGAS                  |
| 143 | CARMEN TOMASI DE ABREU                 |
| 144 | CAROLINA BRUNO DE VASCONCELOS          |
| 145 | CAROLINA DE CAMPOS MELO                |
| 146 | CAROLINA MARIA PEIXOTO DE BARROS       |
| 147 | CAROLINA YUMI DE SOUZA                 |
| 148 | CAROLINE BUSETTI                       |
| 149 | CASSIO CAVALCANTE ANDRADE              |
| 150 | CÁSSIO RÉGO DE CASTRO                  |
| 151 | CATARINA SAMPAIO                       |
| 152 | CECÍLIA MARIA MARTINS ANTUNES          |
| 153 | CELMO RICARDO TEIXEIRA DA SILVA        |
| 154 | CELSON VERDINI CLARE                   |
| 155 | CERES PACZKOSKI BAITALA                |
| 156 | CÉSAR AUGUSTO BEDIN                    |
| 157 | CÉSAR JACKSON GRISA JÚNIOR             |
| 158 | CEZÁRIO CORRÊA FILHO                   |
| 159 | CHRIS GIULIANA ABE ASATO               |
| 160 | CHRISTIAN PATRICIA DA SILVA MACOLA     |
| 161 | CHRISTIANE DE CASTRO GUSMÃO            |
| 162 | CHRISTIANNY GOMES JORGE                |

|     |   |
|-----|---|
| 163 | CIBELE MACIEL FERREIRA                      |
| 164 | CID ROBERTO DE ALMEIDA SANCHES              |
| 165 | CIL FARNE GUIMARÃES                         |
| 166 | CÍNTIA BETTINA MAISER ZIULKOSKI             |
| 167 | CLARICE MENDES LEMOS                        |
| 168 | CLARISSA SAMPAIO SILVA                      |
| 169 | CLAUDETE SIRLEI DE SOUZA                    |
| 170 | CLAUDIA FREITAS DE OLIVEIRA E CRUZ          |
| 171 | CLAUDIA LACERDA QUIRINO                     |
| 172 | CLAUDIA MARA HONESKO                        |
| 173 | CLÁUDIA TEIXEIRA BIZARRO                    |
| 174 | CLAUDINEI MOSER                             |
| 175 | CLAUDIO ANDRE RAPOSO MACHADO COSTA          |
| 176 | CLAUDIO CEZAR FIM                           |
| 177 | CLÁUDIO DE CASTRO PANOIRO                   |
| 178 | CLAUDIO GEOFFROY GRANZOTTO                  |
| 179 | CLÁUDIO JOSÉ SILVA                          |
| 180 | CLAUDIO ROBERTO MIGUEL DA SILVA VICENTINO   |
| 181 | CLAUDIUS CRONEMBERGER ARRUDA                |
| 182 | CLAYTON RIBEIRO DE SOUZA                    |
| 183 | CLEBER SCHUCH PINTO                         |
| 184 | CLÊNIO LUIZ PARIZOTTO                       |
| 185 | CLEYTON RIBEIRO JÚNIOR                      |
| 186 | CRISTA EDITE PELIZZON                       |
| 187 | CRISTIANA MUNDIM MELO                       |
| 188 | CRISTIANE BLANES                            |
| 189 | CRISTIANE CARACAS DE SOUZA CIDADE           |
| 190 | CRISTIANE MARIA CASTELO BRANCO MACHADO      |
| 191 | CRISTIANE REGINA BORTOLINI                  |
| 192 | CRISTIANE SANTIAGO DE ALMEIDA BARBEITAS     |
| 193 | CRISTIANE SOUZA FERNANDES                   |
| 194 | CRISTIANO BORGES LOPES                      |
| 195 | CRISTIANO DE JESUS PEREIRA NASCIMENTO       |
| 196 | CRISTIANO SOARES BARROSO MAIA               |
| 197 | CRISTINA DE ALENCAR SERRANO SANTOS          |
| 198 | CRISTINA SILVA NASCIMENTO MESQUITA CARVALHO |
| 199 | DAIANE NOGUEIRA DE LIRA                     |
| 200 | DALVANI LUZIA PROPODOSKI ROCHA VIEIRA JANK  |
| 201 | DANIEL ROCHA DE FARIAS                      |
| 202 | DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA              |
| 203 | DANIEL BITAR DE SOUZA                       |
| 204 | DANIEL CARLOS ANDRADE                       |
| 205 | DANIEL COELHO SOARES                        |
| 206 | DANIEL DEMONTE MOREIRA                      |
| 207 | DANIEL LEVY DE ALVARENGA                    |
| 208 | DANIELA BASTOS DE ALMEIDA                   |
| 209 | DANIELA FERREIRA MARQUES                    |
| 210 | DANIELA FIGUEIRA ABEN-ATHAR AZEVEDO         |
| 211 | DANIELA MENDONÇA DE MELO                    |
| 212 | DANIELE DO ROCIO COUTINHO TALAMINI          |
| 213 | DANIELLA MENDES DAUD                        |
| 214 | DANIELLA VIRGÍNIA GOMES                     |
| 215 | DANIELLE ALEIXO REIS DO VALLE SOUZA         |
| 216 | DANIELLE DE AZEVEDO VIEIRA                  |

**- RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 -**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |                                       |
|-----|---------------------------------------|
| 217 | DANNIEL DE CARVALHO RODRIGUES PAVAN   |
| 218 | DARIO DUTRA SÁTIRO FERNANDES          |
| 219 | DÁRIO PEREIRA CARVALHO                |
| 220 | DAUTON LUIS DE ANDRADE                |
| 221 | DEBORA BEAL THAIS DE CODOVA           |
| 222 | DÉBORA FONSECA DE SOUZA               |
| 223 | DEBORA LERNER                         |
| 224 | DENIS DYNKOWSKI                       |
| 225 | DENIS GLEYCE PINTO MOREIRA            |
| 226 | DENISE CALDAS FIGUEIRA                |
| 227 | DENISE HENRIQUES SANT ANNA            |
| 228 | DERMEVAL ROCHA DA SILVA FILHO         |
| 229 | DIANA MIRANDA BARROS                  |
| 230 | DÍLSON PORFÍRIO PINHEIRO TELES        |
| 231 | DIONÍSIO DE JESUS CHICANATO           |
| 232 | DOUGLAS VITORIANO LOCATELI            |
| 233 | EDELUSE SCHARAM                       |
| 234 | EDIR ANTONIO ALVES DE MORAES          |
| 235 | EDMUNDO THEOBALDO MÜLLER NETO         |
| 236 | EDSON RODRIGUES MARQUES               |
| 237 | EDUARDO GIRÃO CÂMARA DO VALE          |
| 238 | EDUARDO MAGALHÃES TEIXEIRA            |
| 239 | EDUARDO RIBEIRO MENDES MARTINS        |
| 240 | EDUARDO SANCHOTENE BEHEREGARAY        |
| 241 | EDUARDO VALADARES DE BRITO            |
| 242 | EDVALDO LUIZ ROSA                     |
| 243 | EDWANE FABRIZIO PIMENTA DE BARROS     |
| 244 | EDYLLA MARIA LIMA PIRES DE OLIVEIRA   |
| 245 | ELAINE GUADANUCCI LLAGUNO             |
| 246 | ELISA MARIA MORAES BRAGA RAPOSO LOPES |
| 247 | ELOMAR LOBATO BAHIA                   |
| 248 | ELSION GOEDERT                        |
| 249 | EMEDI CAMILO VIZZOTTO                 |
| 250 | EMILIO CARLOS BRASIL DIAS             |
| 251 | EMÍLIO CARLOS LIMA GUIMARÃES          |
| 252 | EMMANUEL FELIPE PEREIRA SANTOS        |
| 253 | ENÉAS SETÚBAL ANDRADE                 |
| 254 | ENEAS VIEIRA PINTO JÚNIOR             |
| 255 | ENEDINA COSTA CARDOSO                 |
| 256 | ENEIDA SOUZA SÁ TELES MORAES          |
| 257 | ERASMO ROCHA DE OLIVEIRA JÚNIOR       |
| 258 | ERICO ANTONINI                        |
| 259 | ERIKA MOURA FREIRE                    |
| 260 | ERIKA SWAMI FERNANDES                 |
| 261 | ERIVAN DE LIMA                        |
| 262 | ESTELA RICHTER BERTONI                |
| 263 | EVERTON PACHECO SILVA                 |
| 264 | FABIANA SILVA DA ROCHA                |
| 265 | FABIANO BARBOSA DE SANTANA            |
| 266 | FABIO CONRADO LOULA                   |
| 267 | FÁBIO CRISTIANO WOERNER GALLE         |
| 268 | FÁBIO DA SILVA PORTO                  |
| 269 | FÁBIO DACCACHE                        |
| 270 | FABIO DANIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO     |

|     |   |
|-----|---|
| 271 | FÁBIO GOMES PINA                            |
| 272 | FÁBIO GONÇALVES PEREIRA                     |
| 273 | FÁBIO LEITE DE FARIAS BRITO                 |
| 274 | FABIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA PINTO            |
| 275 | FABRICIO REZENDE DE CARVALHO                |
| 276 | FABRICIO STENDARD                           |
| 277 | FARLEI MARTINS DE OLIVEIRA                  |
| 278 | FÁTIMA VIRGÍNIA ALVES RODRIGUES             |
| 279 | FEDERICO BIAGIOLI                           |
| 280 | FELIPE PAVAN RAMOS                          |
| 281 | FERNANDA BARRETO CINTRA                     |
| 282 | FERNANDA DE OLIVEIRA AZEVEDO                |
| 283 | FERNANDA TEIXEIRA LEITE                     |
| 284 | FERNANDO AIROLDI CARVALHO SILVA             |
| 285 | FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO               |
| 286 | FERNANDO LUIZ DE LACERDA MESSERE            |
| 287 | FERNANDO ZANETTI STAUBER                    |
| 288 | FLAVIA ALVES IZIDORO                        |
| 289 | FLAVIA DANIELLE SANTIAGO LIMA               |
| 290 | FLÁVIA DO ESPIRITO SANTO BATISTA            |
| 291 | FLÁVIA GONZALEZ LEITE                       |
| 292 | FLAVIA GUALTIERI DE CARVALHO                |
| 293 | FLÁVIA MARTINS AFFONSO                      |
| 294 | FLÁVIA SILVA DA PENHA                       |
| 295 | FLAVIA VIANNA PERO MASCIA                   |
| 296 | FRANCEELLE SOARES                           |
| 297 | FRANCISCA AUXILIADORA NORJOSA               |
| 298 | FRANCISCO ALEXANDRE COLARES MELO CARLOS     |
| 299 | FRANCISCO DE ALMEIDA                        |
| 300 | FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DUARTE          |
| 301 | FRANCISCO EUGÊNIO VIEIRA DE MEDEIROS        |
| 302 | FRANCISCO IRONE MENDONÇA MENEZES            |
| 303 | FRANCISCO JOSÉ DE ANDRADE PEREIRA           |
| 304 | FRANCISCO JOSE GOMES                        |
| 305 | FRANCISCO LIVANILDO DA SILVA                |
| 306 | FRANCISCO SALES DE ARGOLO                   |
| 307 | FRANCISCO SOARES GUIMARÃES                  |
| 308 | FRANCISCO SOBREIRA MENEZES CRUZ             |
| 309 | FRANCO LUCIANO RANCAÑO DE AZEVEDO ROSA      |
| 310 | FRANÇOIS DA SILVA                           |
| 311 | FREDERICO GUILHERME LOBE MORITZ             |
| 312 | GABRIEL FARIA OLIVEIRA                      |
| 313 | GABRIEL FELIPE DE SOUZA                     |
| 314 | GABRIELA DE CARVALHO                        |
| 315 | GELSON LUIS PIRES                           |
| 316 | GEOMAR ANDRÉ BENDER                         |
| 317 | GEORGIA ARAÚJO MENEZES DE SOUZA DE OLIVEIRA |
| 318 | GEOVANNA PATRÍCIA DE QUEIROZ RÊGO           |
| 319 | GERSON ANTONIO BALUTA                       |
| 320 | GERSON JOSÉ CAJUEIRO CAMERINO               |
| 321 | GIANE ROSA DAL MOLIN SILVA                  |
| 322 | GILBERTO SOARES                             |
| 323 | GILBERTO YUJI SHIRAIISHI                    |
| 324 | GILENO DE PAULA BARBOSA                     |

**– RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 –**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |  |
|-----|--|
| 325 | GILMARA GUIMARÃES RITZMANN                   |
| 326 | GILSON ESTEVES GOMES                         |
| 327 | GILVAN TAVARES DA SILVA                      |
| 328 | GIOVANI CARDOSO SOARES                       |
| 329 | GIOVANI SOARES BORGES                        |
| 330 | GIOVANNA ALMEIDA DE PIRO                     |
| 331 | GIOVANNA MACIEL FORTES                       |
| 332 | GIOVANNA MARIA VIEIRA DE MEDEIROS            |
| 333 | GIOVANNA TEIXEIRA DE SOUZA                   |
| 334 | GISELA WERNECK MORGIRA PENNA DE LIMA         |
| 335 | GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT                |
| 336 | GISLAINE APARECIDA TORRES                    |
| 337 | GLADYS ASSUMPÇÃO                             |
| 338 | GLÁUCIA DELGADO SOUTO                        |
| 339 | GLAUCIO DE LIMA E CASTRO                     |
| 340 | GRASIELA MELO BARBOSA DE OLIVEIRA            |
| 341 | GUIDA HELENA MARTINS DA SILVA                |
| 342 | GUILHERME BRUM DE ALMEIDA                    |
| 343 | GUILHERME DRUMMOND LIBANIO                   |
| 344 | GUILHERME FRANCISCO ALFREDO CINTRA GUIMARÃES |
| 345 | GUILHERME GONI MURUSSI                       |
| 346 | GUILHERME MASAITI HIRATA YENDO               |
| 347 | GUILHERME OLIVEIRA DE ARRUDA                 |
| 348 | GUSTAVO ALEXANDRE BERTUCI                    |
| 349 | GUSTAVO ANDRÉ DOS SANTOS                     |
| 350 | GUSTAVO DORELLA                              |
| 351 | GUSTAVO FERNANDES BEZERRA DE MELLO           |
| 352 | GUSTAVO HENRIQUE CATISANE DINIZ              |
| 353 | GUSTAVO HENRIQUE PINHEIRO DE AMORIM          |
| 354 | GUSTAVO SCHWINGEL                            |
| 355 | HELENA WEIRICH DE OLIVEIRA                   |
| 356 | HÉCIO BENDER DE OLIVEIRA                     |
| 357 | HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO              |
| 358 | HÉLIDA MARIA PEREIRA                         |
| 359 | HELOISA HELENA ALFONSI DE QUEIROZ            |
| 360 | HELOISA YOSHIKO ONO                          |
| 361 | HENRIQUE ARAÚJO GALVÃO DE CARVALHO           |
| 362 | HENRIQUE MARCELLO DOS REIS                   |
| 363 | HERMES BEZERRA DE BRITO JUNIOR               |
| 364 | HILTON DE CASTRO COELHO                      |
| 365 | HOMERO ANDRETTA JUNIOR                       |
| 366 | HUDSON MACHADO GUIMARÃES                     |
| 367 | HUMBERTO LOPES LIMONGI                       |
| 368 | IARA BRAGA TOLENTINO                         |
| 369 | IDERVÂNIO DA SILVA COSTA                     |
| 370 | IGOR NERY FIGUEIREDO                         |
| 371 | ILDA DE ALCÂNTARA HYGINO                     |
| 372 | ING CANESSO JURASZEK                         |
| 373 | IRAMAR GOMES DE SOUSA                        |
| 374 | IRIS CATARINA DIAS TEIXEIRA BRITO            |
| 375 | ISABEL CECÍLIA DE OLIVEIRA BEZERRA           |
| 376 | ISABEL CRISTINA PINHO BANDEIRA ALBUQUERQUE   |
| 377 | ISABELLA CAVALCANTI PARAISO                  |
| 378 | ISADORA MARIA BELEM ROCHA CARTAXO DE ARRUDA  |

|     |   |
|-----|---|
| 379 | ISRAEL PINHEIRO TORRES JUNIOR             |
| 380 | IUNES TEHFI                               |
| 381 | IVANA DE SOUSA LEAL                       |
| 382 | IVANA PINHEIRO COELHO                     |
| 383 | IVANILSON FRANCISCO DOS SANTOS            |
| 384 | IVANIRIS QUEIROZ SILVA                    |
| 385 | IZABEL VINCHON NOGUEIRA DE ANDRADE        |
| 386 | JAILOR CAPELOSSI CARNEIRO                 |
| 387 | JAIR FRANCISCO KIRINUS ALVES              |
| 388 | JAIR JOSÉ PERIN                           |
| 389 | JAIR ROBERTO PIEROTTO                     |
| 390 | JANDYR MAYA FAILLACE NETO                 |
| 391 | JASON NASCIMENTO NETO                     |
| 392 | JEAN CARLOS PINTO                         |
| 393 | JEFFERSON CARLOS CARUS GUEDES             |
| 394 | JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA               |
| 395 | JERONYMO PACHECO PEREIRA NETTO            |
| 396 | JESUS SALVADOR NEVES DO AMARAL            |
| 397 | JOANA BARREIRO                            |
| 398 | JOANA D'ARC GUEDES                        |
| 399 | JOANA DE FREITAS HONORATO                 |
| 400 | JOÃO ANDRÉ DE SIQUEIRA CAMPOS ARRUDA      |
| 401 | JOÃO BOSCO TEIXEIRA                       |
| 402 | JOÃO CARLOS BERTOLA FRANCO DE GOUVEIA     |
| 403 | JOÃO CARLOS MIRANDA DE SÁ E BENEVIDES     |
| 404 | JOÃO JOSÉ CRUZ COUTINHO                   |
| 405 | JOÃO PAULO ANGELO VASCONCELOS             |
| 406 | JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE            |
| 407 | JOÃO PAULO VEIGA SANHUDO                  |
| 408 | JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS                |
| 409 | JONES OLIVEIRA DA CRUZ                    |
| 410 | JORGE ALEXANDRE MOREIRA                   |
| 411 | JORGE LUIZ CASTILHOS GARCIA               |
| 412 | JOSÉ ADOLFO NOVATO DA SILVA               |
| 413 | JOSÉ ALUIZIO DE OLIVEIRA                  |
| 414 | JOSÉ AUGUSTO PANKA                        |
| 415 | JOSÉ CARLOS BARRETO JÚNIOR                |
| 416 | JOSÉ DE ARIMATÉA NETO                     |
| 417 | JOSÉ DE SOUZA BRANDÃO NETTO               |
| 418 | JOSÉ EDUARDO GOULART DE LIMA              |
| 419 | JOSÉ GALBA BARROSO RIOS                   |
| 420 | JOSÉ GÓES DE CAMPOS BARROS NETO           |
| 421 | JOSÉ LUCIO JACOBI VIANNA                  |
| 422 | JOSÉ LUIZ REZENDE GOMES RIBAS             |
| 423 | JOSÉ MAURO DE LIMA O DE ALMEIDA           |
| 424 | JOSE MOREIRA DA SILVA NETO                |
| 425 | JOSÉ NILSON CARNEIRO ALBUQUERQUE FILHO    |
| 426 | JOSÉ PATRÍCIO DE OLIVEIRA FILHO           |
| 427 | JOSÉ PAULO SORIANO DE SOUZA               |
| 428 | JOSÉ RICARDO BRITTO SEIXAS PEREIRA JÚNIOR |
| 429 | JOSÉ ROBERTO DA CUNHA PEIXOTO             |
| 430 | JOSE ROBERTO MACHADO FARIAS               |
| 431 | JOSÉ SALVADOR DE PAIVA CORDEIRO           |
| 432 | JOSÉ SOARES MIRANDA                       |

**– RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 –**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |  |
|-----|--|
| 433 | JOSÉ TADEU NEVES XAVIER                  |
| 434 | JOSÉ WANDERLEY KOZIMA                    |
| 435 | JOSELUCIA MELO MARQUES                   |
| 436 | JULIANA CORBACHO NEVES DOS SANTOS        |
| 437 | JULIANA GOMES FALLEIROS                  |
| 438 | JULIANA HELENA TAKAOKA                   |
| 439 | JULIANA MOREIRA BATISTA                  |
| 440 | JULIANO FERNANDES ESCOURA                |
| 441 | JULIANO ZAMBONI                          |
| 442 | JULIO CESAR BERTUZZI                     |
| 443 | JULIO CESAR WERNECK MARTINS              |
| 444 | KALINE FERREIRA DAVI                     |
| 445 | KAORU OGATA                              |
| 446 | KAREN MARQUES FERREIRA                   |
| 447 | KARINA MUNARI REZENDE                    |
| 448 | KARINA OLIVEIRA PORTO BRÁGIO DOS SANTOS  |
| 449 | KARINE ANDRÉA ELOY BARBOSA               |
| 450 | KARLA DANIELLA DE LIMA FERNANDES COSTA   |
| 451 | KARLA DE MELO ABICHT                     |
| 452 | KARLA PINTO FERRAZ MAFRA                 |
| 453 | KARLA SIMÕES NOGUEIRA VASCONCELOS        |
| 454 | KATARINE KEIT GUIMARÃES FONSECA DE FARIA |
| 455 | KÁTIA NAOMI NARITA                       |
| 456 | KATLEEN URBAN KNUDSEN VICARI             |
| 457 | KEILA PEREIRA NERI                       |
| 458 | KÉLLY REINA DE CARVALHO                  |
| 459 | KÍSSILA ALMEIDA SILVA                    |
| 460 | LANA LIVIA ALMEIDA DE JESUS              |
| 461 | LARISSA FERNANDES NOGUEIRA DA GAMA       |
| 462 | LAURA BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD         |
| 463 | LAURO FRANCISCO MÁXIMO NOGUEIRA          |
| 464 | LEANDRA MARIA ROCHA MOULAZ               |
| 465 | LEANDRO DOS SANTOS MARQUES               |
| 466 | LEANDRO JOSÉ DA SILVA                    |
| 467 | LEANDRO SPINDLER GUEDES                  |
| 468 | LEILA EMÍLIA MENDES NOGUEIRA RODRIGUES   |
| 469 | LEILA MILENE ZILLI DOS SANTOS            |
| 470 | LENA BARCESSAT LEWINSKI                  |
| 471 | LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES             |
| 472 | LEONARDO DE QUEIROZ GOMES                |
| 473 | LEONARDO FERNANDES FURTADO               |
| 474 | LEONARDO GALVÃO DE CARVALHO              |
| 475 | LEONARDO RAUPP BOCORNY                   |
| 476 | LETÍCIA BALSAMÃO AMORIM                  |
| 477 | LETÍCIA BOTELHO GOIS                     |
| 478 | LETÍCIA SOUZA BATISTA                    |
| 479 | LIA MENELEU FIUZA FAVALI                 |
| 480 | LÍCIA ROSENFELD                          |
| 481 | LIÉGE VARALLO DALPIAZ                    |
| 482 | LÍGIA MARIA VELOSO FERNANDES DE OLIVEIRA |
| 483 | LILIANE MATTOS FERREIRA ALBIANI ALVES    |
| 484 | LINDA DEE KYLE                           |
| 485 | LISIANE FERRAZZO RIBEIRO                 |
| 486 | LIVIA MARIA VASCONCELOS DE MIRANDA       |

|     |  |
|-----|--|
| 487 | LIVIO AUGUSTO RODRIGUES DE SOUZA E SOUZA |
| 488 | LORENA CRISPIM DE OLIVEIRA LACERDA       |
| 489 | LOURIVAL MAY CHULA                       |
| 490 | LUCÉLIA BIAOBOCK PERES DE OLIVEIRA       |
| 491 | LÚCIA APARECIDA LYRA DE ALMEIDA          |
| 492 | LUCIANA BUGALLO DE ARAUJO                |
| 493 | LUCIANA MADRUGA FIGUEIREDO               |
| 494 | LUCIANA MARIA MENDES SILVA               |
| 495 | LUCIANA PIRES CSIPAI                     |
| 496 | LUCIANA PRIETO PERES GALDINO CAVALCANTI  |
| 497 | LUCIANA TAVARES DE MENEZES               |
| 498 | LUCIANE ANDRÉIA PALLA NIERO              |
| 499 | LUCIANE MARIA SILVEIRA                   |
| 500 | LUCIANO CARDOSO BACKER                   |
| 501 | LUCIANO ESCUDEIRO                        |
| 502 | LUCIANO GABIATTI                         |
| 503 | LUCIANO MEDEIROS DE ANDRADE BICALHO      |
| 504 | LUCIANO PEREIRA VIEIRA                   |
| 505 | LUCIENE EVELISE DA SILVA MOREIRA         |
| 506 | LUCILA MORALES PIATO GARBELINI           |
| 507 | LUCRECIA MAIA PERES                      |
| 508 | LUDMILA TITO FUDOLI                      |
| 509 | LUÍS ANTÔNIO ALCOBA DE FREITAS           |
| 510 | LUIS AUGUSTO CARRATTE DE MESQUITA        |
| 511 | LUIS CARLOS RODRIGUES PALACIOS COSTA     |
| 512 | LUIS CLAUDIO ADRIANO                     |
| 513 | LUÍS EDUARDO GUEDES KELMER               |
| 514 | LUIS FERNADO TEIXEIRA CANEDO             |
| 515 | LUIS GERALDO MARTINS DA SILVA            |
| 516 | LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS          |
| 517 | LUÍS ROBERTO RIBEIRO COSTA CRUZ          |
| 518 | LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES MELLO           |
| 519 | LUIZ ALMEIDA DO BOMFIM                   |
| 520 | LUIZ AUGUSTO ZAMUNER                     |
| 521 | LUIZ CARLOS COTA                         |
| 522 | LUIZ FELIPE ROSA DOS SANTOS              |
| 523 | LUIZ FERNANDO SILVEIRA NETTO             |
| 524 | LUIZ MÁRCIO BRANDÃO DE PAULA             |
| 525 | LUIZ MUNIZ DA SILVA NETO                 |
| 526 | LUIZ PALUMBO NETO                        |
| 527 | LUIZ RICARDO DA CUNHA PINTO              |
| 528 | LUIZ TADEU BITTENCOURT SOBRAL            |
| 529 | LUZIA LINA DE SOUZA CORRÊA               |
| 530 | LYTS DE JESUS SANTOS                     |
| 531 | MAGDA AMARO LEITE CAETANO DE LIMA        |
| 532 | MAIRA CRISTINA OLIVIERA BENETTI          |
| 533 | MANOEL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR        |
| 534 | MANUELA FREIRE SILVA                     |
| 535 | MARA TIEKO UCHIDA                        |
| 536 | MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA      |
| 537 | MARCELINO NEVES                          |
| 538 | MARCELO AKIYOSHI LOUREIRO                |
| 539 | MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS    |
| 540 | MARCELO AZEVEDO DE ANDRADE               |

**- RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 -**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |   |
|-----|---|
| 541 | MARCELO DE LEONI GODOI                        |
| 542 | MARCELO ELIAS SANCHES                         |
| 543 | MARCELO EUGÊNIO FEITOSA ALMEIDA               |
| 544 | MARCELO JATOBÁ LOBO                           |
| 545 | MARCELO JERFESON EVANGELISTA BENTO DOS SANTOS |
| 546 | MARCELO MAMED ABDALLA                         |
| 547 | MARCELO MARTINS DE OLIVEIRA                   |
| 548 | MARCELO MOURA DA CONCEIÇÃO                    |
| 549 | MARCELO RIBEIRO DO VAL                        |
| 550 | MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA                   |
| 551 | MARCELO ROSA LOPES                            |
| 552 | MARCELO SILVA ADRIANO                         |
| 553 | MARCELO SOUZA DE TOLEDO SALLES                |
| 554 | MARCELO TEIXEIRA REAL                         |
| 555 | MÁRCIA AMARAL FREITAS                         |
| 556 | MARCIA APARECIDA ROSSANEZI                    |
| 557 | MÁRCIA BEZERRA DAVID                          |
| 558 | MARCIA UGGERT MARASCHIN                       |
| 559 | MÁRCIO AMARAL DE SOUZA                        |
| 560 | MÁRCIO BICUDO CURTY                           |
| 561 | MÁRCIO BOELTER ARROJO                         |
| 562 | MARCIO BRANDINI LIMA                          |
| 563 | MARCIO FELIPE LACOMBE DA CUNHA                |
| 564 | MARCIO FERNANDO BOUÇAS LARANJEIRA             |
| 565 | MARCIO LANZONI BONATO                         |
| 566 | MÁRCIO ROGÉRIO COSTA LUCAS                    |
| 567 | MÁRCIO SANTORO ROCHA                          |
| 568 | MÁRCIO VERSIANI PENNA                         |
| 569 | MÁRCIO VILLELA MACHADO                        |
| 570 | MÁRCIO WESSNER                                |
| 571 | MARCO ANDRÉ DORNA MAGALHÃES                   |
| 572 | MARCO AURÉLIO CAIXETA                         |
| 573 | MARCO AURÉLIO VENTURA PEIXOTO                 |
| 574 | MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI                  |
| 575 | MARCOS ANTONIO FERREIRA ALMEIDA               |
| 576 | MARCOS AUGUSTO DE CARVALHO LOPES              |
| 577 | MARCOS CÉSAR BOTELHO                          |
| 578 | MARCOS FELIPE HOLMES AUTRAN                   |
| 579 | MARCOS FUJINAMI HAMADA                        |
| 580 | MARCOS LUIZ DA SILVA                          |
| 581 | MARCOS OSSAMU NAKAGUMA                        |
| 582 | MARCOS ROBERTO ALCOFORADO KUNTZ               |
| 583 | MARCOS WANDERLEY DA SILVA                     |
| 584 | MARCUS MONTEIRO AUGUSTO                       |
| 585 | MARCUS RONALD CARPES                          |
| 586 | MARCUS VINÍCIUS CORRÊA BITTENCOURT            |
| 587 | MARCUS VINÍCIUS LIMA FRANCO                   |
| 588 | MARCUS VINÍCIUS SARAQUINO VINHOSA             |
| 589 | MARGARETTE BRITES BARBOZA                     |
| 590 | MARIA AUGUSTA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA     |
| 591 | MARIA BETANIA DIVINA GUIMARÃES SILVEIRA       |
| 592 | MARIA CAROLINA FLORENTINO LASCALA             |
| 593 | MARIA CAROLINA SHCEIDEGGER NEVES              |
| 594 | MARIA CÉLIA FERNANDES SOARES DA CUNHA         |

|     |  |
|-----|--|
| 595 | MARIA CLARICE MAIA MENDONÇA            |
| 596 | MARIA CLAUDIA MELLO E SILVA            |
| 597 | MARIA DO SOCORRO ALAGIA VAZ LEANDRO    |
| 598 | MARIA LETÍCIA BRANDÃO GUIMARÃES        |
| 599 | MARIA LÚCIA HOLANDA GURGEL PEREIRA     |
| 600 | MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA      |
| 601 | MARIA ROSA FERREIRA PÉREZ              |
| 602 | MARIA SALETE DE CASTRO RODRIGUES FAYÃO |
| 603 | MARIA TEREZA DE ABREU E SOUTO          |
| 604 | MARIANA DE ANDRADE FERREIRA CAVALCANTI |
| 605 | MARIANA FILCHTNER FIGUEIREDO           |
| 606 | MARIANA MONTEZ MOREIRA                 |
| 607 | MARIANA MOREIRA E SILVA                |
| 608 | MARIANA SARAIVA SAMPAIO                |
| 609 | MARILENE BRODZINSKI ANDERSON           |
| 610 | MARILES WICHROSKI DOS SANTOS           |
| 611 | MARINA BETANIA PEREIRA LEÃO REZENDE    |
| 612 | MARINA RITA MASCHIETTO TALLI           |
| 613 | MARIO LUIZ GUERREIRO                   |
| 614 | MARLI ZÉLIA SABOIA                     |
| 615 | MARLISE SEIFERT GRALA                  |
| 616 | MARLON MOCHNACZ                        |
| 617 | MAURÍCIO BRAGA TORRES                  |
| 618 | MAURICIO VOICHCOSKI                    |
| 619 | MAURO GUIMARAES SANTOS                 |
| 620 | MAURO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR       |
| 621 | MAX CASADO DE MELO                     |
| 622 | MAXIMILIAN TORRES SANTOS DE SANTANA    |
| 623 | MELISSA CRISTIANE TREVELIN             |
| 624 | MICHEL AMAZONAS COTTA                  |
| 625 | MICHELE MENEZES DA CUNHA               |
| 626 | MILTON NUNES TOLEDO JUNIOR             |
| 627 | MOISÉS SAPUCAIA DE CARVALHO            |
| 628 | MONA MARIS SILVA RIBEIRO               |
| 629 | MÔNICA DE OLIVEIRA CASARELLI           |
| 630 | MÔNICA MELLO MACHADO LEAL MEDEIROS     |
| 631 | MURILO STRÄTZ                          |
| 632 | NATALIA CAMBA MARTINS                  |
| 633 | NATALIA PASQUINI MORETTI               |
| 634 | NATHÁLIA STIVALLE GOMES                |
| 635 | NELEIDE ABILA                          |
| 636 | NELSON DAS NEVES                       |
| 637 | NELSON LINS E SILVA ALVAREZ PRADO      |
| 638 | NELSON ORLANDO DE ALARCÃO DUCCINI      |
| 639 | NERON LANDIM DOMINGUEZ                 |
| 640 | NILMA DE CASTRO ABE                    |
| 641 | NILSON PIMENTA NAVES                   |
| 642 | NILTON RAFAEL LATORRE                  |
| 643 | NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA               |
| 644 | NORLANA PATRICIA FINGER                |
| 645 | OMAR SERVA MACIEL                      |
| 646 | ORLANDO LUIZ ZANON JUNIOR              |
| 647 | OSCAR GIORGI RIBEIRO BATISTA           |
| 648 | OSVALDO GRAVINA FILHO                  |



**- RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 -**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |  |
|-----|--|
| 649 | OTÁVIO PENTEADO COTRIM                     |
| 650 | PABLO BOURBOM SOARES                       |
| 651 | PATRICIA AGUIAR RÉGIS DE CARVALHO CARNEIRO |
| 652 | PATRICIA BATISTA BERTOLO                   |
| 653 | PATRICIA DE ALMEIDA BARBOSA GUIMARÃES      |
| 654 | PATRICIA GUIMARÃES MONNERAT                |
| 655 | PATRICIA LIMA SOUSA                        |
| 656 | PATRICIA MORAES GOMES                      |
| 657 | PATRICIA TRUNFO TEIXEIRA                   |
| 658 | PAULA CAROLINA BISSOLI CONTRERAS           |
| 659 | PAULA MARTINS DA SILVA COSTA               |
| 660 | PAULO ÁLVARES BABILÔNIA                    |
| 661 | PAULO ANTÔNIO SILVA DEGRAZIA               |
| 662 | PAULO DE CASTRO COTTI NETO                 |
| 663 | PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR         |
| 664 | PAULO FERNANDO MENDES DE ARAUJO            |
| 665 | PAULO HENRIQUE GUIMARAES FERREIRA          |
| 666 | PAULO HENRIQUE KUHN                        |
| 667 | PAULO HENRIQUE PADILHA DE MELO NOVAIS      |
| 668 | PAULO JOSÉ MONTEIRO SANTOS LIMA            |
| 669 | PAULO KUSANO BUCALÉN FERRARI               |
| 670 | PAULO ROBERTO GONÇALVES JÚNIOR             |
| 671 | PAULO SOARES HUNGRIA NETO                  |
| 672 | PAULO TAEK KEUN RHEE                       |
| 673 | PAULSTEIN AURELIANO DE ALMEIDA             |
| 674 | PEDRO AUGUSTO RODRIGUES COSTA              |
| 675 | PEDRO CARREGOSA DE ANDRADE                 |
| 676 | PEDRO EMILIO ANDRADE SOARES DE MOURA       |
| 677 | PEDRO LÚCIO GOMES GIL                      |
| 678 | PEDRO VASQUES SOARES                       |
| 679 | PERCY ALLAN THOMAS AROUCHA                 |
| 680 | PERYLLA CASTRO MARTINS VEIGA               |
| 681 | PETROV FERREIRA BALTAR FILHO               |
| 682 | POLIANA CYRÍACO                            |
| 683 | POLYANA RODRIGUES DE ALMEIDA LIMA          |
| 684 | PRISCILA KUCHINSKI                         |
| 685 | PRISCILA LEAL SEIFERT                      |
| 686 | PRISCILA MAYUMI TASHIMA                    |
| 687 | PRISCILLA PEREIRA DA COSTA CORREA          |
| 688 | QUÉSIA MARIA MENDES NEIVA                  |
| 689 | RAFAEL DA SILVA VICTORINO                  |
| 690 | RAFAEL ESTEVES PERRONI                     |
| 691 | RAFAEL MAGALHÃES FURTADO                   |
| 692 | RAFAEL MENDES DOS SANTOS                   |
| 693 | RAFAEL SANTOS DE BARROS E SILVA            |
| 694 | RAFAEL XAVIER DE OLIVEIRA                  |
| 695 | RAFAELA DE OLIVEIRA CARVALHAES             |
| 696 | RAIMUNDO MENEZES FILHO                     |
| 697 | RAPHAEL GRECO BANDEIRA                     |
| 698 | RAPHAEL OTAVIO BUENO SANTOS                |
| 699 | RAPHAEL RAMOS MONTEIRO DE SOUZA            |
| 700 | RAUL MURILO FONSECA LIMA                   |
| 701 | REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO            |
| 702 | REGINA LÚCIA GUZZELLI FREIRE MÁRMORA       |

|     |   |
|-----|---|
| 703 | REGINA MAURA BARUZZI                    |
| 704 | REGINA ROSA YAMAMOTO                    |
| 705 | REGINALDO ARNOLD                        |
| 706 | REGINALDO DE CASTRO CERQUEIRA FILHO     |
| 707 | RÉGIS ALBERTO BOSENBECKER               |
| 708 | RÉGIS BELO DA SILVA                     |
| 709 | REINALDO DE SOUZA COUTO FILHO           |
| 710 | REJANE ROCHA DE VASCONCELOS             |
| 711 | RENAN THUMÉ KARAM                       |
| 712 | RENATA BUFFA SOUZA PINTO MARCONDES      |
| 713 | RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU       |
| 714 | RENATA DE QUEIROGA E MELO FARIAS        |
| 715 | RENATA FREDIANI MORSCH                  |
| 716 | RENATA PAIVA SALES DA SILVA             |
| 717 | RENATA MAIBON ANDREOLI                  |
| 718 | RENATA RICARTE DOMICIANO FERREIRA       |
| 719 | RENATO DANTAS DE ARAUJO                 |
| 720 | RENATO FEITOZA ARAGÃO JUNIOR            |
| 721 | RENATO SOUZA OLIVEIRA JUNIOR            |
| 722 | RICARDO ARRUDA GONÇALVES                |
| 723 | RICARDO COLLA                           |
| 724 | RICARDO COUTINHO DE ALCÂNTARA COSTA     |
| 725 | RICARDO CRAVO MIDLEJ SILVA              |
| 726 | RICARDO GOMES GODOY                     |
| 727 | RICARDO LUSTOSA PIERRE                  |
| 728 | RICARDO RESENDE DE ARAÚJO               |
| 729 | RICARDO RIBEIRO DA ROCHA                |
| 730 | RICARDO RODRIGUES AL-ALAM               |
| 731 | RICART CÉSAR COELHO DOS SANTOS          |
| 732 | RÍNIO GERALDO ALESSANDRO DE MIRANDA LUZ |
| 733 | RITA CATARINA DOS ANJOS RODRIGUES       |
| 734 | RITA DE CASSIA REZENDE                  |
| 735 | RIZZA CRISTINA SIMMER DE PAIVA          |
| 736 | ROBERTA IDILVA LIMA SCHLAEPFER          |
| 737 | ROBERTA SOLIS RIBEIRO                   |
| 738 | ROBERTO CARLOS ROCHA KAYAT              |
| 739 | ROBERTO DE ARAGÃO RIBEIRO RODRIGUES     |
| 740 | ROBERTO STOLTZ                          |
| 741 | RODRIGO BERNARDES DIAS                  |
| 742 | RODRIGO BRUM TEIXEIRA                   |
| 743 | RODRIGO CASTANHEIRA DE SOUZA            |
| 744 | RODRIGO CUNHA VELOSO                    |
| 745 | RODRIGO DACCACHE                        |
| 746 | RODRIGO DE SOUZA AGUIAR                 |
| 747 | RODRIGO DE SOUZA NOGUEIRA               |
| 748 | RODRIGO FERNANDO CANOVA DE CASTRO       |
| 749 | RODRIGO FERREIRA DIAS                   |
| 750 | RODRIGO GOMES TEIXEIRA                  |
| 751 | RODRIGO LEAL ROSPA                      |
| 752 | RODRIGO LEITE DE CASTRO                 |
| 753 | RODRIGO LIMA BEZDIGUIAN                 |
| 754 | RODRIGO PASSOS PINHEIRO                 |
| 755 | RODRIGO RUIZ                            |
| 756 | RODRIGO SOLDI                           |

**– RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ANAUNI EM 24/10/2006 –**

**OBS.: Em destaque, os nomes dos associados que autorizaram o ajuizamento da ação.**

|     |  |
|-----|--|
| 757 | RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO   |
| 758 | ROGERIO ANTONIO DORNELAS CAMARA SOTHER |
| 759 | ROGERIO IVANES WEILER                  |
| 760 | ROGÉRIO LOPEZ GARCIA                   |
| 761 | ROGÉRIO TELLES CORREIA DAS NEVES       |
| 762 | ROMMEL MADEIRO DE MACEDO CARNEIRO      |
| 763 | RONALDO IACK DA SILVA                  |
| 764 | RONALDO NASCIMENTO DE MIRANDA          |
| 765 | RONNY CHARLES LOPES DE TORRES          |
| 766 | ROQUE ARAS                             |
| 767 | ROSA MARIA MENEGUIZZI                  |
| 768 | ROSA MARIA PELLEGRINI BAPTISTA DIAS    |
| 769 | ROSÁLIA CAROLINA KAPPEL ROCHA          |
| 770 | ROSALIZ ROCHA CAVALCANTE JATOBÁ PINTO  |
| 771 | ROSANE CAMARGO BORGES                  |
| 772 | ROSANI PORTELA CORREIA                 |
| 773 | ROSEMAR FARIA DE OLIVEIRA VASCONCELOS  |
| 774 | ROSILENE MOREIRA CARDIAS SANTAGUIDA    |
| 775 | RUY DALLA NOBA ANTUNES                 |
| 776 | SALVADOR INFANTE SANCHES               |
| 777 | SÂMEA FREITAS DA SILVEIRA              |
| 778 | SAMUEL AUGUSTO RODRIGUES NOGUEIRA NETO |
| 779 | SANDRA CRISTINA SATIE SAITO            |
| 780 | SANDRA DE CASSIA VIECELLI JARDIM       |
| 781 | SANDRA LUZIA PESSÔA                    |
| 782 | SANDRA MARQUES MAGALHÃES               |
| 783 | SANDRA REJANE MARQUES MOREIRA          |
| 784 | SANDRA SORDI                           |
| 785 | SANDRO FERREIRA DE MIRANDA             |
| 786 | SARA DE ALMEIDA AMARAL GADELHA         |
| 787 | SARAH SENICIATO                        |
| 788 | SÁVIA MARIA LEITE RODRIGUES GONÇALVES  |
| 789 | SAYURI IMAZAWA                         |
| 790 | SÉRGIO ASSUMPTÃO DE CARVALHO           |
| 791 | SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY       |
| 792 | SÉRGIO EDUARDO FREIRE MIRANDA          |
| 793 | SERGIO RAMOS DE MATOS BRITO            |
| 794 | SÉRGIO RIBEIRO LUZ                     |
| 795 | SERGIO SALOMAO SILBERMAN               |
| 796 | SIDNEI SOARES DI BACCO                 |
| 797 | SILVANA REGINA SANTOS JUNQUEIRA        |
| 798 | SILVIA DE ALENCAR SOUZA FIGUEIREDO     |
| 799 | SILVIA MARIA CHEMET KANSO              |
| 800 | SILVIO MENDES DA COSTA                 |
| 801 | SIMONE ALVES PETRAGLIA                 |
| 802 | SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO     |
| 803 | SUELY CLINIO DA SILVA CORREIA          |
| 804 | SUZANA MEJIA                           |
| 805 | TAÍS PACHELLI                          |
| 806 | TANIA PATRICIA DE LARA VAZ             |
| 807 | TÂNIA REGINA VAZ                       |
| 808 | TARCISO PICHITELLI                     |
| 809 | TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO        |
| 810 | TATIANA BANDEIRA DE CAMARGO            |

|     |   |
|-----|---|
| 811 | TATIANE FLORES CAVALCANTE                       |
| 812 | TEDMES OLIVEIRA PARENTE                         |
| 813 | TERCIO ISSAMI TOKANO                            |
| 814 | TERESA VILLAC PINHEIRO BARKI                    |
| 815 | TEREZA MARTINS COSTA KESSLER DA SILVEIRA        |
| 816 | THAÍS CHAVES PEDRO FERREIRA                     |
| 817 | THAÍS GUILHERMINA DA COSTA ROSE                 |
| 818 | THIAGO DE FREITAS BENEVENUTO                    |
| 819 | THIAGO MARTINS DANTAS                           |
| 820 | THIAGO PEREIRA PINHEIRO                         |
| 821 | THIERS RIBEIRO CHAGAS FILHO                     |
| 822 | TIAGO FONTES MORETTO                            |
| 823 | TÚLIO PORTO SILVEIRA                            |
| 824 | UBERGUE RIBEIRO JUNIOR                          |
| 825 | USTANE GIODA BOCHI                              |
| 826 | VALDEMAR DE OLIVEIRA LEITE                      |
| 827 | VALÉRIO RODRIGUES DIAS                          |
| 828 | VALESCHKA E SILVA BRAGA                         |
| 829 | VALKIRIA SILVA SANTOS                           |
| 830 | VALMIR JOÃO SCODRO                              |
| 831 | VALMIRO ALEXANDRE GADELHA JÚNIOR                |
| 832 | VALTER OTAVIANO DA COSTA FERREIRA JUNIOR        |
| 833 | VANDERLEI AVELINO DA SILVA                      |
| 834 | VANDERLEI JOSÉ DEON                             |
| 835 | VANESSA CANÊDO PINTO                            |
| 836 | VANESSA MAZALI                                  |
| 837 | VANESSA VALENTE CARVALHO SILVEIRA DOS SANTOS    |
| 838 | VANIR FRIDRICZEWSKI                             |
| 839 | VILMA APARECIDA FABBRIZZI SOUZA                 |
| 840 | VINICIUS DE SOUZA ROCHA                         |
| 841 | VINICIUS FERNANDO MARCOLINO                     |
| 842 | VINÍCIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA               |
| 843 | VIRGINIA BRODBECK BOLZANI                       |
| 844 | VIRGÍNIA CHARPINEL JUNGER CESTARI               |
| 845 | VITOR HUGO CASANOVA                             |
| 846 | VITOR MANOEL SABINO XAVIER BIZERRA              |
| 847 | VITOR PIERANTONI CAMPOS                         |
| 848 | VIVIAN KARLA DE OLIVEIRA MAGALHÃES              |
| 849 | VIVIANE ALFRADIQUE MARTINS DE FIGUEIREDO MENDES |
| 850 | VIVIANE VIEIRA DA SILVA                         |
| 851 | VLADIMIR BRAVO COLLY                            |
| 852 | VLADIMIR PAES DE CASTRO                         |
| 853 | WAGNER AKITOMI UNE                              |
| 854 | WAGNER LUIZ CAVALCANTI COSENZA                  |
| 855 | WALDEMIR FERRAREZ DA CUNHA                      |
| 856 | WALÉRIA THOMÉ                                   |
| 857 | WALTENBERG LIMA DE SÁ                           |
| 858 | WANDERSON CERQUEIRA ALVES FERREIRA              |
| 859 | WASHINGTON HISSATO AKAMINE                      |
| 860 | WENDEL LANDIM BATISTA SAMPAIO                   |
| 861 | WILSON FONTES RIBEIRO                           |
| 862 | ZANY ESTAELE LEITE JÚNIOR                       |



## SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

## DESPACHO DO MINISTRO

Processo nº 00029.001059/2006-09 Afastamento do País da servidora ANA LÚCIA DE LIMA STARLING, matrícula SIAPE nº 6660537, Diretora de Programa da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo DAS 101.5, no período de 26 de setembro a 1º de outubro de 2006, com ênus, inclusive trânsito, para, em Roma-Itália, no período de 27 a 29 de setembro, representar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em reunião preparatória e na Mesa Redonda do Conselho Italo-Brasileiro de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, e em reunião no Conselho Nacional de Economia e Trabalho - CNEL. Autorizo. Em 25 de Setembro de 2006.

TARSO GENRO

## GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

## DESPACHO DO CHEFE

Processo nº (00186.000034/2006-77). Afastamento do País de EDMAR FERNANDES DE CAMARGO, Assessor da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, código DAS 102.3, com ênus, inclusive trânsito, no período de 14 a 17 de setembro de 2006, para participar da 2ª Reunião dos GT sobre assuntos migratórios e fundiários, em Cobija - Bolívia. Homologo. Em 21 de setembro de 2006.

JORGE ARMANDO FELIX

## ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

## PORTARIAS DE 22 DE SETEMBRO DE 2006

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 00416.005028/2006-55, resolve

## Nº 888 - DESIGNAR

CIBELE MACIEL FERREIRA, Advogada da União, para exercer o encargo de substituta eventual de RENATA FREDIANI MORSCH, Coordenador-Geml, código DAS 101.4, da Procuradoria-Regional da União - 4ª Região, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, com base no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve efetivar a cessão do seguinte servidor, pertencente ao Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, na forma abaixo indicada:

Nº 889 - Nome: DEUSDETE DOURADA DE SOUSA  
Matrícula SIAPE nº 6221391  
Cargo: Agente Administrativo  
Para: Casa Civil da Presidência da República  
Cargo a ser ocupado: Assistente Técnico, código DAS 102.1  
Amparo legal: inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990  
Responsabilidade do ênus: órgão cedente  
Processo nº 00400.001657/2006-85

## ANEXO

| UF: DF Município: Brasília                      |                        |   |
|---|------------------------|---|
| Unidade de lotação: Procuradoria-Geral da União |                        |   |
| Quant.  | Classificação Concurso | NOME  |
| 1   | 3ª                     | HERCILIO FERRARI NETO                       |
| 2   | 5ª                     | BERNARDO ALVES DA SILVA JUNIOR              |
| 3   | 24ª                    | TIAGO MACEDO CLARK                          |
| 4   | 27ª                    | PAULO ROBERTO MAGALHAES DE CASTRO WANDERLEY |
| Unidade de lotação: Consultoria-Geral da União  |                        |   |
| Quant.  | Classificação Concurso | NOME  |
| 1   | 2ª                     | JULIANA HORLLE PEREIRA                      |
| 2   | 7ª                     | EDSON ROBERTO CELLEGHIM                     |
| 3   | 12ª                    | DAVID SCHIAVONI MILLER                      |
| 4   | 13ª                    | ILIA FREIRE FERNANDES BORGES                |
| 5   | 22ª                    | RAFAEL RIBEIRO RAYOL                        |
| 6   | 23ª                    | CARLOS ANDRE STUDDART PEREIRA               |
| 7   | 26ª                    | JOSE GUILHERME BARBOSA DE OLIVEIRA          |
| 8   | 34ª                    | ROSSANA TALIA MODESTO GOMES                 |
| 9   | 36ª                    | RICARDO JOSE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA  |
| 10  | 37ª                    | VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA              |
| 11  | 40ª                    | JOSE VICENTE SANTIAGO JUNQUEIRA             |
| 12  | 42ª                    | JOSE GODOY BEZERRA DE SOUZA                 |
| 13  | 50ª                    | DANIELA FERREIRA MARQUES                    |
| 14  | 51ª                    | MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA             |
| 15  | 52ª                    | ARTHUR PORTO CARVALHO                       |
| 16  | 57ª                    | LEILA BARREIROS PRADO                       |
| 17  | 58ª                    | ROCORRO JANATINA MAXIMIANO LEONARDO         |
| 18  | 61ª                    | SENARTE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR               |
| 19  | 62ª                    | ALEXANDRE GOMES MOURA                       |
| 20  | 66ª                    | DANIEL BITAR DE SOUZA                       |
| 21  | 67ª                    | LETICIA SILVEIRA BARBOSA CORREIA LIMA       |
| 22  | 72ª                    | MANUELA FREIRE SILVA                        |
| 23  | 73ª                    | SILVIA MARA FERREIRA ALVARENGA              |
| 24  | 74ª                    | LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO                  |
| 25  | 75ª                    | GABRIEL PIMENTA ALVES                       |
| 26  | 76ª                    | PAULO BUENO DE AZEVEDO                      |
| 27  | 77ª                    | ULISSES DIAS DE CARVALHO                    |
| 28  | 79ª                    | ERICO ZEPONE NAKAGOMI                       |
| 29  | 80ª                    | GUSTAVO LEONARDO MAIA PEREIRA               |
| 30  | 81ª                    | ADALBERTO ELLERY BARREIRA NETO              |
| 31  | 82ª                    | BRUNO DEMCZUK DE ALENCAR                    |
| 32  | 83ª                    | RODRIGO GOMES TEIXEIRA                      |
| 33  | 86ª                    | ALESSANDRO RODRIGUES GOMES DA SILVA         |

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, inciso XVII, e 23 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos arts. 13 a 16 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o Memorando nº 128 - CS/AGU, de 21 de setembro de 2006, do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, que trata dos resultados da escolha de vagas efetuada pelos candidatos nomeados para cargos efetivos de Advogado da União pela Portaria nº 847/AGU, de 8 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2006, Seção 2, páginas 2 a 3, resolve:

Nº 887 - Art. 1º Designar, na forma do Anexo, as unidades de lotação dos candidatos nomeados para cargos efetivos de Advogado da União pela Portaria nº 847/AGU, de 2006.

Parágrafo único. A lotação dos nomeados nas respectivas unidades se consolidará com a posse e o exercício.

Art. 2º A posse dos candidatos dar-se-á no dia 9 de outubro de 2006, às 17h dos respectivos locais.

§ 1º Os candidatos cujas unidades de lotação se localizem em Brasília - DF deverão tomar posse perante o Advogado-Geral da União, no Teatro Pedro Calmon, localizado no Quartel General do Exército, Setor Militar Urbano, em Brasília - DF.

§ 2º Os candidatos cujas unidades de lotação se localizem nos Estados deverão tomar posse perante os titulares das respectivas unidades.

Art. 3º A data final para posse é 11 de outubro de 2006, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Parágrafo único. A posse dar-se-á perante os titulares das respectivas unidades de lotação.

Art. 4º Considerar-se-á a data da posse como de início de exercício, salvo para os empossados que optem por entrar em exercício no prazo previsto no § 1º do art. 15 da Lei nº 8.112, de 1990, que deverão assim manifestar-se, por escrito, no ato da posse.

Art. 5º Os nomeados deverão apresentar à autoridade que lhes dará posse os formulários "Termo de Posse" e "Termo de Início de Exercício", extraídos do sistema de informática de posse eletrônica, localizado no site [www.agu.gov.br](http://www.agu.gov.br).

Parágrafo único. Os Termos de Posse e de Exercício, depois de assinados pelo empossado e pela autoridade que lhe deu posse, deverão ser encaminhados, de imediato, para os telefones nºs (61) 4009-4343 e (61) 4009-4293, devendo os originais ser enviados, exclusivamente, via "Encomenda Expressa - SEDEX" da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em envelope assim endereçado:

NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DA UNIÃO  
Caixa Postal nº 7988-Agência Sudoeste 10300634  
CEP 70673-970  
Brasília/DF

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPrensa NACIONALDIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 2

Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

<http://www.in.gov.br> e-mail: [ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA  
REC. DF01253JP  
Coordenadora de Editoração  
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA  
Coordenador de Produção

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República  
  
DILMA VANA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
  
ERENICE ALVES GUERRA  
Secretária Executiva da Casa Civil



|   |                           |  |
|---|---------------------------|--|
| 34  | 188°                      | VALMIRIO ALEXANDRE GADELHA JÚNIOR                  |
| 35  | 89°                       | CAMILA LACERDA DA NATIVIDADE MARQUES               |
| 36  | 90°                       | SANDRO AUGUSTO DOS SANTOS                          |
| 37  | 91°                       | CARINA ROCHA SEABRA                                |
| 38  | 92°                       | DANIEL OSTI COSCRATO                               |
| 39  | 94°                       | MARCOS DUPIN COUTINHO                              |
| 40  | 95°                       | PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR                 |
| 41  | 96°                       | MARIA CAROLINA MAURICIO VERCOZA                    |
| 42  | 97°                       | CARLOS ALEY SANTOS DE MELO                         |
| 43  | 98°                       | GUSTAVO NABUCO MACHADO                             |
| 44  | 99°                       | MELISSA AUGUSTO DE ALENCAR ARARIPE                 |
| 45  | 100°                      | CRISTIANO DE JESUS PEREIRA NASCIMENTO              |
| 46  | 101°                      | BRIVALDO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR                 |
| 47  | 102°                      | MICHELLE MIRANDA PEREZ                             |
| 48  | 103°                      | ANA PAULA DO NASCIMENTO COLABONO                   |
| 49  | 106°                      | SUSANA LUCINI                                      |
| 50  | 107°                      | RODRIGO PASSOS PINHEIRO                            |
| 51  | 109°                      | JULIANA MOREIRA BATISTA                            |
| 52  | 110°                      | DIALMA HENRIQUE DA COSTA PEREIRA                   |
| 53  | 112°                      | LIVIA MARIA RIBEIRO OLIVEIRA                       |
| 54  | 113°                      | JOAO PAULO SANTOS BORBA                            |
| 55  | 114°                      | CLAUDIO FONTES FARIAS E SILVA                      |
| 56  | 115°                      | IGOR FRANCA GUEDES                                 |
| 57  | 116°                      | KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO                         |
| 58  | 118°                      | RACHEL DA SILVA DE ALMEIDA                         |
| 59  | 119°                      | EDUARDO ALONSO OLMO                                |
| 60  | 120°                      | LUIS CARLOS GOMES CARNEIRO FILHO                   |
| 61  | 121°                      | PAULO GESTEIRA COSTA FILHO                         |
|   | 122°                      | RUY DE AVILA CAETANO LEAL                          |
|   | 123°                      | ALLAN TITONELLI NUNES                              |
|   | 124°                      | ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JÚNIOR           |
| 65  | 125°                      | RAFAEL LIMA DAUDT DOLIVEIRA                        |
| 66  | 126°                      | FERNANDA REGINA VILARES                            |
| 67  | 127°                      | MARCELA ALMEIDA MARTINS                            |
| 68  | 129°                      | DAIANE NOGUEIRA DE LIRA                            |
| 69  | 130°                      | JOSE ANTONIO RODRIGUES SANTIAGO                    |
| 70  | 132°                      | FRANCISCO JOSE DE ANDRADE PEREIRA                  |
|   | 133°                      | AMANDA FONTES DOURADO                              |
|   | 134°                      | CLEMILTON DA SILVA BARROS                          |
|   | 135°                      | VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA                  |
| 74  | 137°                      | JOSE AUGUSTO CORDEIRO DA CRUZ NETO                 |
| 75  | 138°                      | ALMIR TEUBL SANCHES                                |
| 76  | 139°                      | LEYLA ANDRADE VERAS                                |
| 77  | 141°                      | WALTER ROSATI VEGAS JÚNIOR                         |
| 78  | 143°                      | MARIA CLARICE MAIA MENDONÇA                        |
| 79  | 144°                      | WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO                    |
| 80  | 146°                      | SIDNEI VIEIRA DA SILVA                             |
| 81  | 147°                      | ROSALIA TEIXEIRA BEZERRA ADAO                      |
| 82  | 148°                      | GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES                          |
| 83  | 149°                      | BRUNO MARCIO DA COSTA ALENCAR                      |
| 84  | 150°                      | JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA                        |
| 85  | 152°                      | CLAUDIVUS CRONENBERGER ARRUDA                      |
| 86  | 153°                      | ANA CAROLINA DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE            |
| 87  | 154°                      | PEDRO HENRIQUE IZIDRO DA SILVA                     |
| 88  | 157°                      | RODRIGO PICANCO FACCI                              |
| 89  | 202°                      | RICARDO LUSTOSA PIERRE                             |
| Unidade de lotação: Procuradoria Regional da União na 1ª Região |                           |  |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME   |
| 1   | 1°                        | RAFAEL FIGUEIREDO FULGENCIO                        |
| 2   | 4°                        | ISABELA MARQUES SEIXAS                             |
| 3   | 6°                        | MARINA SELOS FERREIRA                              |
| 4   | 8°                        | JOAO PAULO ALEXANDRE DOS SANTOS                    |
| 5   | 9°                        | HUDSON MACHADO GUIMARÃES                           |
|   | 11°                       | MARCELLE DE OLIVEIRA ALENCAR                       |
|   | 15°                       | TARCÍSIO CORRÊA MONTE                              |
|   | 16°                       | MARILENE BRODZINSKI ANDERSON                       |
| 9   | 17°                       | HENRIQUE AUGUSTO FIGUEIREDO FULGÊNCIO              |
| 10  | 18°                       | DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO                       |
| 11  | 19°                       | MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA                  |
| 12  | 21°                       | RAFAEL FRANKLIN CAMPOS E SOUZA                     |
| 13  | 28°                       | ARIANE DA SILVA OLIVEIRA                           |
| 14  | 29°                       | FABIO CONRADO LOULA                                |
| 15  | 31°                       | CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE                        |
| 16  | 35°                       | ANNA MARIA FELIPE BORGES                           |
|   | 39°                       | LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES                       |
|   | 44°                       | REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO                    |
|   | 45°                       | ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCAO JÚNIOR               |
| 20  | 47°                       | FABIO CAMPELO CONRADO DE HOLANDA                   |
| 21  | 49°                       | MICHELE MENEZES DA CUNHA                           |
| 22  | 55°                       | ROBERTO DIONOR MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA SOBRINHO |
| 23  | 59°                       | ERIC CAMARA CABRAL                                 |
| 24  | 60°                       | ADRIANO CHIARI DA SILVA                            |
| 25  | 63°                       | DANIEL SILVA PASSOS                                |
| 26  | 64°                       | FELIPE GONCALVES PINTO                             |
| 27  | 65°                       | PAULO TAEK KEUN ROEE                               |
| 28  | 69°                       | ERNANDO JOSE DE QUEIROZ ROMAO                      |
| 29  | 71°                       | MARCELO MOURA DA CONCEICAO                         |
| UF: MS, Município: Campo Grande                                 |                           |  |

Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul

|   |                           |                                       |
|---|---------------------------|---------------------------------------|
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 46°                       | FABRICIO SANTOS DIAS                  |
| UF: MT, Município: Cuiabá   |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso        |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 48°                       | HÉLIDA MARIA PEREIRA                  |
| 2   | 128°                      | ALEXANDRE VITOR MURATA COSTA          |
| UF: PA, Município: Belém  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado do Pará               |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 10°                       | WESLEY SCHNEIDER COLLYER              |
| 2   | 54°                       | RUBENS DAMASCENO FARIAS               |
| 3   | 84°                       | VLADIMIR PAES DE CASTRO               |
| UF: PR, Município: Foz do Iguaçu  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Foz do Iguaçu       |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 117°                      | MARCIO ROGERIO COSTA LUCAS            |
| 2   | 136°                      | ANA PAULA NIEDZIELUK LISBOA           |
| 3   | 142°                      | MARCIO LANZONI BONATO                 |
| UF: PR, Município: Umuarama   |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Umuarama            |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 93°                       | ROSANE CAMARGO BORGES                 |
| 2   | 108°                      | REGIS BELO DA SILVA                   |
| UF: RS, Município: Caxias do Sul  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Caxias do Sul       |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 87°                       | MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA           |
| 2   | 151°                      | KAROLINE BUSATTO                      |
| UF: RS, Município: Passo Fundo  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Passo Fundo         |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 140°                      | LUIZ AUGUSTO ZAMUNER                  |
| 2   | 145°                      | JULIO CESAR BERTUZZI                  |
| UF: RS, Município: Porto Alegre   |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Regional da União na 4ª Região           |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 14°                       | MARCELO RISSI                         |
| 2   | 30°                       | BRUNO SACRAMENTO SANTOS SILVA         |
| 3   | 56°                       | MAGALI VOLPE MICHELENA                |
| 4   | 68°                       | JOSUE DE SOUZA BRANDAO NETO           |
| 5   | 85°                       | HECTO BENDER DE OLIVEIRA              |
| 6   | 104°                      | ALEXANDRE ARNOLD                      |
| 7   | 111°                      | PAULA GISELE DARGELIO DA ROSA         |
| 8   | 131°                      | FLAVIA VIANNA PERO MASCIA             |
| Unidade de lotação: Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre     |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 70°                       | MARCOS AUGUSTO DO NASCIMENTO FERREIRA |
| 2   | 105°                      | RICARDO SILVEIRA DE AQUINO            |
| UF: RS, Município: Rio Grande   |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Rio Grande          |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 25°                       | RICARDO RODRIGUES AL ALAM             |
| 2   | 78°                       | MARCELO DE LEONI GODOI                |
| UF: RS, Município: Santa Maria  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Santa Maria         |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 34°                       | FABRICIO CASTAGNA LUNARDI             |
| 2   | 53°                       | ANGELO MADAR PIVA                     |
| 3   | 156°                      | RUBEM CORREA DA ROSA                  |
| UF: SC, Município: Chapecó  |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Chapecó             |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 155°                      | PAULA CAROLINA BISSOLI CONTRERAS      |
| UF: SP, Município: Campinas   |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Campinas            |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 33°                       | RAFAEL ESTEVES PERRONI                |
| 2   | 38°                       | MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA   |
| 3   | 41°                       | ARINA LIVIA FIORAVANTE                |
| UF: SP, Município: Presidente Prudente                                    |                           |                                       |
| Unidade de lotação: Procuradoria-Setorial da União em Presidente Prudente |                           |                                       |
| Quant.  | Classificação no Concurso | NOME                                  |
| 1   | 20°                       | BRUNO LOPES MADDARENA                 |
| 2   | 43°                       | VITOR CARLOS DE OLIVEIRA              |

PORTARIA Nº 887, DE 22 DE SETEMBRO DE 2006.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, inciso XVII, e 23 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos arts. 13 a 16 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o Memorando nº 128 – CS/AGU, de 21 de setembro de 2006, do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, que trata dos resultados da escolha de vagas efetuada pelos candidatos nomeados para cargos efetivos de Advogado da União pela Portaria nº 847/AGU, de 8 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2006, Seção 2, páginas 2 a 3, resolve:

Art. 1º Designar, na forma do Anexo, as unidades de lotação dos candidatos nomeados para cargos efetivos de Advogado da União pela Portaria nº 847/AGU, de 2006.

Parágrafo único. A lotação dos nomeados nas respectivas unidades se consolidará com a posse e o exercício.

Art. 2º A posse dos candidatos dar-se-á no dia 9 de outubro de 2006, às 17h dos respectivos horários locais.

§ 1º Os candidatos cujas unidades de lotação se localizem em Brasília – DF deverão tomar posse perante o Advogado-Geral da União, no Teatro Pedro Calmon, localizado no Quartel General do Exército, Setor Militar Urbano, em Brasília – DF.

§ 2º Os candidatos cujas unidades de lotação se localizem nos Estados deverão tomar posse perante os titulares das respectivas unidades.

Art. 3º A data final para posse é 11 de outubro de 2006, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Parágrafo único. A posse dar-se-á perante os titulares das respectivas unidades de lotação.

Art. 4º Considerar-se-á a data da posse como de início de exercício, salvo para os empossados que optem por entrar em exercício no prazo previsto no § 1º do art. 15 da Lei nº 8.112, de 1990, que deverão assim manifestar-se, por escrito, no ato da posse.

Art. 5º Os nomeados deverão apresentar à autoridade que lhes dará posse os formulários “Termo de Posse” e “Termo de Início de Exercício”, extraídos do sistema de informática de posse eletrônica, localizado no sítio [www.agu.gov.br](http://www.agu.gov.br).

Parágrafo único. Os Termos de Posse e de Exercício, depois de assinados pelo empossado e pela autoridade que lhe deu posse, deverão ser encaminhados, de imediato, para os telefones nºs (61) 4009-4343 e (61) 4009-4293, devendo os originais ser enviados, exclusivamente, via "Encomenda Expressa – SEDEX" da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em envelope assim endereçado:

NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DA UNIÃO  
Caixa Postal nº 7988-Agência Sudoeste 10300634  
CEP 70673-970  
Brasília/DF

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

51set-pt

## ANEXO

| <b>UF: DF Município: Brasília</b>                      |                           |   |
|--|---------------------------|---|
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Geral da União</b> |                           |   |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME  |
| 1  | 3º                        | HERCILIO FERRARI NETO                       |
| 2  | 5º                        | BERNARDO ALVES DA SILVA JUNIOR              |
| 3  | 24º                       | TIAGO MACEDO CLARK                          |
| 4  | 27º                       | PAULO ROBERTO MAGALHAES DE CASTRO WANDERLEY |
| <b>Unidade de lotação: Consultoria-Geral da União</b>  |                           |   |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME  |
| 1  | 2º                        | JULIANA HORLLE PEREIRA                      |
| 2  | 7º                        | EDSON ROBERTO CELLEGHIM                     |
| 3  | 12º                       | DAVID SCHIAVONI MILLER                      |
| 4  | 13º                       | ILIA FREIRE FERNANDES BORGES                |
| 5  | 22º                       | RAFAEL RIBEIRO RAYOL                        |
| 6  | 23º                       | CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA                |
| 7  | 26º                       | JOSE GUILHERME BARBOSA DE OLIVEIRA          |
| 8  | 34º                       | ROSSANA TALIA MODESTO GOMES                 |
| 9  | 36º                       | RICARDO JOSE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA  |
| 10   | 37º                       | VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA              |
| 11   | 40º                       | JOSE VICENTE SANTIAGO JUNQUEIRA             |
| 12   | 42º                       | JOSE GODOY BEZERRA DE SOUZA                 |
| 13   | 50º                       | DANIELA FERREIRA MARQUES                    |
| 14   | 51º                       | MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA             |
| 15   | 52º                       | ARTHUR PORTO CARVALHO                       |
| 16   | 57º                       | LEILA BARREIROS PRADO                       |
| 17   | 58º                       | SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO          |
| 18   | 61º                       | RENATO SOUZA OLIVEIRA JUNIOR                |
| 19   | 62º                       | ALEXANDRE GOMES MOURA                       |
| 20   | 66º                       | DANIEL BITAR DE SOUZA                       |
| 21   | 67º                       | LETÍCIA SILVEIRA BARBOSA CORREIA LIMA       |

|    |      |                                       |
|----|------|---------------------------------------|
| 22 | 72°  | MANUELA FREIRE SILVA                  |
| 23 | 73°  | SÍLVIA MARA FERREIRA ALVARENGA        |
| 24 | 74°  | LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO            |
| 25 | 75°  | GABRIEL PIMENTA ALVES                 |
| 26 | 76°  | PAULO BUENO DE AZEVEDO                |
| 27 | 77°  | ULISSES DIAS DE CARVALHO              |
| 28 | 79°  | ERICO ZEPPONE NAKAGOMI                |
| 29 | 80°  | GUSTAVO LEONARDO MAIA PEREIRA         |
| 30 | 81°  | ADALBERTO ELLERY BARREIRA NETO        |
| 31 | 82°  | BRUNO DEMCZUK DE ALENCAR              |
| 32 | 83°  | RODRIGO GOMES TELXEIRA                |
| 33 | 86°  | ALESSANDRO RODRIGUES GOMES DA SILVA   |
| 34 | 88°  | VALMIRIO ALEXANDRE GADELHA JUNIOR     |
| 35 | 89°  | CAMILLA LACERDA DA NATIVIDADE MARQUES |
| 36 | 90°  | SANDRO AUGUSTO DOS SANTOS             |
| 37 | 91°  | CARINA ROCHA SEABRA                   |
| 38 | 92°  | DANIEL OSTI COSCRATO                  |
| 39 | 94°  | MARCOS DUPIN COUTINHO                 |
| 40 | 95°  | PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR    |
| 41 | 96°  | MARIA CAROLINA MAURICIO VERCOZA       |
| 42 | 97°  | CARLOS ALEY SANTOS DE MELO            |
| 43 | 98°  | GUSTAVO NABUCO MACHADO                |
| 44 | 99°  | MELISSA AUGUSTO DE ALENCAR ARARIPE    |
| 45 | 100° | CRISTIANO DE JESUS PEREIRA NASCIMENTO |
| 46 | 101° | BRIVALDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR    |
| 47 | 102° | MICHELLE MIRANDA PEREZ                |
| 48 | 103° | ANA PAULA DO NASCIMENTO COLABONO      |
| 49 | 106° | SUSANA LUCINI                         |
| 50 | 107° | RODRIGO PASSOS PINHEIRO               |
| 51 | 109° | JULIANA MOREIRA BATISTA               |
| 52 | 110° | DJALMA HENRIQUE DA COSTA PEREIRA      |
| 53 | 112° | LÍVIA MARIA RIBEIRO OLIVEIRA          |



|    |      |  |
|----|------|--|
| 54 | 113° | JOAO PAULO SANTOS BORBA                  |
| 55 | 114° | CLAUDIO FONTES FARIA E SILVA             |
| 56 | 115° | IGOR FRANCA GUEDES                       |
| 57 | 116° | KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO               |
| 58 | 118° | RACHEL DA SILVA DE ALMEIDA               |
| 59 | 119° | EDUARDO ALONSO OLMOS                     |
| 60 | 120° | LUIS CARLOS GOMES CARNEIRO FILHO         |
| 61 | 121° | PAULO GESTEIRA COSTA FILHO               |
| 62 | 122° | RUY DE AVILA CAETANO LEAL                |
| 63 | 123° | ALLAN TITONELLI NUNES                    |
| 64 | 124° | ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR |
| 65 | 125° | RAFAEL LIMA DAUDT DOLIVEIRA              |
| 66 | 126° | FERNANDA REGINA VILARES                  |
| 67 | 127° | MARCELA ALMEIDA MARTINS                  |
| 68 | 129° | DAIANE NOGUEIRA DE LIRA                  |
| 69 | 130° | JOSE ANTONIO RODRIGUES SANTIAGO          |
| 70 | 132° | FRANCISCO JOSE DE ANDRADE PEREIRA        |
| 71 | 133° | AMANDA FONTES DOURADO                    |
| 72 | 134° | CLEMILTON DA SILVA BARROS                |
| 73 | 135° | VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA        |
| 74 | 137° | JOSE AUGUSTO CORDEIRO DA CRUZ NETO       |
| 75 | 138° | ALMIR TEUBL SANCHES                      |
| 76 | 139° | LEYLA ANDRADE VERAS                      |
| 77 | 141° | WALTER ROSATI VEGAS JUNIOR               |
| 78 | 143° | MARIA CLARICE MAIA MENDONCA              |
| 79 | 144° | WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO          |
| 80 | 146° | SIDNEI VIEIRA DA SILVA                   |
| 81 | 147° | ROSALIA TEIXEIRA BEZERRA ADAO            |
| 82 | 148° | GUSTAVO DE MENDONCA GOMES                |
| 83 | 149° | BRUNO MARCIO DA COSTA ALENCAR            |
| 84 | 150° | JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA              |
| 85 | 152° | CLAUDIUS CRONEMBERGER ARRUDA             |

|    |      |   |
|----|------|---|
| 86 | 153° | ANA CAROLINA DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE |
| 87 | 154° | PEDRO HENRIQUE IZIDRO DA SILVA          |
| 88 | 157° | RODRIGO PICANCO FACCI                   |
| 89 | 202° | RICARDO LUSTOSA PIERRE                  |

**Unidade de lotação: Procuradoria-Regional da União na 1a. Região**

| Quant. | Classificação<br>no Concurso | NOME   |
|--------|------------------------------|--|
| 1      | 1°                           | RAFAEL FIGUEIREDO FULGENCIO                        |
| 2      | 4°                           | ISABELA MARQUES SEIXAS                             |
| 3      | 6°                           | MARINA SELOS FERREIRA                              |
| 4      | 8°                           | JOAO PAULO ALEXANDRE DOS SANTOS                    |
| 5      | 9°                           | HUDSON MACHADO GUIMARÃES                           |
| 6      | 11°                          | MARCELLE DE OLIVEIRA ALENCAR                       |
| 7      | 15°                          | TARCÍSIO CORRÊA MONTE                              |
| 8      | 16°                          | MARILENE BRODZINSKI ANDERSON                       |
| 9      | 17°                          | HENRIQUE AUGUSTO FIGUEIREDO FULGÊNCIO              |
| 10     | 18°                          | DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO                       |
| 11     | 19°                          | MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA                  |
| 12     | 21°                          | RAFAEL FRANKLIN CAMPOS E SOUZA                     |
| 13     | 28°                          | ARIANE DA SILVA OLIVEIRA                           |
| 14     | 29°                          | FÁBIO CONRADO LOULA                                |
| 15     | 31°                          | CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE                        |
| 16     | 35°                          | ANNA MARIA FELIPE BORGES                           |
| 17     | 39°                          | LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES                       |
| 18     | 44°                          | REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO                    |
| 19     | 45°                          | ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCAO JUNIOR               |
| 20     | 47°                          | FABIO CAMPELO CONRADO DE HOLANDA                   |
| 21     | 49°                          | MICHELE MENEZES DA CUNHA                           |
| 22     | 55°                          | ROBERTO D'HORN MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA SOBRINHO |
| 23     | 59°                          | ERIC CAMARA CABRAL                                 |
| 24     | 60°                          | ADRIANO CHIARI DA SILVA                            |
| 25     | 63°                          | DANIEL SILVA PASSOS                                |
| 26     | 64°                          | FELIPE GONCALVES PINTO                             |
| 27     | 65°                          | PAULO TAEK KEUN RHEE                               |

|  |                           |                               |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| 28   | 69°                       | ERNANDO JOSE DE QUEIROZ ROMAO |
| 29   | 71°                       | MARCELO MOURA DA CONCEICAO    |
| <b>UF: MS Município: Campo Grande</b>  |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul</b> |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |
| 1  | 46°                       | FABRICIO SANTOS DIAS          |
| <b>UF: MT Município: Cuiabá</b>  |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso</b>        |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |
| 1  | 48°                       | HÉLIDA MARIA PEREIRA          |
| 2  | 128°                      | ALEXANDRE VITOR MURATA COSTA  |
| <b>UF: PA Município: Belém</b>   |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria da União no Estado do Pará</b>               |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |
| 1  | 10°                       | WESLEY SCHNEIDER COLLYER      |
| 2  | 54°                       | RUBENS DAMASCENO FARIAS       |
| 3  | 84°                       | VLADIMIR PAES DE CASTRO       |
| <b>UF: PR Município: Foz do Iguaçu</b>   |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Foz do Iguaçu</b>      |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |
| 1  | 117°                      | MARCIO ROGERIO COSTA LUCAS    |
| 2  | 136°                      | ANA PAULA NIEDZIELUK LISBOA   |
| 3  | 142°                      | MARCIO LANZONI BONATO         |
| <b>UF: PR Município: Umuarama</b>  |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Umuarama</b>           |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |
| 1  | 93°                       | ROSANE CAMARGO BORGES         |
| 2  | 108°                      | REGIS BELO DA SILVA           |
| <b>UF: RS Município: Caxias do Sul</b>   |                           |                               |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Caxias do Sul</b>      |                           |                               |
| Quant.   | Classificação no Concurso | NOME                          |

|  |                              |                                       |
|--|------------------------------|---------------------------------------|
| 1  | 87°                          | MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA           |
| 2  | 151°                         | KAROLINE BUSATTO                      |
| <b>UF: RS Município: Passo Fundo</b>   |                              |                                       |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Passo Fundo</b>    |                              |                                       |
| Quant.   | Classificação<br>no Concurso | NOME                                  |
| 1  | 140°                         | LUIZ AUGUSTO ZAMUNER                  |
| 2  | 145°                         | JULIO CESAR BERTUZZI                  |
| <b>UF: RS Município: Porto Alegre</b>  |                              |                                       |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Regional da União na 4a. Região</b>      |                              |                                       |
| Quant.   | Classificação<br>no Concurso | NOME                                  |
| 1  | 14°                          | MARCELO RISSI                         |
| 2  | 30°                          | BRUNO SACRAMENTO SANTOS SILVA         |
| 3  | 56°                          | MAGALI VOLPE MICHELENA                |
| 4  | 68°                          | JOSUE DE SOUZA BRANDAO NETO           |
| 5  | 85°                          | HECIO BENDER DE OLIVEIRA              |
| 6  | 104°                         | ALEXANDRE ARNOLD                      |
| 7  | 111°                         | PAULA GISELE DARGELIO DA ROSA         |
| 8  | 131°                         | FLAVIA VIANNA PERO MASCIA             |
| <b>Unidade de lotação: Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre</b> |                              |                                       |
| Quant.   | Classificação<br>no Concurso | NOME                                  |
| 1  | 70°                          | MARCOS AUGUSTO DO NASCIMENTO FERREIRA |
| 2  | 105°                         | RICARDO SILVEIRA DE AQUINO            |
| <b>UF: RS Município: Rio Grande</b>  |                              |                                       |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Rio Grande</b>     |                              |                                       |
| Quant.   | Classificação<br>no Concurso | NOME                                  |
| 1  | 25°                          | RICARDO RODRIGUES AL ALAM             |
| 2  | 78°                          | MARCELO DE LEONI GODOI                |
| <b>UF: RS Município: Santa Maria</b>   |                              |                                       |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Santa Maria</b>    |                              |                                       |
| Quant.   | Classificação<br>no Concurso | NOME                                  |
| 1  | 34°                          | FABRICIO CASTAGNA LUNARDI             |

|   |                              |                                     |
|---|------------------------------|-------------------------------------|
| 2   | 53°                          | ÂNGELO MADAR PIVA                   |
| 3   | 156°                         | RUBEM CORREA DA ROSA                |
| <b>UF: SC Município: Chapecó</b>  |                              |                                     |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Chapecó</b>             |                              |                                     |
| Quant.  | Classificação<br>no Concurso | NOME                                |
| 1   | 155°                         | PAULA CAROLINA BISSOLI CONTRERAS    |
| <b>UF: SP Município: Campinas</b>   |                              |                                     |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Campinas</b>            |                              |                                     |
| Quant.  | Classificação<br>no Concurso | NOME                                |
| 1   | 33°                          | RAFAEL ESTEVES PERRONI              |
| 2   | 38°                          | MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA |
| 3   | 41°                          | ARINA LIVIA FIORAVANTE              |
| <b>UF: SP Município: Presidente Prudente</b>                                      |                              |                                     |
| <b>Unidade de lotação: Procuradoria-Seccional da União em Presidente Prudente</b> |                              |                                     |
| Quant.  | Classificação<br>no Concurso | NOME                                |
| 1   | 20°                          | BRUNO LOPES MADDARENA               |
| 2   | 43°                          | VITOR CARLOS DE OLIVEIRA            |

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: João Roberto de Oliveira Lotação: PSU - Base 1 do Inf - AS  
 Endereço: Rua Tereza Formosa Pontatti, 1719, Leon  
 CPF/MF: 951.216.410-87 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 19 de outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: HÉLIO BENDER DE OLIVEIRA Lotação: PRV-45 RESÃO

Endereço: RUA TAVADIS, 320, APART. 1102, CACHOEIRINHA/RS

CPF/MF: 659.657-010-04 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

\_\_\_\_\_  
BRASÍLIA 19, OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: RÉGIS BELO DA SILVA Lotação: UMUARAMA/PR

Endereço: AV. MANAUS, 3931, EDIFÍCIO VENEZA, APTO 34

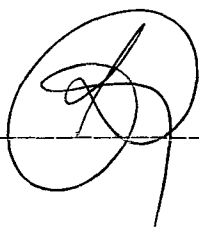
CPF/MF: 285.417.778-98 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA/DF, 19/10 de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.



**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: MARCIO ROGERIO COSTA LUCAS Lotação: PSU - Foz do Iguaçu

Endereço: AV. REPÚBLICA ARGENTINA, Nº 40, AP. 604, Bloco 04

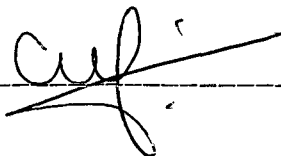
CPF/MF: 015.135.809-57 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASILIA-DF \_\_\_\_\_ 19, OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA Lotação: PSU EM CAMPINAS

Endereço: AV. BARÃO DE ITAPURA, Nº 950, ED. TIFFANY O. PLAZA, 8º E 9º ANDARES,  
JD. GUANABARA, CAMPINAS, SP. (FUNCIONAL)

CPF/MF: 049.936.894-03

Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 19 \_\_\_\_\_, outubro \_\_\_\_\_ de 2006.

Assinatura: Marcela Paes B. de Castro Lima

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

86

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: RAFAEL ESTEVES PERRONI Lotação: PSU - CAMPINAS  
Endereço: R. ANTONIO MOREIRA GUEDES, 111, ITAUBAUNDU-MS  
CPF/MF: 296.457.408-19 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA 19 de outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Rf ER

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: HELIDA MARIA PEREIRA Lotação: PU/MT

Endereço: R. 62, n° 661, BAIRRO 60, VOLTA REDONDA - RJ

CPF/MF: 055034257-58 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 19 de outubro de 2006.

Assinatura: 

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Arina Lúcia Fioravante Lotação: PSU Campinas  
Endereço: Rua Bela Centro, 1490, 101 / São Paulo - SP  
CPF/MF: 310.221.228-00 Matrícula SIAPE: Não sei ainda

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

\_\_\_\_\_Brasília\_\_\_\_\_, 19 de outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

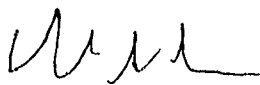
**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: PICARDO RODRIGUES AL-ALAM Lotação: PSU - Rio Grande  
 Endereço: Rua General Neto, 570 - Rio Grande - RS CEP 96200-010  
 CPF/MF: 396.837.170-10 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 19, outubro de 2006.

Assinatura: 

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: SOCORRO JANAÍNA MAXIMIANO LEONARDO Lotação: CONJUR/Mim. Comunic. /DF

Endereço: QMSW Quacha 6 lote 3 Bl. C apto 211 Sudoeste Brasília/DF

CPF/MF: 630 750 443-53

Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 19/ outubro de 2006.

Assinatura: Socorro Janaína M. Leonardo

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: MICHELE MENEZES DA CUNHA Lotação: PROVIL REGIÃO

Endereço: RUA ÂNGELO RAIMUNDO BARREIRAS, Nº 111, VILA VALQUEIRE - RJ

CPF/MF: 053 715 177-07

Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

RIO DE JANEIRO

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

\_\_\_\_\_  
 BRASÍLIA, 19 DE OUTUBRO de 2006.

Assinatura: *Michele Menezes da Cunha*

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.



**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: JALNÍRIO ALEXANDRE GADOLHA JUNIOR Lotação: CONJUR - MS

Endereço: QMSW 06, LOTE 03, BL. A, APTO 204, BRASÍLIA-DF

CPF/MF: 885.460.474-72

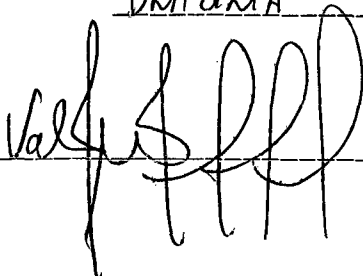
Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA 19, OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: RODRIGO GOMES TEIXEIRA Lotação: Ministério da Defesa

Endereço: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

CPF/MF: 009.499.519-07

Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA 19, outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Rodrigo Gomes Teixeira*

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

94

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

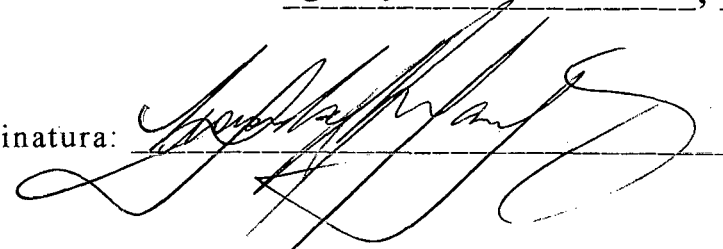
Nome: LEONARDO ALBUQUERQUE MORAES Lotação: PEU-1  
Endereço: SQS 215 BL 7 AP. 201 BRASÍLIA - DF  
CPF/MF: 649.201.863-04 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA - DF, 19/10 de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALEXANDRE VÍTOR MURARA COSTA Lotação: PU/MT

Endereço: R. JOÃO ALBUQUERQUE 350, c. 05 CAIENES/MT

CPF/MF: 254479358-90 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 19, outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: PAULO TAEK KEUN RHEE Lotação: PRU 1  
Endereço: SAUS QD2 BL. E SL 205  
CPF/MF: 347.560.138 - 99 Matrícula SIAPE: 1488276

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BSB 19, OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: MARCELO MOUÇA DA CONCEIÇÃO Lotação: PRU - 1ª R.

Endereço: SAUS - R. 2, BLOCO E

CPF/MF: 046.502.166-01 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASILIA, 20/10 de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Renato Souza Oliveira Junior Lotação: CJ/MRE  
Endereço: Serra Morelino Norte, Zdf. GALVEX, Quadra 2, Quadra 529  
CPF/MF: 994373845-68 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília-DF, 20 de OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Renato Souza Oliveira Junior*

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Ana Paula Niedzieluk Lisboa Lotação: PSUFO2/PR

Endereço: R. Maruchal Floriano Reixoto, n.º 1170, apto 103

CPF/MF: 032.555.379-32 /PR Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 19, outubro de 2006.

Assinatura: Ana Lisboa

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.



**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: DANIEL BITAR DE SOUZA Lotação: MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Endereço: GRANULOS, LTDA, ED. MULTIPARQUE, BLOCO B, APTº 210, SETOR SUDOESTE

CPF/MF: 706 191 401 78 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA \_\_\_\_\_ 20 \_\_\_\_\_, OUTUBRO \_\_\_\_\_ de 2006.

Assinatura: Daniel Bitar de Souza

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

101

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

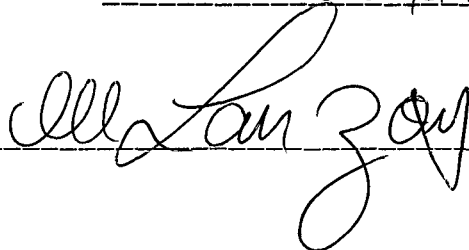
Nome: Marcio Lanza Bonato Lotação: PSU Foz do Iguaçu  
Endereço: Rua Jorge Schimmelpfeng, 265, Centro, Foz  
CPF/MF: 028.324.749-50 Matrícula SIAPE: do Iguaçu

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília/DF, 20 de outubro  
de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

|   |                  |                                       |
|---|------------------|---------------------------------------|
| Nome: ANA CAROLINA DE ALMEIDA<br>TANNURI LAFERRE                                    |                  | Lotação (Sigla/UF):<br>CONSUR MDA /DF |
| Endereço:<br>SAS 305 - B - 203  |                  |                                       |
| CPF:<br>269.353.698 - 70  | Matrícula SIAPE: |                                       |
| Data de Admissão (início do exercício no cargo de Advogado da União):<br>09.10.2006 |                  |                                       |

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília-DF, 20/10 de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Guilherme F. Soares*

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Cristiano de Jesus Pereira Nascimento Lotação: Min. da Defesa  
Endereço: SQS 301, Bloco E, Apt. 209  
CPF/MF: 009928564-93 Matrícula SIAPE: 1553031

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 20 de outubro de 2006.

Assinatura: Cristiano de Jesus Pereira Nascimento

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

104

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Daniela Ferreira Marques Lotação: CGU/MME

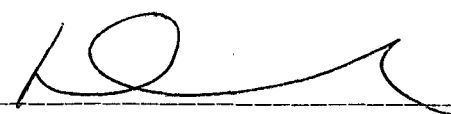
Endereço: CC SW 01, Lote 5, Bl. A-1, apto 503, Sudeste

CPF/MF: 858508615-72 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 20 de outubro de 2006.

Assinatura: 

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Rosane Camargo Borges Lotação: Vmmurama / PR

Endereço: Av. Londrina 3390 Bloco A, apto 22

CPF/MF: 220 591 638-62 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 20 outubro de 2006.

Assinatura: Rosane Borges

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

126

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: MARIA CLARICE MAIA MENDONÇA Lotação: Conju / MMA  
Endereço: Esplanada dos Ministérios - Minist. do Meio Ambiente  
CPF/MF: 793.232.435-15 Matrícula SIAPE: 155 30 86

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

\_\_\_\_\_Brasília 20 , outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

127

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

|   |                     |
|---|---------------------|
| Nome: <u>RODRIGO PASSOS PINHEIRO</u>                                  | Lotação (Sigla/UF): |
| Endereço: <u>MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA (CONV22)</u>              |                     |
| CPF: <u>033796054-25</u>  | Matrícula SIAPE:    |
| Data de Admissão (início do exercício no cargo de Advogado da União): |                     |

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 20 de outubro de 2006.

Assinatura: Rodrigo Passos Pinheiro

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.



**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Maiane Nogueira de Lima Lotação: Ministério da Saúde

Endereço: SGN 115, Bloco C

CPF/MF: 921.853.553 - 68 Matrícula SIAPE: 1553/90-2

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 20, outubro de 2006.

Assinatura: Maiane Nogueira de Lima

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

|  |   |
|--|---|
| Nome: <i>FRANCISCO JOSÉ DE ANDRADE PEREIRA</i>   | Lotação (Sigla/UF): <i>CGV/DF</i>           |
| Endereço: <i>OMSW 06 Lotes 05/07, Bloco E apartamento N° 230</i>                           | <i>STUDIO IV</i>                            |
| CPF: <i>776421475-20</i>   | Matrícula SIAPE: <i>Ainda não fornecida</i> |
| Data de Admissão (início do exercício no cargo de Advogado da União):<br><i>05/10/2006</i> |   |

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

*Brasília 20, outubro* de 2006.

Assinatura: *[Assinatura]*

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

110

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Régina Andrade de S. Barreto Lotação: PRU 1ª Região

Endereço: SHIN 21 2 G. 11 C 05

CPF/MF: 698550481-72

Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 20, outubro de 2006.

Assinatura: Régina Barreto

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

111

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: VLADIMIR PAES DE CASO Lotação: PU/PA  
Endereço: AV. BULLEVARO CASTELHOS FRANSA, 708, COMÉRCIO  
CPF/MF: 424.930.643-72 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA 20, OUTUBRO de 2006.

Assinatura: 

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

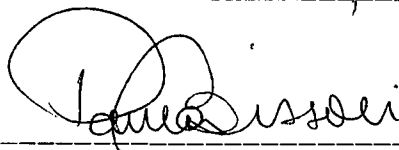
Nome: Paula Carolina Bissoi Contreras Lotação: PSU - Chapeco  
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1028 - N (cala 03)  
CPF/MF: 301.574.618-90 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Beastia, 20, Outubro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

|   |                               |
|---|-------------------------------|
| Nome:<br>MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA  | Lotação (Sigla/UF):<br>PRV/DF |
| Endereço:<br>S/N 102, Bloco B, APT. 104, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF                   |                               |
| CPF:<br>038559584-08  | Matrícula SIAPE:              |
| Data de Admissão (início do exercício no cargo de Advogado da União):<br>09/10/2006 |                               |

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 20 de outubro de 2006.

Assinatura: Maria Paula Amorim de Barros Lima

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

114

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: PAULO FERNANDO FEIJÓ F. Lotação: Ministério Público / CONSR  
Endereço: SHS, QUADRA 6, Lote 1, Bloco F, ASA SUL, APD. 1210  
CPF/MF: 084.171.077-54 Matrícula SIAPE: \_\_\_\_\_

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

BRASÍLIA, 20 DE OUTUBRO de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

115

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ELAUDIUS ERONEMBERGER ARRUDA Lotação: Ministério do Meio Ambiente  
Endereço: SGAN 912, ED. PARK VILLE, MÓD. "D", Bloco B, AP. 119, Brasília/DF  
CPF/MF: 770255633-15 Matrícula SIAPE: 1553211

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília, 23 de , Outubro de 2006.

Assinatura: Claudio Eronemberger Arruda

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**



116

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ADEMIR SCABELLO JUNIOR Lotação: PSU/S.J. Rio Preto (SP)  
Endereço: RUA SILVA JARDIM-3.122 - S.J. Rio Preto (SP)  
CPF/MF: 136-821.828-88 Matrícula SIAPE: 1312302

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Assinatura: \_\_\_\_\_

S.J. Rio Preto 29, agosto de 2006.

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

Ademir Scabello  
Welda Aparecida Gonçalves Scabello

FILIAÇÃO  
CATANDUMA/SP

NATURALIDADE  
BRASILEIRA

NACIONALIDADE

POLEGAR DIREITO

18000298711

CRISP/SEP  
19968397 SSP/SP

IDENTIDADE CIVIL  
13682182888

CPF  
0 +

TIPO SANGÜÍNEO/E/FATOR RH  
29/05/71

DATA DE NASCIMENTO

AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER RECINTO QUE FUNCIONE REPARTIÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO, LIVRE TRÂNSITO PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, BEM ASSIM PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE.

WELDA APARECIDA GONÇALVES SCABELLO

ADVOCADO-GERAL DA UNIÃO

47

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Ademir Scabello Júnior

NOME

ADVOCADO DA UNIÃO

CARGO

0534

Nº CÉDULA

16/07/2003

DATA DE EXHEDIÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

1312302

MATRÍCULA-SIAPE

07/02/00

ADMISSÃO

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002

CARTEIRA DE IDENTIDADE

118

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ADRIANO CARVALHO BEZERRA DE BRITO Lotação: PRU-5a. REGIÃO

Endereço: RUA 48,165. AP. 404. ESPINHEIRO.RECIFE/PE.

CPF/MF : 525677703-30

Matrícula SIAPE: 1332508

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Recife, 25 de agosto de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Adriano Carvalho Bezerra de Brito*

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**

119



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**Adriano Carvalho Bezerra de Brito**

NOME  

**ADVOGADO DA UNIÃO**

CARGO  

**0004**

Nº CÉDULA  

**16/07/2003**

DATA DE EXPEDIÇÃO  

*Adriano Carvalho Bezerra de Brito*

ASSINATURA DO TITULAR  



**1332508.0**  
MATRÍCULA SIAPE

**22/03/01**  
ADMISSÃO

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002

CARTEIRA DE IDENTIDADE

**José Hélio Bezerra de Brito**  
**Alissandra Lúcia Carvalho de Brito**

---


FILIAÇÃO  
**JUAZEIRO DO NORTE CE**

---

NATURALIDADE  
**BRASILEIRA**

---

POLEGAR DIREITO



PIS/PASEP  
**221342892 SSP CE**

---

IDENTIDADE CIVIL  
**52567770330**

---

CPF  
**0 +**

---

TIPO SANGÜÍNEO E FATOR RH  
**06/01/75**

---

DATA DE NASCIMENTO

AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR 73, DE 1993, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER RECINTO QUE FUNCIONE REPARTIÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO; LIVRE TRÂNSITO PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, BEM ASSIM PRIVILEGIOS DE QUALQUER MEIO DE TRANSPORTE.

*Alvaro Augusto Ribeiro Costa*  
**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**  
ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

120

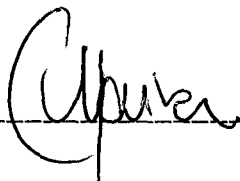
**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Adriano Martins de Faria Lotação: PU-MA  
Endereço: RUA MIRAGEM DO SOL, QD. 20, LOTE 01 APT. 1002  
CPF/MF: 457 850 663-00 Matrícula SIAPE: 4312013

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Ass 205-MA 31 agosto de 2006.

Assinatura: 

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO**

**Adriano Martins de Paiva**

NOME

**ADVOGADO DA UNIÃO**

CARGO

**0006**

Nº CÉDULA

**16/07/2003**

DATA DE EXPEDIÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

**1312013.0**

MATRÍCULA SIAPE

**07/02/00**

ADMISSÃO

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002

CARTEIRA DE IDENTIDADE

**Wilson Andrade de Paiva**

**Valda Maria Martins de Paiva**

FILIAÇÃO

**FORTALEZA CE**

NATURALIDADE

**BRASILEIRA**

NACIONALIDADE

POLEGAR DIREITO

**17068277290**

PIS/PASEP

**168263088 SSP CE**

IDENTIDADE CIVIL

**45785066300**

CPF

**A -**

TIPO SANGÜÍNEO E FATOR RH

**03/01/72**

DATA DE NASCIMENTO

AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR 73, DE 1993, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER RECINTO QUE FUNCIONE REPARTIÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO; LIVRE TRÂNSITO PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, BEM ASSIM PRERROGATIVAS EM QUALQUER MEIO DE TRANSPORTE.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

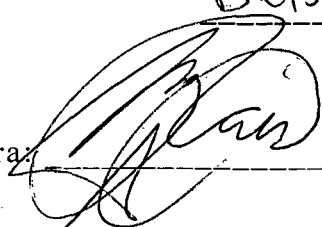
**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: AERTON miranda da Paixão Lotação: PJ / MG  
Endereço: Bernhardino de Campos 50 / 1202  
CPF/MF: 992.749.496-34 Matrícula SIAPE: 013120395

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Belo Horizonte, 01/09 de 2006.

Assinatura: 

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**





**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA Lotação: PU/PA  
Endereço: RUA TIRADENTES, 667, BL. B, APTO. 201  
CPF/MF: 689 405 802-49 Matrícula SIAPE: 1507315


1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Belém \_\_\_\_\_ 28, AGOSTO \_\_\_\_\_ de 2006.

Assinatura: Alan Rogério Mansur Silva

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**


**Alan Rogério Mansur Silva**  
NOME

**Advogado da União**  
CARGO

**1078**  
Nº CÉDULA

**14/11/2005**  
DATA DE EXPEDIÇÃO


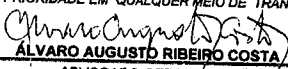
*Alan Rogério Mansur Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

 **1507315**  
MATRÍCULA SIAPE

**05/09/2005**  
ADMISSÃO

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002

CARTEIRA DE IDENTIDADE

|   |                           |
|---|---------------------------|
| <b>Antonio Ernesto Teixeira da Silva</b>  |                           |
| <b>Raimuna Mônica Nonata Mansur Silva</b>   |                           |
| FILIAÇÃO  |                           |
| <b>Belém/PA</b>   |                           |
| NATURALIDADE  |                           |
| <b>Brasileira</b>   |                           |
| NACIONALIDADE   |                           |
| POLEGAR DIREITO   | <b>19023215756</b>        |
|    | PIS/PASEP                 |
|   | <b>3080303 SSP/PA</b>     |
|   | IDENTIDADE CIVIL          |
|   | <b>88940580249</b>        |
|   | CPF                       |
|   | <b>O+</b>                 |
|   | TIPO SANGÜÍNEO E FATOR RH |
|   | <b>17/08/1981</b>         |
|   | DATA DE NASCIMENTO        |
| <p>AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR 73, DE 1993, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER RECINTO QUE FUNCIONE REPARTIÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO: LIVRE TRÂNSITO PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, BEM ASSIM PRIORIDADE EM QUALQUER MEIO DE TRANSPORTE.</p> |                           |
| <br><b>ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA</b><br>ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO   |                           |

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALBERTO TORRES DA SILVA Lotação: PRJ/RJ

Endereço: RUA SENADOR VERGUEIRO, 138/105 - FLAMENGO

CPF/MF: 797.577.747-15 Matrícula SIAPE: 1311826

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Rio 13, setembro de 2006.


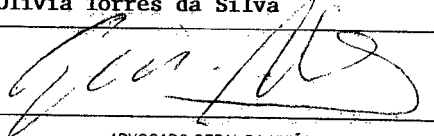
Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.

127

|   |  |
|---|--|
|  <b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO</b> |  |
| <b>ALBERTO TORRES DA SILVA</b>  |  |
| MEMBRO<br><b>ADVOGADO DA UNIÃO - 2ª CATEGORIA</b>   |  |
| CARGO<br><b>270</b>   | <b>7.2.2000</b>  |
| Nº REGISTRO<br><b>1311826</b>   | EXPEDIDA EM<br><b>1ª</b>   |
| MATRÍCULA<br><b>06239653-6 - IFP/RJ</b>   | VIA  |
| IDENTIDADE  |  |
| ASSINATURA DO PORTADOR  |  |
| CARTÃO DE IDENTIDADE FUNCIONAL  |  |

AO PORTADOR, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, DEVE SER DADO O MÁXIMO APOIO E AMPLAS FACILIDADES PARA O CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO, BEM COMO, PRIORIDADE NOS TRANSPORTES DE QUALQUER NATUREZA.

|   |   |  |
|---|---|--|
| POLEGAR DIREITO<br> | D. NASC.<br><b>24.10.64</b>   | NATURALIDADE<br><b>Rio de Janeiro/RJ</b> |
|   | FILIAÇÃO<br><b>Benedito José da Silva</b>   |  |
|   | <b>Olivia Torres da Silva</b>   |  |
|   | <br>ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |  |

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALCIONE VICENTE SCHMITT Lotação: PU-SC  
 Endereço: PRAÇA PEREIRA OLIVEIRA, 35/903, CENTRO  
 CPF/MF: 733256439-49 Matrícula SIAPE: 1320184

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.


FOLIS, 18 09 de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ALCIONE VICENTE SCHMITT**  
 Advogado da União - PU/SC  
 OAB/SC 21016-16, OAB/DF 12916

\* Anexar à presente cópia da **Carteira de Identidade funcional**.

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Nelson José Schmitt<br>Regina Meier Schmitt |  | FILIAÇÃO<br><b>FLORIANÓPOLIS SC</b>  |  |
| NACIONALIDADE<br><b>BRASILEIRA</b>          |  | POLEGAR DIREITO<br><b>12330259141</b>  |  |
| PROFISAP<br><b>25080334 SSP SC</b>          |  | IDENTIDADE CIVIL<br><b>73325643949</b>   |  |
| CPF<br><b>0 +</b>                           |  | TIPO SANGÜÍNEO E FATOR RH<br><b>27/02/70</b>   |  |
| DATA DE NASCIMENTO<br><b>27/02/70</b>       |  | <p>AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR 173 DE 1999, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER REPARTIÇÃO QUE FUNÇÃO REPARTIÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO, LIVRE TRANSIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA, BEM ASSIM PARA O EXERCÍCIO DE QUALQUER OUTRO EMPREGO, BEM ASSIM PARA O EXERCÍCIO DE QUALQUER OUTRO EMPREGO.</p> <p>ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA</p> |  |
| ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO                     |  |  |  |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|  <p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO</b><br/>Alicione Magente Schmitt</p> |  | <p><b>ADVOGADO DA UNIÃO</b></p>                                   |  |
| <p>NOME<br/><b>ADVOGADO DA UNIÃO</b></p>  |  | <p>CARGO<br/><b>0545</b></p>                                      |  |
| <p>Nº CÉDULA<br/><b>16/07/2003</b></p>  |  | <p>DATA DE EXPEDIÇÃO<br/><b>16/07/2003</b></p>                    |  |
| <p>ASSINATURA DO TITULAR</p>  |  | <p>1320184<br/>MATRÍCULA SIAPE</p>                                |  |
| <p>19/08/00<br/>ADMISSÃO</p>  |  | <p>VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002</p> |  |

130

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALESSANDRA RAMOS DE ALMEIDA GOMES Lotação: PSU/NIT

Endereço: RUA WIL LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO, 521 SOBRALOSA CENTRO  
VITERBO - CEP 24030-125  
CPF/MF: 036397227-79 Matrícula SIAPE: 1332522

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

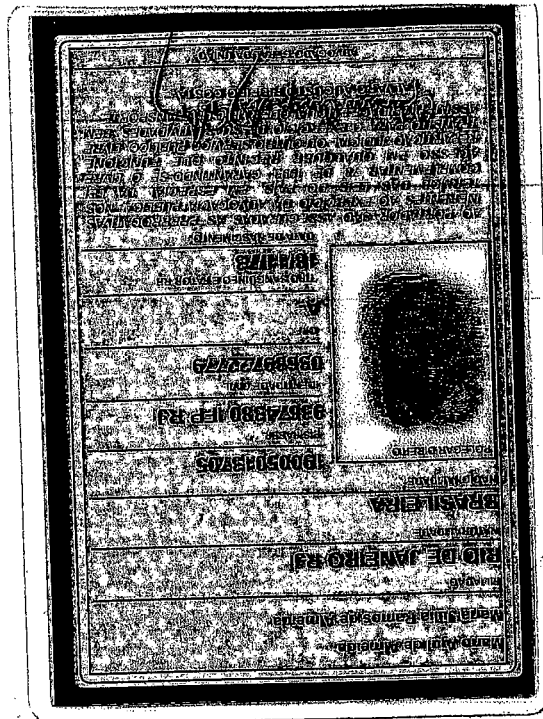
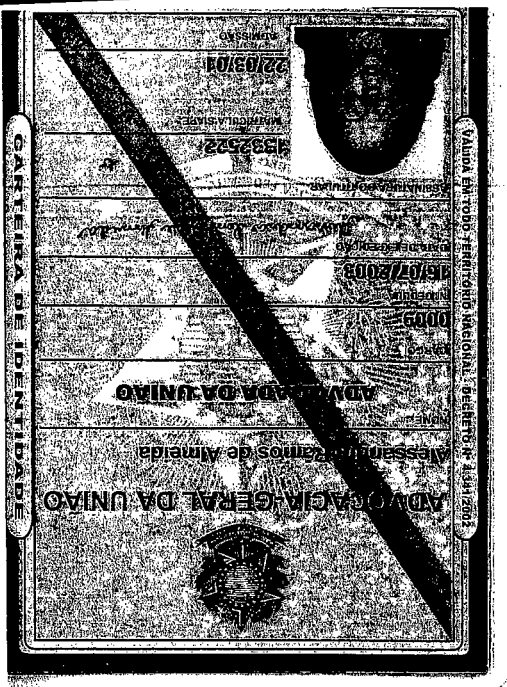
Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Nitrói 05 de setembro de 2006.

Assinatura: Alessandra Ramos de Almeida Gomes

**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**





132

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALEXANDRE SANTOS BELEMA SÁ Lotação: GAB-AGU  
Endereço: QMSW 05, LOTE 06 APT 160  
CPF/MF: 779661203-68 Matrícula SIAPE: 1507529

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 04, Setembro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



**\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.**



**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: ALINE MACHADO S. DE OLIVEIRA Lotação: CONJUR/MS

Endereço: SQS 302 Bloco F 406

CPF/MF: 035.350.017/81 Matrícula SIAPE: 1427758

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.

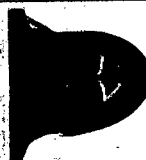
Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Brasília 28, agosto de 2006.

Assinatura: 

• Anexar o presente cópia da cédula de identidade funcional.

|  |                       |
|--|-----------------------|
| Rio Sebastião de Sant'anna<br>Vitor Lúcia de Albuquerque Sant'anna   |                       |
| RIO DE JANEIRO RJ  |                       |
| NACIONALIDADE: <b>BRASILEIRA</b>   |                       |
| PLECAR DIREITO<br>17038901255  | PROFISSÃO<br>91881706 |
| IDENTIDADE CIVIL<br>03536001781  | CPF<br>B +            |
| TIPO SANCIONADO E FATOR RJ   |                       |
| DATA DE NASCIMENTO<br>29/12/1972   |                       |
| <p>AO PORTADOR SÃO ASSEGURADAS AS PRERROGATIVAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA NOS TERMOS DAS LEIS DO PAÍS, EM ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR 73 DE 1993, GARANTINDO-SE O LIVRE ACESSO EM QUALQUER RECINTO QUE SE UNICIONE, REPARAÇÃO JUDICIAL OU OUTRO SERVIÇO PÚBLICO, LIVRE TRÂNSITO PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, BEM ASSIM PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE.</p> <p>ASSINADO: <i>[Assinatura]</i><br/>                 LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA COSTA<br/>                 TÍTULO DE ABOGADO GERAL DA UNIÃO Nº 17038901255</p> |                       |

|   |                                |
|---|--------------------------------|
| VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 4.341/2002  |                                |
| ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO<br>Aline Albuquerque Sant'anna de Oliveira   |                                |
| ADVOCADA DA UNIÃO   |                                |
| NOME<br>838   | CARGO<br>13/1/03               |
| Nº CÉDULA<br>1427758  | DATA DE EXPIRAÇÃO<br>24/8/2003 |
| ASSINATURA DO TITULAR<br> | MATRÍCULA SIAPE<br>24/8/2003   |
| Assinatura: <i>[Assinatura]</i><br>Assinado: <i>[Assinatura]</i>  |                                |
| CARTEIRA DE IDENTIDADE  |                                |

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

**Nome:** ALMIRO VIEIRA CARNEIRO

**Lotação:** PROCURADORIA DA UNIÃO NA PARAÍBA

**Endereço:** R. Artur Monteiro Paiva, 568 – Bessa – João Pessoa PB

**CPF/MF:** 072.400.824-15

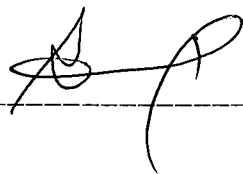
**Matrícula SIAPE:** 0330293

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – *Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato* – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA** (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.


Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

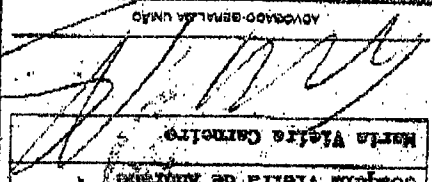

João Pessoa, 25 de agosto de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_



139

|  |                  |
|--|------------------|
| <br><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO</b> |                  |
| <b>ALMIR VIEIRA CARNEIRO</b><br>MEMBRO<br><b>ADVOCADO DA UNIÃO - 2ª CATEGORIA</b>                                    |                  |
| CARGO  | 603              |
| DATA REGISTRO  | 11.10.2000       |
| Nº REGISTRO  | 330293           |
| MATRÍCULA  | 139.142 - SSP/PB |
| IDENTIDADE   | VIA              |
| ASSINATURA DO PORTADOR   |                  |
| MARCAS DE IDENTIDADE FISCAL  |                  |

|   |  |   |
|---|--|---|
| <br><b>Almir Vieira Carneiro</b><br>Função<br><b>Advogado da União</b> |  | <br>POLGAR DIREITO |
| Nome<br><b>Almir Vieira Carneiro</b><br>Data de Nascimento<br><b>6.6.45</b><br>Nacionalidade<br><b>Brasileira</b>   |  |   |

AO PORTADOR, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, DEVE SER DADO O MÁXIMO APOIO E AMPLAS FACILIDADES PARA O CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO, SEM COMO PRIORIDADE NOS TRANSPORTES DE QUALQUER NATUREZA.

02161) 3344.4386

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE VERBA HONORÁRIA**  
**E TERMO DE ADESÃO**

Nome: Aluisio de Souza Melo, Lotação: PV-PI  
Endereço: R. Manoel Felício de Carvalho, 1937 -  
CPF/MF: 226.980.783-91 Matrícula SIAPE: 1341060.0

1. Pelo presente instrumento, adiro ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios celebrado entre a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI** e **DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, tendo por objeto o ajuizamento de ação judicial com vistas à efetivação do direito de férias de 60 dias dos Advogados da União, consoante deliberações assembleares.
  2. Por conseguinte, **MANIFESTO CONCORDÂNCIA** com o desconto do valor relativo a **15% (quinze por cento)** – Cláusula 9ª, Parágrafo 2º, do aludido contrato – sobre toda e qualquer vantagem patrimonial pretérita que, em razão da propositura da ação referida na cláusula anterior, venha a ser reconhecida em meu favor e efetivamente paga.
  3. O desconto dos valores referidos na cláusula 2 poderá ser efetivado nos próprios autos da ação que vier a ser proposta, na forma de expedição de precatório em favor da Sociedade de Advogados DANTAS E CORDEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (Lei 8.906/94, art. 22, § 4º), para o que **MANIFESTO REQUERIMENTO E DOU EXPRESSA AUTORIZAÇÃO**, sem prejuízo de outras formas de cobrança que se façam necessárias, ou de minha responsabilidade para o adimplemento da obrigação ora assumida.
- Por estar justo e pactuado, firmo o presente, **em caráter irrevogável e irretratável**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ao tempo em que fica eleito o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente.

Terceira, 12, setembro de 2006.

Assinatura: \_\_\_\_\_

\* Anexar à presente cópia da cédula de identidade funcional.